

CADERNOS MACAMBIRA

Volume 3, Número 1 – 2018

***Anais do Curso de Formação Continuada
em Educação do Campo da UFRB***





SUMÁRIO

ARTIGOS

- EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPO: A NECESSIDADE DE FORMAÇÃO DOCENTE PARA O CAMPO** 3-14
Elisandra da Silva Reis, Telma Gomes Ferreira
- ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL: PRODUZINDO SABERES E SABORES NAS ESCOLAS DO CAMPO** 15-24
Zileide de Sá
- PROJETO DE INTERVENÇÃO: REFLORESTAMENTO DA ÁREA DO CETEP PORTAL DO SERTÃO A PARTIR DE PRODUÇÃO DE MUDAS DA ESPÉCIE DA CAATINGA** 25-34
Eliete Silva de Jesus, Elizete de Jesus Silva
- PROBLEMATICA DE UMA ESCOLA DO CAMPO EM MARIA PRETA/ IPECAETÁ-BA: A relevância dos processos Educacionais desenvolvida nas Escolas do Campo para uma comunidade** 35-44
Daiane Moura de Santana
- FORMAÇÃO DE PROFESSORES E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE DO SUJEITO DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE ÁGUA FRIA/BA** 45-54
Hildeci Santana Magalhães dos Santos

RELATOS DE EXPERIÊNCIAS

- PISTAS À POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE ÁGUA FRIA/BA: PESQUISA-AÇÃO EM TORNO DAS VIVÊNCIAS DA PROPOSTA EDUCATIVA DO MST** 55-59
Selma Conceição Freitas Silva
- ATIVIDADES FORMATIVAS DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE VALENTE, QUE FORTALECEM A RELAÇÃO TEORIA E A PRÁTICA NA MEDIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM E CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO NO TERRITÓRIO DO SISAL** 60-66
Manoel Messias de Jesus Conceição

RESUMOS EXPANDIDOS

- TEMPO COMUNIDADE: UMA ANÁLISE NA COMUNIDADE DE SÃO JOÃO** 67-71
Edikécia Oliveira dos Santos Maciel, Ilka Meyre Alves da Silva, Táfila Sinara dos Santos Santana
- CONSTRUINDO DIÁLOGOS ENTRE EDUCAÇÃO NO/DO CAMPO, ENSINO DE GEOGRAFIA E AGROECOLOGIA** 72-77
Nilmar dos Santos Silva
- AS EXPERIÊNCIAS EXITOSAS COM PRÁTICAS AGROECOLOGIA NAS COMUNIDADES DE MARIA PRETA, LAGOA DE RAMO, LAGOA DO CANTO E JANUÁRIA NO MUNICÍPIO DE TEOFILÂNDIA- BA** 78-84
Ana Inês Oliveira, Deisiane dos Santos Lima, Carla Moura Matos, Jeane Nascimento Santos, Jucimara Bispo, Poliana de Jesus Santos, Rita de Cassia Neves Silva, Valdineia Meireles, Valdione Cordeiro de Almeida
- PROJETO ESCOLA DO CAMPO SUSTENTÁVEL** 85-90
Denise Mirna Passos Guimarães
- EDUCAÇÃO DO CAMPO E AGRICULTURA FAMILIAR: AVANÇOS E DESAFIOS. UM ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA** 91-97
Débora Araújo da Silva Ferraz, Elcione de Araujo Silva Lima, João Francisco da Silva Netto





EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPO: A NECESSIDADE DE FORMAÇÃO DOCENTE PARA O CAMPO

BASIC EDUCATION OF THE FIELD: THE NEED FOR TEACHING TRAINING FOR THE FIELD

EDUCACIÓN BÁSICA DEL CAMPO: LA NECESIDAD DE FORMACIÓN DOCENTE PARA EL CAMPO

ELISANDRA DA SILVA REIS

Mediadora do Programa Novo Mais Educação. Licenciatura em Pedagogia – FACITE; Pós-graduanda em educação do campo – Instituto Federal da Bahia.
elisandra.reis2013@hotmail.com

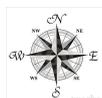
TELMA GOMES FERREIRA

Bacharel e licenciada em Letras com língua inglesa – Universidade federal da Bahia; Pós graduanda em gestão pública; Pós graduanda em educação do campo
telmagfs@hotmail.com

RESUMO: O objetivo desse trabalho é fazer uma reflexão sobre a carência de educadores com formação específica para as escolas do campo bem como a possibilidade de licenciaturas que agreguem disciplinas com esse objetivo. A educação do campo surgiu da necessidade de incluir diversos grupos de sujeitos os quais possuem saberes. A partir disso pontuam-se novos padrões de educadores para entender, valorizar e reconhecer as diversas realidades do campo por meio do respeito à multiplicidade das populações que vivem nas áreas rurais. A Educação do Campo constitui-se de um novo espaço de educação com determinada autonomia e novas perspectivas, por isso é preciso outra forma de mediar conhecimento com educadores habilitados. Desse modo, as demandas que surgem no caminho desses educadores para que se tenha um trabalho eficaz dentro dos objetivos propostos como a falta de compromisso de órgãos competentes no que se refere a estruturação e manutenção de escolas do campo. Sendo assim, discutir a presença de educadores oriundos das escolas urbanas que utilizam conteúdos descontextualizados pautada em uma cultura eurocêntrica nas escolas do campo que, por sua vez implica no desenvolvimento pleno dos alunos de construir seu próprio projeto de vida com atividades pedagógicas que devem ser colocadas em práticas. Portanto, é preciso profissionais da educação com formação e habilidades para que se tenha uma escola do campo funcionando dentro das suas propostas sem prejudicar seus objetivos dentre os quais a valorização do homem do campo para que estes encontrem seu espaço tornando-os protagonista da sua própria história.

Palavras - chave: Transformação; Escolas do Campo; Formação de Educadores.

ABSTRACT: The objective of this work is to reflect on the lack of educators with specific training for the rural schools as well as the possibility of graduates that add disciplines with this objective. The education of the field arose from the need to include diverse groups of subjects who have knowledge. From this, new standards of educators are established to understand, value and recognize the diverse realities of the countryside by respecting the multiplicity of populations living in rural areas. The Education of the Field is a new space of education with a certain autonomy and new perspectives, so it is necessary another way to mediate knowledge with qualified educators. Thus, the demands that arise in the way of these educators so that one has an effective work within the objectives proposed as the lack of commitment of competent organs in the structuring and maintenance of schools





of the field. Thus, we discuss the presence of educators from urban schools who use decontextualized content based on a Eurocentric culture in the rural schools that in turn implies the full development of students to build their own life project with pedagogical activities that must be placed practices. Therefore, it is necessary education professionals with the training and skills to have a rural school functioning within their proposals without harming their objectives among which the appreciation of the man of the field so that they find their space making them the protagonist of their own history.

Keywords: Transformation; Field Schools; Training of Educators

RESUMEN: El objetivo de este trabajo es hacer una reflexión sobre la carencia de educadores con formación específica para las escuelas del campo así como la posibilidad de licenciaturas que agreguen disciplinas con ese objetivo. La educación del campo surgió de la necesidad de incluir diversos grupos de sujetos los cuales poseen saberes. A partir de eso se ponen nuevos patrones de educadores para entender, valorar y reconocer las diversas realidades del campo por medio del respeto a la multiplicidad de las poblaciones que viven en las áreas rurales. La Educación del Campo se constituye de un nuevo espacio de educación con cierta autonomía y nuevas perspectivas, por lo que es necesario otra forma de mediar conocimiento con educadores habilitados. De este modo, las demandas que surgen en el camino de esos educadores para que se tenga un trabajo eficaz dentro de los objetivos propuestos como la falta de compromiso de órganos competentes en lo que se refiere a la estructuración y mantenimiento de escuelas del campo. Siendo así, discutir la presencia de educadores oriundos de las escuelas urbanas que utilizan contenidos descontextualizados pautada en una cultura eurocéntrica en las escuelas del campo que, a su vez implica en el desarrollo pleno de los alumnos de construir su propio proyecto de vida con actividades pedagógicas que deben ser colocadas en prácticas. Por lo tanto, se necesitan profesionales de la educación con formación y habilidades para que se tenga una escuela del campo funcionando dentro de sus propuestas sin perjudicar sus objetivos entre los cuales la valorización del hombre del campo para que éstos encuentren su espacio haciéndolos protagonista de su propia historia.

Palabras clave: Transformación; Escuelas del Campo; Formación de Educadores

INTRODUÇÃO

A educação no Brasil desde sua implantação foi pautada em uma cultura eurocêntrica ocidental por tanto elitizada e discriminatória. Contudo, percebe-se a necessidade de implantação de uma educação que tivesse como objetivo principal agregar diversos grupos de sujeitos os quais possuíssem saberes singulares a partir da valorização da sua identidade surgindo assim a Educação do Campo. Diante de muitas lutas e reivindicações em pró de uma educação do campo e para o campo com a participação de todos contra uma educação referendada pela ideologia branca. A partir de esse novo pensar de educação no Brasil, faz-se necessário suscitar novos padrões de educadores que contemplassem essa necessidade, pois estes deveriam estar preparados e habilitados para entender, reconhecer e valorizar as diversas realidades do campo por meio do respeito a multiplicidade das populações que vivem nas áreas rurais.

Nessa perspectiva, surge o desafio na formação de educadores os quais possam desenvolver práticas pedagógicas que percebam a Educação do Campo especialmente como um espaço de transformação, como também de ampliação de direitos, construção de identidade, e de um sujeito





protagonista da própria história acima de tudo, um espaço que valorize os saberes através de um ensino contextualizado. No entanto, ao desenvolver uma educação do campo integral e de qualidade torna-se para os educadores tarefa árdua que perpassa desde a falta de uma formação e capacitação adequada a falta de sensibilidade para perceber a importância dos saberes e vivências do homem de maneira que as aulas se tornem momentos significativos para as pessoas inseridas no processo educativo.

O ensino hoje em dia encontra grandes dificuldades no processo de formação profissional, tão quanto ao seu desenvolvimento escolar e isso ocorre por falta de profissionais preparados para assumir de fato e desenvolver o seu papel educacional. Nesse sentido, com a Educação do Campo não é diferente, pois a mesma se apresenta como uma demanda e de forma irregular, por conta da contratação de pessoas, até mesmo sem nível superior e da rede municipal de ensino urbano para atuar na escola camponesa. Nesse caso, a educação do campo tem como objetivo uma proposta de análise ao ser desenvolvida na questão fundamental das Políticas Públicas para a melhoria da prática docente como uma alternativa de formação inicial e continuada dos docentes.

Nesse contexto, o processo de formação de professores é sobre tudo a base. Com isso, as características da educação do campo vivem um percurso histórico marcado pelas lutas e mobilizações realizadas pelos os movimentos sociais em favor de uma educação voltada especificamente para o campo. O contexto sócio político para a formação do docente passa por uma trajetória construída pelos interesses e exigências da realidade social da educação. No entanto, nota-se uma falta de comprometimento dos governantes, quando se trata das políticas públicas da educação do campo. Após verificar algumas análises sobre a formação do professor, percebe-se que gira mesmo em torno do desenvolvimento e competências de como ensinar esses discentes e ampliar novos horizontes culturais dos docentes. Arroyo (2012), que o processo de formação humana não se dar só na escola, mas no trabalho e na família, desta forma a escola deve dialogar com outros espaços.

A EDUCAÇÃO DO CAMPO

Entende-se que a Educação do Campo constitui de um novo espaço com determinada autonomia e novas perspectivas por isso, necessita de novas teorias e abordagens, enfim uma nova forma de educar, porém há educadores que não possuem habilidades as quais possam entender e contribuir para que esses novos princípios sejam eficazes em sala de aula. Nesse sentido, é preciso promover uma preparação





eficaz e continuada dos educadores do campo, pois professores oriundos da zona urbana não valorizam a história a memória e a cultura do povo do campo. Em vista disso, os educadores com práticas pedagógicas sistematizadas e referendadas das áreas urbanas não conseguem relacionar conteúdos da educação formal com uma educação não formal à qual é constituída de vivências.

A educação em processo de escolarização não deve se eximir de alguns objetivos como, por exemplo, a construção de uma identidade, o desenvolvimento para o campo e emancipação humana, porém infelizmente esses objetivos nem sempre são atingidos. Diante disso, é perceptível que os educadores não estão preparados no sentido de atender as novas demandas da Educação do Campo por não haver uma preocupação na sua formação nesse foco para que haja uma abordagem pedagógica que dialoga com os objetivos propostos.

Na verdade, o campo apresenta algumas necessidades em projetos educacionais diferenciados, e sobretudo com profissionais que atuem concretamente nessa realidade camponesa, não apenas dando boas aulas e elaborando projetos que descaracterizam a realidade rural. Segundo as palavras de Lacki (2005), a educação do campo tratado como educação rural na legislação brasileira tem um significado que incorpora os espaços florestais, da pecuária, das minas e da agricultura. Desse modo, ultrapassa colher em si os espaços pesqueiros, calcários, ribeirinhas e extrativistas.

Os educadores inseridos nesse processo, além de terem na maioria das vezes baixa qualificação, enfrentam diversos entraves que comprometem sua boa atuação em sala de aula tais como salários inferiores a de outros docentes, quase nenhuma condição de trabalho, sobrecarga de trabalho, dificuldade de locomoção a depender da localização e distância do local de trabalho, entre outros, acarretando uma desmotivação e um conseqüente desempenho insatisfatório as demandas próprias da Educação do Campo. Essa realidade implica no desenvolvimento pleno da personalidade e da capacidade dos alunos de construir seus próprios projetos de vida através de atividades pedagógicas que devem ser colocadas em práticas.

Vale apenas lembrar que, no sistema de ensino rural ainda existe a presença de docentes que não estão com titulações adequadas. Esses por sua vez, profissionalmente não estão assegurados e muito menos com responsabilidade do sistema de ensino pela a formação continuada também, o professor camponês precisa resgatar os saberes e suas experiências acumuladas por profissionais. Todavia, a estratégia de formação para professor precisa ter como referência dois eixos, que tem influenciado sua





existência, dentro do sistema de ensino: o eixo das políticas voltado para a formação do professor e o eixo epistemológico que é a concepção de formação inicial e continuada para o professor, que tenha como ponto de partida a realidade rural e o eixo político de capacitação continuada, que leva em conta o conhecimento produzido na prática pedagógica dos educadores. Já o eixo epistemológico também é político, porém precisa ser construído como uma proposta de formação que leve em conta os saberes do docente apropriados na sua experiência cotidiana dentro da sala de aula no campo considerando os saberes pedagógicos e as experiências vivenciadas na prática educativa, conforme coloca (TERRIEN, 1994):

O docente domina um diálogo de saberes de situações complexas, não utiliza o modo técnico diretamente, mas a deliberar, analisar, interpretar situações e a tomar decisões. Onde se trata de um profissional, plural, construído no cotidiano da prática de suas experiências, legitimando-o para tomar decisões em situações de interação (TERRIEN, 1994).

POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO

A Escola do Campo, além de alfabetizar e transferir conhecimentos gerais específicos, deve possibilitar ao educando a compreensão do meio em que vive, capacitando-o para descobrir formas apropriadas para conviver com a seca. As escolas devem adotar uma pedagogia popular e currículos em consonância com a realidade do semiárido com ênfase para o resgate e valorização da sabedoria popular.

Para que realmente essa proposta venha a ser alcançada, faz-se necessário desenvolver uma formação adequada que articule princípios epistemológicos e políticos e expressar compromissos sociais em prol de uma educação comprometida no aspecto do profissional. De acordo com Frigotto (2010), ao desenvolver processos formativos e pedagógicos é necessário que haja transformação em cada trabalhador do campo e da cidade como sujeitos conscientes capazes de superar as dificuldades perante a sociedade.

O conceito do Campo envolve o território e o espaço social, os quais compreendem um lugar marcado pelas as relações sociais e pelo humano; um espaço que tem suas particularidades exige uma política pública de educação com o outro olhar sobre o rural que, diferente do olhar negativo e preconceituoso de uma agricultura camponesa, vista como um atraso, como um modelo de produção de vida e cultura em extinção.





Segundo (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2004) deve-se olhar e proteger o campo como um espaço de democratização da sociedade brasileira e de inclusão social, e que projeta seus sujeitos como sujeitos de história e de direitos como sujeitos coletivos de sua formação enquanto sujeitos sociais, culturais, éticos e políticos.

A Educação do Campo é sem dúvida frutos de lutas sociais históricas dos/as trabalhadores e trabalhadoras do campo, desse modo a educação camponesa é vista como um processo de escolarização, tendo como objetivos integrar a todos os conhecimentos científicos e a sua realidade a qualificação profissional e social, no contexto global ligado aos saberes e experiência de vida do educando. Assim, compreende-se que a emancipação humana se desenvolve ao formar a identidade do sujeito articulado a um projeto da população do campo.

A política de Educação do Campo destina a formação do professor e precisa ser desenvolvida na área rural, pois valoriza não só a memória, mas a história, produção e cultura do povo do campo. As práticas pedagógicas dos docentes estão relacionadas a educação formal, tendo como conteúdos sistematizados e apropriados no ambiente acadêmico. Já na educação não formal são conteúdos que se aprendem no mundo da vida, sendo informal no processo de socialização. Não há estrutura e experiência dos professores para o desenvolvimento entre saberes escolares e saberes do cotidiano. Nesse contexto, argumenta-se que os docentes não estão preparados para atuar na educação do campo de forma a atender o paradigma da Educação do Campo. No entanto, referindo-se sobre a importância da escola do campo, temos o exemplo das Escolas Famílias Agrícolas (EFAS). Desse modo, Souza enfatiza que a Educação do Campo tem a proposta de valorizar o ser humano, nesse sentido, o sujeito no processo educativo faz a sua trajetória, com relações sociais e práticas vividas, com o objetivo de pensar o trabalho e organizar estratégias de produção que possam viabilizar socioeconomicamente os assentamentos (SOUZA, 2006).

Entende-se que a formação de professores para o campo não existiu na história da educação brasileira. Nesse caso, como modelo, está o parâmetro urbano, com experiências e currículos urbanos, além das condições precárias de trabalho, baixo salário, conforme o documento do Ministério da educação sobre as condições do trabalho dos profissionais do Magistério que permanecem precárias. No caso específico da área rural, além da baixa qualificação e dos salários inferiores aos da zona urbana, eles enfrentam, entre outros problemas, sobrecarga de trabalho, alta rotatividade e dificuldade de acesso





à escola, em função das condições das estradas e da falta de ajuda de custo para locomoção (BRASIL, 2007).

Desse modo, a falta de política pública de formação interligada a fatores de ordem social e cultural, não possibilitando vivências de situação didática pedagógicas a serem vivenciadas nos espaços educativos, nas escolas e no cotidiano do campo. Diante disso, além da falta de capacitação de professores, percebem-se também, várias ordens de dificuldades no desenvolvimento no trabalho pedagógico na perspectiva de educação do campo. As políticas públicas da Educação do campo exigem tanto a formação profissional, tão quanto a escolha do docente, em relação aos discentes das áreas rurais, sabendo que são voltadas aos frutos da exigência dos movimentos populares e essas políticas que são ligadas à reforma agrária. De acordo com (CHAUI, 2009), quando se trata de reforma agrária, simultaneamente, percebe-se uma modalidade de Educação do Campo, que foram criadas para o desenvolvimento de assentamentos rurais, como uma política pública educacional. Entretanto nas políticas públicas existentes, ainda existem o respeito e suas particularidades territoriais, ou seja, não estão sendo honradas.

Todavia, quando se pensa em Educação ‘do’ Campo ‘no’ Campo, tem ocorrido um avanço, de acordo com a LDB, sancionada em 1996, que requer dos docentes licenciados a necessidade de adaptação ao Campo. Pode-se pensar que apenas a prescrição da Lei não basta para melhorar o aprendizado e ensino campesino; é preciso que aja uma consideração ao Campo, no sentido de considerá-lo como ‘primo pobre’ das regiões urbanas, não somente na educação, como também em outras áreas.

Um fator que impede a falta de oportunidades para estudar é sobretudo, um percalço enfrentado na escolaridade conhecida como a precariedade da formação docente nas escolas rurais, sendo objetos de estudos que destacam, problemas como: os poucos anos de escolaridade; a falta de proposta de formação continuada por parte dos órgãos gerenciadores do sistema de ensino; inadequação da formação supletiva para professores da zona rural. Além de todas as carências, limitações e dificuldades que a escola camponesa passa, ainda existe algo que a mesma vem fazendo muito bem, com sucesso e êxito. Nesse caso, a escola do campo vem ensinando para as crianças e jovens os valores do meio rural, a mesma ensina tão bem que os discentes não conseguem esquecer a lição eficiente que se incorpora no inconsciente dos alunos para o resto da vida.





Um fator importante é que o docente mantenha firme a cultura tradicional camponesa, pensando e organizando uma estrutura para desempenhar bem essa missão cultural de resgatar as vivências que ocorre no meio rural. Ao pensar numa proposta pedagógica e organização curricular é preciso enfrentar a questão da formação com métodos e técnicas no ensino aprendizagem, a proposta educacional depende da preparação do professor, principalmente quando se trata do apoio ao desenvolvimento sustentável que é sobretudo, a parte que ensina os valores e crenças, e não só de conhecimentos. Desse modo, se o professor entender isso, como metodologia, tudo pode fluir de forma mais fácil, quando se trata da devolução dos conhecimentos que foram realizados através da pesquisa, técnicas e dinâmicas usadas na realidade escolar. O professor, antes de tudo, precisa exercer o seu papel de um profissional estimulador para o desenvolvimento local, da agricultura, pecuária, que seja um construtor de conhecimentos que sirva para os alunos e a comunidade rural encontrar o seu desenvolvimento. Ao chegar na escola os alunos sem dúvida já trazem consigo alguns conhecimentos, ao em vez de recebê-los, como se fossem tábuas rasas, os mesmos já construíram em casa com seus familiares, com o trabalho, plantio e criação de animais.

A história mostra que falta uma formulação de políticas públicas no pensamento e na prática de formação de profissionais que enfatize a educação do campo como uma preocupação legítima. Para Arroyo (2007), há uma demanda que se refere aos professores, mas argumenta-se que os mesmos não estão preparados para atuar na ‘educação do campo’ de forma a atender ao paradigma (Arroyo, 2007). Outro aspecto a ser analisado, no que se refere a formação de professores para a Educação do Campo é a maneira pela qual as universidades têm preparado seus cursistas através dos conteúdos aplicados durante sua formação os quais nem sempre possuem aspectos abordados que os possibilitem uma prática pedagógica atenta às especificidades do campo.

Entretanto, a educação no Brasil foi implantada para atender o desejo da sociedade elitizada e para fortalecer a sua cultura em detrimento das outras existentes as quais foram excluídas do processo de escolarização, ficando totalmente fora da proposta pedagógica, por isso não houve um interesse de formar professores aptos para lidar com essa população excluída. Existe um distanciamento entre as propostas que legitima a educação no campo e como as aulas são aplicadas devido a falta de participação efetiva de alguns órgãos responsáveis pela atuação dos educadores na maioria das vezes sem uma formação específica a qual contribua para um conhecimento mais aprofundado dos objetivos e conteúdos





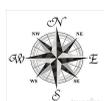
peculiares que conduzem a proposta pedagógica da educação do campo. Na realidade, o que se constata é uma falta ou total inexistência de políticas públicas voltadas a atender as necessidades oriundas da educação do campo as quais promovam condições dignas de vida dos homens do campo. Arroyo (2007) afirma que:

A história nos mostra que não temos uma tradição nem na formulação de políticas públicas, nem no pensamento e na prática de formações de profissionais da educação que focalize a educação do campo e formação de educadores do campo como preocupação legítima. (Arroyo, 2007)

Nesse aspecto, é importante lembrar que cada um docente/escola tem suas responsabilidades e quando alguém não assume, não está motivado o processo, este se torna mais fácil de acontecer. Ao considerar a motivação e dificuldades individuais e coletivas dos profissionais, há um ponto chave para iniciar um novo trabalho para assim prosseguir a caminhada. Entretanto, o docente para atuar na educação do campo necessita de uma prática pedagógica que extrapole os conhecimentos disciplinares, como trazer a dinâmica de produção do conhecimento que naturalize o espaço de formação que são transportados na sala de aula pela docência, discutindo os processos e formas flexíveis de organização escolar e metodologias apropriadas à educação do campo. Desse modo, é preciso considerar e acolher sua prática com os diálogos diversos e diferentes saberes que constituem a educação formal, não formal e a informal, de forma a estabelecer a criticidade, criatividade e a “dialogicidade” na constituição da participação dos professores do campo como sujeitos coautores das práticas pedagógicas.

Além disso, a escola precisa desempenhar um papel imprescindível perante a sociedade, uma mudança que precisa ocorrer ainda na formação do professor, por ser responsável pela mudança de atitude e pensamento dos alunos. Desse modo, o docente precisa estar preparado para novos desafios desta geração que estão em contato com as novas tecnologias que inclui a internet de um modo geral.

Percebe-se que, em muitas experiências de Educação do Campo ainda prevalecem às separações do trabalho pedagógico enquanto prática social que consolidam no espaço escolar. Desse modo não se garante uma atuação profissional consistente e confiável com uma formação adequada aos professores para atender aos objetivos de projetos e propostas de ensino interligadas. Essa cisão entre o que se convencionou na Educação ‘do’ ou ‘no’ Campo dificulta o desenvolvimento de propostas pedagógicas que ofertem situações significativas de aprendizagem e promovam a formação campestre humana. Na verdade, vários questionamentos são levantados, acerca da necessidade em se pensar a Educação do Campo, um fato preocupante é que o paradigma da escola urbana determina a maior parte da Legislação





Educacional, colocando a cultura das cidades como referência e, por conseguinte, significando a zona rural como um espaço não civilizado (Arroyo, 2007).

A educação é considerada como um instrumento eficaz e essencial as iniciativas de reflexões relacionadas as questões sociais resultando em transformações relevante. Assim, a educação do campo deve ser regida de objetivos específicos ao pensar e entende-la como espaço de cultura e modo de vida diferenciada, exigindo de profissionais sensíveis a esses aspectos capazes das suas vivências e saberes contribuindo para esses objetivos. Porém, a estratégia de formação dos profissionais da educação é implantada a partir de interesses da sociedade a qual elabora currículo com conteúdos que tem a finalidade apenas de serem transmissores de conhecimento que seguem sua profissão apenas para sobrevivência e futura aposentadoria. Agregando as demandas relacionadas ao tema em questão, ao depararmos também com a ausência de condições adequadas das salas de aula para que possam atender aos alunos, na sua maioria não tiveram acesso à escola no período normal comprometendo a atuação dos educadores que utilizam de práticas e metodologias não muito adequadas à nova realidade, a qual faz se necessário professores com qualificação docente direcionada a nova proposta de ensino.

Portanto, é preciso que haja uma frequente discussão reflexiva a respeito das atuais propostas pedagógicas oferecidas pelos cursos de pedagogia e licenciaturas na formação desses profissionais que na sua maioria não apresenta conteúdos e metodologias que possibilitem aos educandos uma atuação mais eficaz, objetiva e que atenda as propostas contidas nos planos de curso. Existe por parte de órgãos responsáveis a preocupação em implantar uma educação do campo adequada a um modelo ideal as regiões envolvidas no processo educativo e para tanto pensando um educador habilitado a lidar com as novas questões que serão abordadas em sala, que possam vir de cursos os quais utilizaram de conteúdos específicos a sua atuação. Por isso, há um desejo de que haja uma reformulação nos currículos dos cursos oferecidos nessa perspectiva resultando na utilização de modelos urbanos os quais não comungam com a realidade do campo.

CONCLUSÃO

Dentro desse contexto, se faz necessário uma mudança ampla para uma melhor eficiência dessa modalidade de educação desde os conteúdos estudados nas instituições pelas licenciaturas, educadores preparados e habilitados à nova prática pedagógica a qual agreguem saberes e vivências através de uma





educação formal, não formal e informal, uma melhor condição de trabalho como estrutura das salas e facilidade de locomoção às comunidades, um compromisso maior dos órgãos competentes no que se referi a uma melhor atuação dos educandos com atividades que os permitam saber juntar suas vivências às realidades encontrada. Diante de várias discursões, a formação do docente deve ser formulada numa perspectiva de contribuir para a profissionalização docente, com isso compreende o direito à formação inicial em todos os níveis e um processo permanente de formação continuada em serviço, possibilitando que o professor possa atuar no campo com eficiência.

Assim, ao reconhecermos a necessidade de uma melhor formação de educadores do campo seguida de ações e decisões com esse objetivo, chegaremos a uma ação educativa que consiga integrar a realidade do campo e da cidade através de um novo pensar sobre a educação com professores capacitados que entenda o ato de educar como um ato político e portanto reflexivo a qual se torna mais eficiente quando valoriza as histórias, memórias e cultura dos educando e suas comunidades.

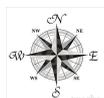
As novas perspectivas para a formação docente de Educação do Campo são ideias que podem ser vivenciadas da realidade do campo, ao desempenhar um papel significativo e imprescindível na formação humana para com os educandos, na construção de hábitos e valores aos novos olhares em relação aos desafios encontrados. Assim, é preciso refletir e ter mudança na maneira de pensar e repensar a escola, reorganizar as práticas pedagógicas com atividades diversificadas voltadas para o campo, enfim, perceber a necessidade em assumir uma postura não só crítica, mas também reflexiva da prática pedagógica diante da realidade e a partir daí pensar em buscar uma educação camponesa de qualidade, voltada para o exercício da cidadania.

REFERENCIAS

ARROYO, M. G. **O Direito a Tempos-Espaços de Um Justo e Digno Viver.** In: **MOLL, J. Caminhos da Educação Integral no Brasil: Direito a Outros Tempos e Espaços Educativos.** Porto Alegre: Penso, 2012, p. 45.

ARROYO, Miguel Gonzales. **Políticas de formação de educadores(as) do Campo.** In: **Cadernos Cedes.** Campinas, vol. 27, n. 72, p. 157-176, maio/ago. 2007. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 08 de Janeiro de 2018.

ARROYO.M.G.; CALDART.R.S. e MOLINA. M. **Por uma Educação do Campo.** (Org). Petrópoles, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.p. 12.





BRASIL.MEC. **Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas.** Cadernos de subsídios. SECAD.2. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. INEP/MEC.BRASÍLIA-DF,2007

CHAUI, Marilena. **Convite a Filosofia.** 13 ed. São Paulo: Ática, 2009 p.108

CALDART, Roseli Salete. **Educação do campo.** In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (org.) Dicionário da Educação do Campo. São Paulo: Expressão Popular, 2012.p.261.

LACKI, Polan. **Educação rural: para quê? e para quem?** [S.n.:s.n., 2005}. Disponível em:<<http://www.polanlacki.com.br>>. Acesso em 20 Janeiro.2018.

SOUZA, Maria Antônia de. **Educação do Campo: propostas e práticas pedagógicas do MST.** Petrópolis: Vozes, 2006, p.78.

TERRIEN, Jacques. **Interação e Racionalidade no saber de experiência.** Fortaleza. Universidade Federal do Ceará, 1994, (mimeo).





ARTIGO

ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL: PRODUZINDO SABERES E SABORES NAS ESCOLAS DO CAMPO

HEALTHY FOOD: PRODUCING KNOWLEDGE AND FLAVORS IN FIELD SCHOOLS

ALIMENTACIÓN SALUDABLE: PRODUZINDO SABERES Y SABORES EN LAS

ZILEIDE DE SÁ

Licenciatura em Pedagogia - FACITE, Pós-graduanda em Psicopedagogia – FARJ.
Supervisionada em Neuropsicopedagogia NPGI – Núcleo de Pós-graduação de Itabuna

RESUMO: As Escolas do Campo destacam-se por reconhecer a existência dos sujeitos e sua cultura, onde a formação humana deve sair desta particularidade universalizando o conhecimento para que os jovens do campo, quando se colocarem em discussão com os jovens da cidade, possuam os mesmos conhecimentos e desenvoltura. A proposta de Escola do Campo não se refere somente a mudança de conteúdos programáticos das aulas teóricas, mas da formação pessoal e comunitária promovendo o desenvolvimento local e pessoal em prol da melhoria da qualidade de vida. O Presente projeto terá como público alvo os alunos do ensino fundamental da Escola e Creche Jorge Amado, que fica localizada no povoado de Itareru, localizado na zona rural do município de Valente distante 30 km da sede do município e tem o objetivo geral, promover a integração dos saberes e sabores locais a partir de temas relacionados à saúde e nutrição, consolidando a ação de sala de aula e práticas pedagógicas, bem como a integração de todos os setores da escola, garantindo assim a realização de pesquisas das sementes de hortaliças, que são usadas nos canteiros; realização de atividades interdisciplinares para a construção dos canteiros; promoção de aulas práticas de construção dos canteiros e de cuidados com a horta; de intercâmbios escolares e a criação de mecanismos de inserção dos alimentos da horta na alimentação escolar, contribuindo para a melhoria da qualidade alimentícia e de vida das famílias e da comunidade envolvida no projeto.

Palavras-Chave: Educação do Campo, Agroecologia, Alimentação Escolar.

ABSTRACT: The Campo Schools stand out for recognizing the existence of the subjects and their culture, where the human formation must leave this particularity universalizing the knowledge, so that the youth of the field, when they put themselves in discussion with the young people of the city possess the same knowledge and resourcefulness. The proposal of School of the Field refers not only to the change in the theoretical contents of the theoretical classes, but also to personal and community formation, promoting local and personal development in order to improve the quality of life. The present project will target primary school students at the Jorge Amado Nursery School and School, located in the village of Itareru, located in the rural area of the municipality of Valente, 30 km away from the municipality's headquarters, and has the general objective, promoting integration of local knowledge and flavors from health and nutrition issues, consolidating classroom action and pedagogical practices, as well as the integration of all sectors of the School, thus ensuring research on vegetable seeds, which are used in the beds; conducting interdisciplinary activities for the construction of the beds; promotion of practical classes of construction of the beds and of care with the vegetable garden; of school exchanges and the creation of mechanisms for the insertion of food from the garden in school feeding, contributing to the improvement of food quality and life of families and the community involved in the project.

Key words: Field Education, Agroecology, School Feeding.

RESUMEN: Las Escuelas del Campo se destacan por reconocer la existencia de los sujetos y su cultura, donde la formación humana debe salir de esta particularidad universalizando el conocimiento, para que los jóvenes del





campo, quando se pongan en discusión con los jóvenes de la ciudad posean los mismos conocimientos y el desarrollo. La propuesta de Escuela del Campo no se refiere solamente al cambio de contenidos programáticos de las clases teóricas, sino de la formación personal y comunitaria promoviendo el desarrollo local y personal en favor de la mejora de la calidad de vida. El presente proyecto tendrá como público objetivo a los alumnos de la enseñanza fundamental de la Escuela y Guardería Jorge Amado, que está ubicada en el pueblo de Itareru, ubicado en la zona rural del municipio de Valente distante 30 km de la sede del municipio y tiene el objetivo general, promover la " la integración de los saberes y sabores locales a partir de temas relacionados a la salud y nutrición, consolidando la acción de aula y prácticas pedagógicas, así como la integración de todos los sectores de la escuela, garantizando así la realización de investigaciones de las semillas de hortalizas, que se utilizan en los canteros; realización de actividades interdisciplinarias para la construcción de los canteros; promoción de clases prácticas de construcción de los canteros y de cuidados con la huerta; de intercambios escolares y la creación de mecanismos de inserción de los alimentos de la huerta en la alimentación escolar, contribuyendo a la mejora de la calidad alimenticia y de vida de las familias y de la comunidad involucrada en el proyecto.

Palabras clave: Educación del Campo, Agroecología, Alimentación Escolar

INTRODUÇÃO

As Escolas do Campo destacam-se por reconhecer a existência dos sujeitos e sua cultura, onde a formação humana deve sair desta particularidade universalizando o conhecimento, para que os jovens do campo, quando se colocarem em discussão com os jovens da cidade possuam os mesmos conhecimentos e desenvoltura. A proposta de Escola do Campo não se refere somente à mudança de conteúdos programáticos das aulas teóricas, mas da formação pessoal e comunitária promovendo o desenvolvimento local e pessoal em prol da melhoria da qualidade de vida.

A riqueza social e humana é compreendida através do desenvolvimento do trabalho, o envolvimento dos homens e mulheres vem da busca de satisfação de suas necessidades através da sua prática no dia a dia bem como a discussão das questões que cercam o ambiente escolar. Neste caso, a Escola do Campo tem o papel fundamental de discutir e estudar as questões agroecológicas. A agricultura deve ser compreendida como uma ação evolutiva das espécies vegetais em paralelo à evolução da humanidade, esta evolução tem seu início com a ação trabalhadora de homens e mulheres para garantir as condições de sobrevivência de suas famílias e de suas comunidades. Os tratos culturais vêm evoluindo ao longo dos anos desde a utilização do solo com a introdução da mecanização até a utilização de fertilizantes passando pela transformação genética das sementes.

Culturalmente, o plantio de pequenos canteiros é feito ao redor das casas em quintais produtivos, o cultivo de temperos e plantas medicinais são facilmente encontrados, as suas sementes e as novas plantinhas eram livres de agrotóxicos e de componentes químicos que aceleram a germinação e o crescimento da planta aumentando a sua capacidade de produção e sendo prejudicial à saúde humana. A





alimentação saudável era, na época fácil de praticar, os enlatados tinham pequena entrada nas casas o que estimulava ainda mais às famílias a produção dos seus próprios alimentos.

HIPÓTESE

As mudanças qualitativas e quantitativas são nítidas ao longo da história.

Uma mudança importante ocorreu em torno de 10 a 12 mil anos atrás, quando começou a se desenvolver além da caça e da pesca a agricultura. O manejo do solo, com derruba de árvores, queima e pousio prolongado, permitia uma recomposição da biomassa e foram as primeiras técnicas agrícolas que mantiveram o solo por 5 mil anos. (RIBEIRO, Dionara Soares. p. 21).

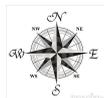
Um dos fatores que influenciaram diretamente na maneira de cuidados com o solo e cultivo dos alimentos foi à divisão das classes sociais em dominantes e dominadas, desencadeando no surgimento de pessoas que acumulam riquezas e aquelas que servem como mão de obra, deixando à mostra a divisão de pobres e ricos. Este fator é nítido quando analisamos a industrialização da agricultura após o final do século XIX, a intervenção científica no desenvolvimento de fertilizantes, agrotóxicos e mudança na genética das plantas foi o marco para a implantação das mudanças de fertilização dos solos.

Teoricamente a industrialização da agricultura deu-se no final do século XIX início do século XX, neste período aconteciam mudanças principalmente com relação à fertilização do solo. Em controvérsia havia os pensadores de outras vertentes teóricas que defendiam a Agricultura Alternativa como a Agricultura Orgânica, Agricultura Biológica, Permacultura e posteriormente a Agroecologia.

Os movimentos sociais têm grande contribuição na consolidação das discussões acerca da Agroecologia uma vez que a ação científica atingiu diretamente os povos indígenas, quilombolas e camponeses e grandes perdas passando a conviver com a erosão dos solos, a maquinação dos serviços que outrora eram braçais, a seleção das espécies e a disseminação das sementes manipuladas e transformadas geneticamente. Os movimentos estudantis principalmente ao que se refere às agrárias mantiveram na década de 1980 um grande movimento no país.

Encontramos importantes ações do movimento de agricultura alternativa, como a Confederação dos engenheiros Agrônomos (Confaeb), na realização dos encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAAs), Encontros regionais da Agricultura Alternativa (ERAAs). (RIBEIRO, ano 2017. p. 23)

As ONGs (Organizações Não Governamental) começaram a se organizar a partir da década de 1990 com a I Jornada Agroecológica de 2002 no Paraná e em 2003 com a campanha: As sementes são patrimônio da Humanidade. A nível Nacional ocorreu em 2002, o I Encontro Nacional de Agroecologia





(ENA), dando origem à Articulação Nacional da Agroecologia (ANA) com a participação de várias entidades dos Movimentos Sociais e consolidando a Constituição da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA).

O manejo das sementes que são usadas em canteiros domésticos ou nos quintais produtivos cultivados por agricultores familiares com as plantas hortaliças, frutíferas, leguminosas ou medicinais, são na sua maioria adquiridos em casas agropecuárias estas, manipuladas em laboratórios e produzidas para a comercialização em grande escala, neste sentido ainda é possível verificar em algumas propriedades pequenas hortas cultivadas nos quintais que compõe a paisagem ao redor da casa. Na maioria das famílias agricultoras familiares, os quintais representam uma parcela dos alimentos que vão para a mesa das famílias melhorando assim, a qualidade dos alimentos consumidos pelos seus membros. A prática Agroecológica nesta atividade está sempre presente pelo fato dele está ao redor da casa, onde o solo é mais fértil, devido à quantidade de matéria orgânica que é depositado no terreno que advém de sobras de alimentos, dos animais que reviram sempre o terreno e as folhagens das plantas ao redor. Tais práticas de uso de adubo orgânico são defendidas pela Agroecologia, melhorando assim a quantidade de vitaminas nas plantas a serem consumidas pelas famílias.

Levando em consideração esta importante sabedoria popular e buscando usar todos os mecanismos e recursos disponíveis para manter uma atividade escolar mais próxima da realidade dos educandos é que foram implantadas nas Escolas do Campo as Hortas escolares. Pedagogicamente os alunos são estimulados a realizarem atividades práticas e de cuidados com as plantinhas na área externa das escolas, por estarem no nosso caso, situado no semiárido baiano deve-se compreender as necessidades de cuidados com os raios solares, neste caso são adaptados manejos de sombreiros para as mesmas não sofrerem muita agressão solar. As hortas escolares são verdadeiros laboratórios a céu aberto, por meio das mesmas é possível incorporar a alimentação nutritiva, saudável e ambientalmente sustentável como eixo gerador da prática pedagógica.

O objetivo geral deste trabalho é promover a integração da comunidade escolar através de temas relacionados à educação ambiental, saúde e educação alimentar e nutricional. Como objetivos específicos temos:

1. Realizar pesquisa das sementes crioulas que são usadas nos canteiros;
2. Criar um banco de sementes crioulas;





3. Realizar atividades interdisciplinares para a construção dos canteiros;
4. Promover aulas práticas de construção dos canteiros e de cuidados com a horta;
5. Promover intercâmbios entre as escolas e comunidade tendo os alunos explicando os pratos culturais da horta;
6. Criar mecanismos de inserção dos alimentos da horta na alimentação escolar.

A biodiversidade é a variedade de seres vivos existentes na terra, para que estes seres tenham condições de continuar a sua existência é preciso que os fatores como: Água, ar, nutrientes, temperatura favorável e a luz solar estejam em constante combinação. As plantas têm uma importante tarefa de equalização dos sistemas e possui um papel fundamental na existência da vida na terra, a partir das mesmas acontece a fotossíntese, que pega os elementos simples como ar, água, nutrientes minerais e a substância composta produzida pelo açúcar – glicose. Quando estes seres morrem a sua biomassa passa pelo processo de decomposição e retorna ao seu estado inicial de seres primários.

Neste sentido cada planta constitui uma comunidade de plantas, sendo comum encontrar espécies diferentes e dentre elas várias formas de interação como o parasitismo, o mutualismo, a predação e a competição. No processo de extinção nos últimos 100 anos constata-se que mais de 250 mil variedades de plantas foram extintas, dentre elas as destinadas à alimentação Humana.

Num recente comunicado, a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) alertou que o mundo vive um processo de extinção de um número sem precedentes de alimentos. Em seu primeiro levantamento, em mais de 10 anos, sobre biodiversidade, no campo agrícola a FAO afirmou que os governos devem criar estruturas para preservar essas espécies. De acordo com a pesquisa, há 100 anos o número de espécies vegetais usadas na alimentação humana era de 10 mil, e hoje este número é de 170. Das cerca de 30 mil de plantas terrestres comestíveis que ainda se conhece no mundo, apenas 30 culturas são responsáveis por 95% das necessidades de energia para a produção da alimentação humana – com arroz, trigo, milho, pinhão e sorgo representando 60% dessas necessidades. (RIBEIRO, Dionara Soares. P. 26).

A ação humana tem influência direta nos processos de industrialização da agricultura e a modernização da prática diária do manejo do solo e das sementes bem como os costumes alimentícios, são um dos fatores que desencadearam nesta escassez de plantas e conseqüentemente de sementes crioulas ou originais que possibilitam a sucessão de plantas jovens mais saudáveis e com a produtividade livre de agrotóxicos e de conservantes prejudiciais à vida humana. A agroecologia começa a ganhar força quando os agricultores familiares e suas organizações compreendem a necessidade de manter





atitudes que valorizem e mantenham costumes e crenças ativos, para manutenção das ações agroecológicas e de conservação do meio ambiente.

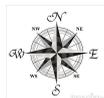
A Educação do Campo tem um papel importantíssimo na implantação dos processos de aproximação da Agroecologia e as Comunidades Escolares e do Campo, integrando assim um movimento de transformação social exigindo sempre estar “nadando contra a maré” que é imposta no desenvolvimento capitalista e mercadológico, tais transformações somente serão possíveis se houver um aprofundamento da ação social e compreensão da necessidade de integrar e mergulhar na luta pela construção de novas relações de desenvolvimento. Nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do Campo no seu artigo 2º no inciso único diz que:

A Educação do Campo é uma concepção política pedagógica voltada para dinamizar a ligação dos seres humanos com a produção das condições de existência social, na relação com a terra e o meio ambiente, incorporados os povos e o espaço da floresta, da pecuária, das minas, da agricultura, os pesqueiros, caçaras, ribeirinhos e extrativista (BRASIL, 2002).

Neste sentido a Educação do Campo tem um papel fundamental da fazer a dinamização da Agroecologia como sendo um fator de interesse social e de desenvolvimento econômico e social, neste sentido o papel da escola é trazer esta discussão para a formação acadêmica de seus alunos, proporcionando assim a formação de profissionais sensíveis às questões agroecológicas e às práticas culturais de cultivo da terra e de suas particularidades.

Contudo, a comunidade escolar deve estar sensível para construir um currículo pedagógico congruente com a realidade em que a escola está inserida neste sentido, criar possibilidades de construção participativa com os membros que representa a comunidade em que a mesma está inserida é imprescindível para ter um currículo pedagógico que represente os alunos e seus parentes bem como a sua comunidade, estimulando assim o desejo de contribuir com a continuidade das atividades desenvolvidas por seus antepassados porém com um olhar de modernização de desenvolvimento e de desejo de continuidade de suas vidas na comunidade em que estão inserido, diminuindo assim a quantidade de êxodo rural dos jovens para os grandes centros à busca de oportunidade de trabalho e assim, fiquem expostos aos riscos e vulnerabilidade social.

Compreende-se por currículo escolar em agroecologia ser o conjunto de esforços pedagógicos desenvolvidos com intenções educativas e se expressa nas atividades organizadas pela escola, mais aquilo que podemos chamar de currículo oculto (atitudes e valores reforçados por rituais e práticas, relações hierárquicas, regras e procedimentos, modos de organizar o espaço na escola, modos de distribuir os educandos por agrupamentos e turmas, mensagem implícitas nas falas dos educadores e nos materiais didáticos) (RIBEIRO, Dionara Soares. p.32).





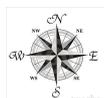
Verdadeiramente não é fácil manter um currículo pedagógico com o viés agroecológico, uma vez que os Parâmetros Curriculares Nacionais e seus processos metodológicos bem como os livros didáticos, orientam à educação para atender a uma demanda urbana e não rural, neste sentido as lutas de classes em especial a do movimento social tem tido grande valia na garantia dos direitos das escolas do campo continuarem as suas atividades e seus trabalhos a partir de metodologias adaptáveis e de resultados positivos de intervenção social, por entender que o campo vai além da produção agropecuária ou industrial é visto como um lugar de vida e sobretudo de educação.

O papel do educador numa escola do campo é de levar os alunos e toda a comunidade escolar a refletirem sobre a sua ação de transformação social considerando as suas diversas formas de trabalho e de organização, na permanência de construção de valores, conhecimentos e tecnologias na perspectiva do desenvolvimento social econômico igualitário para todos. É importante salientar que o presente projeto prevê ações que o currículo em agroecologia seja considerado como um tema transversal e que garanta que todas as disciplinas bem como todos os anos do ensino da unidade escolar consigam acompanhar as discussões teóricas e práticas, aqui o currículo tem um papel fundamental de unificar as informações e a formação dos profissionais de educação da unidade escolar do campo.

Por se tratar de um tema transversal, o projeto prevê que ações de campo sejam realizadas pela comunidade escolar por inteiro, por isso faz-se necessário que todos estejam compreendendo e engajados no projeto, a realização da pesquisa de campo possibilitará o entendimento das culturas de plantio da comunidade e todas as práticas que foram se perdendo ao longo dos anos e assim a possibilidade de criação de mecanismos que venham contribuir para a consolidação e recriação de práticas agroecológicas na comunidade. O projeto não pode ser compreendido como um projeto pontual, para ele ser eficaz a escola deve compreendê-lo como parte do planejamento permanente perpassando por todas as modalidades e disciplinas de ensino.

PÚBLICO ALVO

O distrito de Itareru, anteriormente localizado na zona rural dos municípios de Conceição do Coité, Valente, Santaluz e Retirolândia, no estado da Bahia é marcado por vários anos de descaso por parte dos governantes e rodeada por grandes áreas de fazendeiros. As pequenas áreas de terras localizadas neste distrito, são destinadas muitas vezes ao trabalho e sustento das famílias dos agricultores, em alguns casos





cultivam os produtos agrícolas ou os campos de sisal (*Agave sisalana*) em pequenas áreas de terra, em outras ocasiões são posseiros ou meeiros.

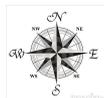
Possuindo 70% da população eleitora da cidade de Valente e tendo os acessos de saúde, saneamento básico, educação, calçamento, religiosidade e a organização social com base na cidade de Valente, em 2013 o povoado passou a ser oficialmente pertencente a este município através da organização da comunidade em plebiscito e registrado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e Sistema Eletrônico de Informações – SEI. A comunidade existe há mais de 60 anos e é cortada pela linha férrea que liga a cidade de Conceição do Coité à cidade de Santaluz, nesta residam mais de 800 pessoas. Com a realidade do poder econômico girando em torno da agricultura familiar e do trabalho braçal o êxodo rural é constante entre os jovens.

METODOLOGIA

O presente projeto contará com uma metodologia participativa em que todos os atores que fazem as escolas do campo devem participar. As disciplinas trabalhadas no currículo escolar devem estar envolvidas no projeto, é preciso que por se tratar de um tema transversal seja possível trabalhar nas mais diversas áreas do conhecimento, os educandos devem estar envolvidos e compreendendo as ideias-chaves do tema, transportando-o para suas aulas e conseqüentemente para a vida comunitária. Os educandos trazem para a sala de aula grandes aprendizados e demandas de suas realidades, que podem e devem ser tratados com cuidado, fazendo uma interlocução com os livros didáticos e científicos criando uma interface com as pesquisas que evoluíram os setores sociais e econômicos do país.

A contextualização deve ser uma fundamental ferramenta para a realização das aulas, neste sentido segundo Ricardo (2005), afirma que é “uma tentativa de superar a distância entre os conteúdos ensinados e a realidade vivida pelo aluno, que implica o sujeito, mas que, não necessariamente, é a realidade local, pois temas como poluição, agrotóxico, tecnologias digitais, entre outros fazem parte das preocupações cotidianas dos estudantes da turma”. Segundo Paulo Freire 2003, a pesquisa é uma “curiosidade epistemológica”, que torna os seres indagadores de suas curiosidades que nos move e por meio dela descobrimos o mundo. Através da curiosidade segundo Freire:

Não é a curiosidade que viabiliza a tomada de distância epistemológica. Esta tarefa cabe à curiosidade epistemológica – superando a curiosidade ingênua, ela se faz mais metodicamente rigorosa. Essa rigorosidade metódica é que faz a passagem do conhecimento do senso comum para o do conhecimento científico. Não é o conhecimento científico que é rigoroso. A





rigoridade se acha no método de aproximação do objeto. A rigoridade nos possibilita maior ou menor exatidão no conhecimento produzido ou no achado de nossa busca epistemológica (FREIRE, 2003, p.78)

Os processos metodológicos garantirão o sentimento de pertencimento do projeto por parte da unidade escolar e da comunidade em que está inserida, para tanto terá como atividades norteadoras as demais descritas no quadro a seguir:

Etapas	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8
Apresentação do projeto para a equipe pedagógica da escola participante	x							
Planejamento e monitoramento das ações		x		x		x		X
Realização da pesquisa de campo			x					
Criação do banco de sementes crioulas				x				
Criação dos canteiros de hortas					X		x	
Seminário de devolução para a comunidade								X
Seminário de devolução para a comunidade								X
Reunião de avaliação dos impactos gerados								X

RESULTADOS ESPERADOS

Pretende-se com o presente projeto criar possibilidades de resgatar culturas de plantios que valorizem os saberes populares e que sejam mais saudáveis, contudo a necessidade de envolver os membros que fazem parte da comunidade escolar, bem como aqueles que moram no entorno envolvendo-os nas atividades de pesquisas deve ser prioridade para que o projeto aconteça, bem como na implantação do banco de sementes crioulas das espécies de hortaliças. A sensibilização dos educandos é imprescindível para que as ações diárias de cuidados e zelos com as plantinhas aconteçam, a comunidade escolar deve estar empenhada e sensibilizada a fazer parte do processo de cuidados das plantinhas, com as divisões de responsabilidades e tarefas durante os dias em que as plantinhas estiverem vivas e em desenvolvimento até a colheita.

Espera-se que o tema Agroecologia seja um tema transversal em sala de aula nas temáticas didáticas e que as aulas sejam mais produtivas e valorosas no sentido de acúmulo de saberes, fazendo





uma interface entre o saber empírico da comunidade e o saber científico de sala de aula, neste sentido a discussão acerca da segurança alimentar e nutricional passa a ser um costume na sala de aula e na comunidade escolar, adentrando os lares dos alunos que poderão levar esta discussão para as suas casas e assim através da educação ir modificando os costumes alimentares de seus familiares.

A inserção da discussão da Agroecologia nas Escolas do Campo atende à demanda do Ministério da Educação - MEC quando ele aprova as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo, neste sentido, pretende-se com o presente projeto estar contribuindo para que algumas ações das Diretrizes ao que se refere aos critérios políticos, pedagógicos e administrativos, sejam operacionalizadas no campo, dando visão da importância das mesmas para a consolidação das políticas públicas para este setor da educação eliminando assim os programas e projetos compensatórios.

REFERÊNCIAS

RICARDO, E.C. **Competências, interdisciplinaridade e contextualização: Dos Parâmetros Curriculares Nacionais a uma compreensão para o ensino de ciências.** 248f. Tese (Doutorado em educação Científica e tecnologia) Instituto de educação Científica e Tecnologia da UFSC, Florianópolis 2005.

RIBEIRO, Dionara Soares, **Agroecologia na educação básica, questões propositivas de conteúdo e metodologia.** São Paulo, 2017.

FREIRE, Paulo, **À sombra desta mangueira.** São Paulo, 2003.





ARTIGO

PROJETO DE INTERVENÇÃO: REFLORESTAMENTO DA ÁREA DO CETEP PORTAL DO SERTÃO A PARTIR DE PRODUÇÃO DE MUDAS DA ESPÉCIE DA CAATINGA

PROJECT OF INTERVENTION: REFORESTATION OF THE AREA OF CETEP PORTAL DO SERTÃO FROM THE PRODUCTION OF CHANGES OF THE CAATINGA SPECIES

PROYECTO DE INTERVENCIÓN: REFORESTACIÓN DEL ÁREA DEL CETEP PORTAL DEL SERTÓN A PARTIR DE PRODUCCIÓN DE CAMBIOS DE LA ESPECIE DE LA CAATINGA

ELIETE SILVA DE JESUS

ELIZETE DE JESUS SILVA

RESUMO: Nas últimas décadas o meio ambiente tem sido destaque de âmbito nacional e ganhou forças no setor educacional. O impacto causado pelo homem por meio do uso negligente e exagerado dos recursos naturais, inclusive o desmatamento das florestas, vem sendo discutido nas academias. Isto resultou na criação da educação ambiental que consiste em divulgar a importância de uma boa relação entre o homem e o meio em que vive. O projeto “Reflorestamento da área do CETEP Portal do Sertão a Partir de Mudanças da Espécie da Caatinga” será desenvolvido com a comunidade estudantil, onde ações e atividades de educação ambiental contribuirão para a construção de uma consciência de meio ambiente sustentável, bem como incentivar os estudantes na preservação do Bioma Caatinga existente no Campus da Instituição. Os resultados obtidos com a implantação desse projeto vão além de uma simples atividade interdisciplinar. Espera-se que as ações de sustentabilidade, de práticas agroecológicas e o reaproveitamento e/ou a reutilização dos recursos naturais, não sejam desenvolvidas apenas no período de realização das oficinas, mas que isto se torne um hábito diário por todos os moradores da comunidade local e circunvizinha.

Palavras-chave: Educação Ambiental, Reflorestamento, Sustentabilidade, Ideia de Pertencimento, solidariedade, Preservação do Bioma Caatinga

ABSTRACT: In the last decades the environment has been a national highlight and gained strength in the educational sector. The impact caused by man through the negligent and exaggerated use of natural resources, including the deforestation of forests, has been discussed in the academies. This has resulted in the creation of environmental education, which consists in divulging the importance of a good relationship between man and the environment in which he lives. The project "Reforestation of the area of CETEP Portal Sertão from Seedlings of the Caatinga Species" will be developed with the student community, where actions and activities of environmental education will contribute to the construction of a conscience of sustainable environment, as well as to encourage the students in the preservation of the existing Caatinga Biome in the Campus of the Institution. The results obtained with the implementation of this project go beyond a simple interdisciplinary activity. It is hoped that sustainability actions, agroecological practices and the reuse and / or reuse of natural resources will not only be developed during the workshops, but that this will become a daily habit for all residents of the local community and surrounding.

Key words: Environmental Education, Reforestation, Sustainability, Belonging, solidarity, Preservation of the Caatinga Biome





RESUMEN: En las últimas décadas el medio ambiente ha sido destaque de âmbito nacional y ha ganado fuerzas en el sector educativo. El impacto causado por el hombre a través del uso negligente y exagerado de los recursos naturales, incluso la deforestación de los bosques, viene siendo discutido en los gimnasios. Esto resultó en la creación de la educación ambiental que consiste en divulgar la importancia de una buena relación entre el hombre y el medio en que vive. El proyecto "Reforestación del área del CETEP Portal del Sertão a partir de las capas de la especie de la Caatinga" se desarrollará con la comunidad estudiantil, donde acciones y actividades de educación ambiental contribuirán a la construcción de una conciencia de medio ambiente sostenible, así como alentar estudiantes en la preservación del Bioma Caatinga existente en el Campus de la Institución. Los resultados obtenidos con la implantación de este proyecto van más allá de una simple actividad interdisciplinaria. Se espera que las acciones de sostenibilidad, de prácticas agroecológicas y el reaprovechamiento y / o la reutilización de los recursos naturales, no se desarrollen sólo en el período de realización de los talleres, pero que esto se convierta en un hábito diario por todos los habitantes de la comunidad local y lo circundaba.

Palabras clave: Educación Ambiental, Reforestación, Sostenibilidad, Idea de Pertenencia, solidaridad, Preservación del Bioma Caatinga

INTRODUÇÃO

Este projeto de intervenção: Reflorestamento da área do CETEP – Portal do Sertão surge a partir das discussões e atividades realizada nas comunidades escolares como a Eco Trilha da Memória, evento realizado em 14 de junho de 2017. Tal evento teve como objetivo explorar o espaço físico da escola cuja extensão compreende 60hc, área totalmente desconhecida dos estudantes professores e funcionários. Foi traçado um mapa dos pontos a serem abordados pelos professores de história, biologia, geografia, engenharia florestal, engenheiro agrônomo e representante da secretaria de meio ambiente.

Percebeu-se nessa Eco Trilha que além da beleza existente nas variedades de espécies do Bioma Caatinga, como mandacaru, baraúna, umbuzeiro, cajueiro, havia um cenário devastador, que causou um impacto entre os participantes: lagoa assoreada, vegetação seca e cinzenta, por conta da escassez de chuva na região. Em reunião com a comunidade escolar para avaliar essa atividade interdisciplinar, surgiram ideias no sentido de preservar o Bioma Caatinga existente na escola. Tendo em vista a proposta de avaliação do curso de formação continuada em educação básica do campo: articulando princípios educativos e a agroecologia, as ideias de preservação do bioma caatinga foram revitalizadas.

Partindo da premissa da preservação ambiental, enfoque importantíssimo no cenário mundial e dos princípios da Agroecologia, apresentamos este projeto como uma proposta de intervenção da realidade da escola CETEP- Portal do Sertão.

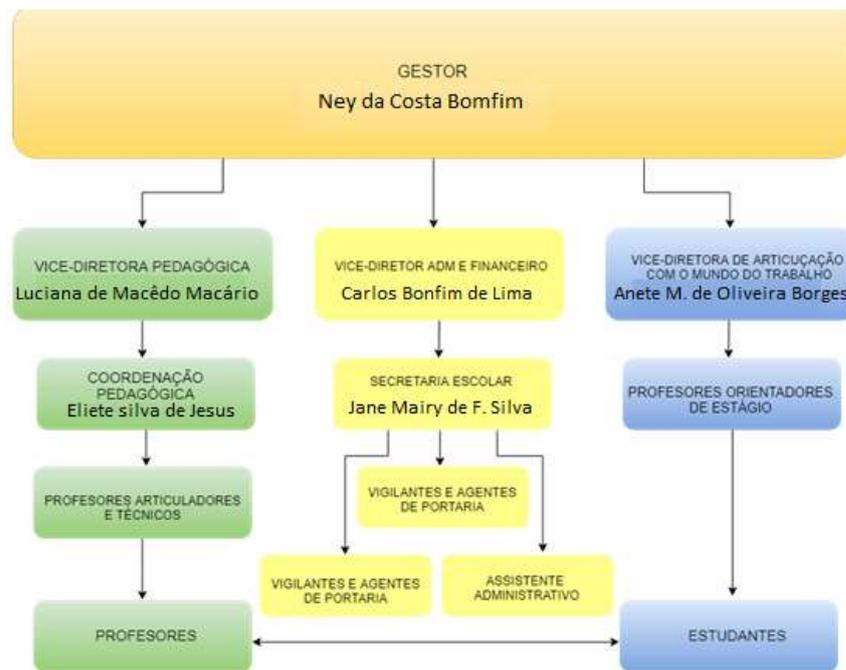
CARACTERIZAÇÃO DO CETEP – PORTAL DO SERTÃO





O CETEP Portal do Sertão iniciou suas atividades no ano de 1991, ainda como Escola Agrotécnica Dr. Francisco Martins da Silva. Em 2009, como parte de processo de reestruturação da rede de educação profissional da Bahia, foi transformada em Centro Territorial de Educação Profissional do Portal do Sertão. Atualmente oferece cursos técnicos em diferentes modalidades (EPI, PROSUB e PROEJA) em Informática, Redes de Computadores, Edificações, Enfermagem, Agropecuária e Meio Ambiente. O CETEP está localizado na estrada do besouro, s/n bairro Pedra Ferrada, a cerca de 14 km do centro da cidade, entre os limites do distrito de Maria Quitéria e a periferia urbana de Feira de Santana.

Verifica-se atualmente um forte processo de urbanização de algumas áreas do seu entorno, o que faz as comunidades apresentarem hábitos e costumes típicos das áreas urbana e rural. A atual proposta da instituição vem procurando, desta forma, atender às feições e peculiaridades que caracterizam cada um desses cursos. O CETEP Portal do Sertão é uma instituição da rede estadual e está subordinado a SEC/SUPROT, tendo sua estrutura organizada da seguinte forma:



Particularmente em relação às comunidades rurais, faz-se necessário o desenvolvimento de uma proposta de trabalho que atenda melhor às especificidades desta área, voltando-se notadamente para os estudantes das áreas rurais. A clientela é diversificada, com faixa etária entre 16 e 50 anos. Uma boa parte veio da zona rural, apesar disto, não existe uma proposta de educação do campo definida para estes





juvenes. Recebemos estudantes de uma comunidade quilombola mais que não tem consciência de pertencimento de tal comunidade, a mesma recentemente foi reconhecida. O projeto de reflorestamento da área onde hoje se encontra no campus do Centro Territorial de Educação Profissional Portão do Sertão – CETEP, a partir da produção e plantio de espécies nativas da caatinga, surgiu da necessidade de contribuir com a preservação dessa vegetação, assim como criar áreas de amenidades em torno da escola, por meio do processo de evapotranspiração das plantas.

A criação de áreas de amenidades na escola é importante, pois a instituição de ensino localiza-se no semiárido baiano. Algo que lhe confere temperaturas elevadas durante o verão. Conforme a Estação Climatológica da Universidade Estadual de Feira de Santana, fundamentada em Koppen, a tipologia climática deste município é: As, ou seja, sub úmido, com temperatura média anual de 24° e precipitação média de 848 mm anuais. Contudo, apresenta um déficit hídrico de médio anual de 402 mm. Logo a presença de árvores, favorecerá o aumento da umidade do ar e ampliará a presença de sombra até mesmo para que as pessoas se desloquem no campus, sem a incidência direta do sol.

O desenvolvimento do processo de reflorestamento do campus do CETEP poderá contribuir com o aumento da proteção do solo onde a escola encontra-se nos seguintes aspectos, a saber: formação e/ou aumento da serapilheira, constituída por uma “(...) camada superficial de material orgânico que cobre os solos consistindo de folhas, caules, ramos, cascas, frutas e galhos mortos, em diferentes estágios de decomposição, em uma mata” (IBGE, 2004, p. 281) e que podem fornecer nutrientes para o solo. Ademais a vegetação, atenua a incidência dos raios solares, que podem diminuir a umidade do solo, assim como abrandar os processos erosivos causados pelo efeito *splash*, responsável por romper e desagregar partículas do solo quando golpeadas por gotas d’água da chuva (CASSET, 2005).

Nesse sentido, o reflorestamento poderá colaborar com a redução da erosão e conseqüentemente perda de nutrientes, solo e matéria orgânica, carregados por gravidade com a ajuda de cursos d’água para as partes mais baixas do relevo. Logo, poderá contribuir com a diminuição da quantidade de sedimentos transportados para uma lagoa localizada no campus do CETEP. Algo que a deixa “assoreada”. Contudo, para reduzir o processo de assoreamento é necessário também realizar o reflorestamento da mata ciliar da lagoa.

Vale ressaltar que, a vegetação favorece a percolação e/ou infiltração da água da chuva no solo. Por conseguinte, tem-se o aumento do nível do lençol freático que poderá alimentar a lagoa durante o





período de estiagem, assim como permitir que seu espelho d'água seja visível por mais tempo. Algo que poderá permitir o desenvolvimento da vida aquática. Além de contribuir com o umedecimento do ar, por meio da evaporação da água desta lagoa.

A escolha por espécies vegetais genuínas da caatinga, para realizar o reflorestamento, justifica-se por serem plantas adaptadas as condições climáticas e pedológicas da região semiárida. Uma vez que, a introdução de plantas exóticas ou estrangeira, poderá implicar na perda da biodiversidade do bioma caatinga. Diante disto, o reflorestamento no campus do CETEP, contribuirá com ampliação o número de espécies de plantas nativas da caatinga, bem como proteger esse bioma que se encontra ameaçado por atividades ligadas à agropecuária e a expansão imobiliária.

Face ao exposto, observa-se que o reflorestamento do campus do CETEP, contribuirá com a fauna e a flora, pois vegetação poderá promover o aparecimento, a permanência e a reprodução de animais silvestres que podem ser agentes dispersores de sementes, capazes de contribuir com o processo de reflorestamento. Contudo, para o desenvolvimento desse projeto de reflorestamento do campus do CETEP, cujo caráter da proposta é interdisciplinar, faz-se imprescindível o envolvimento da comunidade escolar e circunvizinha no projeto, cuja justificativa pauta-se na busca por conscientizá-los sobre a importância do reflorestamento e dos benefícios que pode trazer para o meio ambiente e para nós que fazemos parte deste.

O presente trabalho tem como objetivo geral desenvolver com a comunidade ações e atividades de educação ambiental que contribuam para a construção de uma consciência de meio ambiente sustentável, garantindo a preservação dos recursos naturais e a qualidade de vida. Como objetivos específicos têm-se:

- Apresentar o projeto para apreciação e discussão com a comunidade escolar;
- Refletir com a comunidade escolar a importância da preservação ambiental da área do Portal do Sertão;
- Estabelecer parcerias com entidades e órgãos públicos para ampliar as ações do projeto;
- Desenvolver oficinas, palestras e seminários junto aos órgãos ambientais do município sobre os problemas existentes no entorno da comunidade;
- Realizar o plantio de 100 espécies nativas do bioma caatinga com a comunidade escolar;
- Monitorar as espécies plantadas visando sua manutenção;





A metodologia utilizada neste projeto é a Pesquisa – Ação. É uma forma de investigação baseada em uma autorreflexão coletiva empreendida pelos participantes de um grupo social de maneira a melhorar a racionalidade de suas ações. Segundo Elliot (1997, p17) É um processo que se modifica continuamente em espirais de reflexão e ação onde cada espiral inclui: aclarar e diagnostica uma situação prática ou um problema prático que se quer melhorar ou resolver; formular estratégia de ação e avaliar sua eficiência, ampliando a compreensão da nova situação.

Partindo dessa premissa, faremos uma roda de conversa com a comunidade a fim de traçarmos um plano de ação para o desenvolvimento do projeto. Para isso, contaremos com a participação dos professores de Biologia, História, Geografia, assim como os profissionais da área técnica como, Engenheiro Agrônomo, Engenheira Florestal, os estudantes do curso Técnico em Meio Ambiente, Técnico em Agropecuárias e demais estudantes de outros cursos que demonstrarem interesse pelo projeto.

Serão realizadas reunião periódicas com os docentes da BC (Base Comum) e da FP (Formação Profissional), além dos professores articuladores de curso e orientadores de estágio e a criação do cronograma das ações a serem implementadas, elaboração do instrumento de avaliação, aplicação/validação do projeto.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Caatinga constitui um rico ecossistema exclusivamente brasileiro, com grande diversidade de espécies e elevada incidência de endemismo. É um patrimônio muito valioso. Metade da bacia do rio São Francisco está situada na Caatinga, e grande parte das soluções de desenvolvimento regional passa por esse bioma. (Andrade-Lima, 1981). As ações de restauração são muito mais caras do que as de conservação. Além disso, o trabalho de restauração da Caatinga tem a escassez de água como fator limitante.

Sua biodiversidade ajuda na sobrevivência de grande parte da população do semiárido, inclusive na preservação das nascentes. Sendo assim, reflorestar a área do CETEP contribuirá com ampliação do número de espécies de plantas nativas da caatinga, bem como proteger o bioma que se encontra ameaçado por atividades ligadas à agropecuária e a expansão imobiliária.





A Política Nacional de Educação Ambiental - Lei nº 9795/1999, Art 1º. vê a educação ambiental como um processo pelo qual o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente. Além disso, a obrigatoriedade de promover a Educação Ambiental (EA) “**em todos os níveis de ensino**” inicia-se com a Constituição Federal de 1988 (Cap. VI, art. 225, parágrafo 1, inciso VI), seguida da inclusão do tema meio ambiente nos Parâmetros Curriculares Nacionais do MEC - PCN (BRASIL, PCN, 1997), consolidando-se como política pública com a Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999, regulamentada em 2002.

Os PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais – tema transversal Meio Ambiente e Saúde (BRASIL, MEC, 1997) caracterizam a educação ambiental como uma questão social que exige atenção e alerta para os cuidados que são indispensáveis para a manutenção e continuidade da vida no planeta. “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988).

Diante disso, a escola como instituição legítima não poderia ficar de fora dessas questões, pois ela se constitui num espaço de formação do ser. Esse sujeito quando convidado a participar coletivamente, desenvolve o sentimento de pertença do ambiente no qual ele está inserido.

O conceito de pertença aqui, não é apenas ser parte, é fazer parte. Se sentir responsável, agente e beneficiário das ações e comportamentos do seu espaço de convivência. Quando falamos de pertencimento, nos remetemos ao compartilhamento de experiências, vivências e características pessoais e coletivas com os demais integrantes de sua comunidade, levando a se acentuar (ou não) a percepção de pertença. Para Bonnemaïson (2002): “A correspondência entre o homem e o lugar, entre uma sociedade e sua paisagem, está carregada de afetividade e exprime uma relação cultural no sentido amplo da palavra” (Bonnemaïson, 2002, p. 91)

O pertencimento, portanto, induz às relações sociais à participação do sujeito em uma sociedade, comunidade ou grupo cultural, na sua relação com o espaço físico e também a outras questões relativas aos valores e referências adquiridas continuamente no processo de socialização. Quando discutimos temas atuais, chamamos a atenção dos jovens para os acontecimentos, próximos ou não, buscando





instigar um posicionamento ou uma ideia sobre aquele fato, não deixando que ele passe sem uma percepção.

Já em relação à cidadania, considerando que esse conceito se transforma a partir das mudanças particulares de cada sociedade, destacamos a utilização, neste projeto, as definições relatadas pelo autor Saviani (2001): Em que consiste a cidadania? O que significa ser cidadão? Ser cidadão significa ser sujeito de direitos e de deveres. Cidadão é, pois, aquele que está capacitado a participar da vida da cidade, literalmente e, extensivamente, da vida da sociedade. (Saviani, 2001).

Sabe-se que as questões relacionadas à participação na sociedade, Saviani (1980) pontua que as funções das instituições educacionais seriam as de “ordenar e sistematizar as relações homem-meio para criar as condições ótimas de desenvolvimento das novas gerações [...]. Portanto, o sentido da educação, a sua finalidade, é o próprio homem, quer dizer, a sua promoção” (Saviani, 1980, p. 51). Assim, acreditamos que a formação para a cidadania é essencial ao aluno,

Nesse sentido, percebemos a escola como um importante espaço onde é possível discutir e refletir sobre a política, os direitos, os ideais e aspirações que levam ao desenvolvimento dos indivíduos e da coletividade. Por isso, destacamos a árdua tarefa que essa instituição possui. O Projeto de Intervenção respalda-se no fundamento de que a educação é o ato de pensar e ensinar; e o aprender a pensar exige diálogo, de ação crítica e de reconhecimento acerca dos saberes trazidos da realidade onde estamos inseridos. Segundo Freire (1992), a educação é uma prática política tanto quanto qualquer prática política é pedagógica. Não há educação neutra. Toda educação é um ato político. Freire (2000) nos alerta para “que assumamos o dever de lutar pelos princípios éticos mais fundamentais como do respeito à vida dos seres humanos, à vida dos outros animais, à vida dos pássaros, à vida dos rios e florestas” (FREIRE, 2000, p.67.).

PARCEIROS

Este projeto contará com o apoio de diversos parceiros como a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Município de Feira de Santana – SEMMAM, Secretaria Municipal de Agricultura – SEAGRI, CETENS – Centro de Ciências e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (UFRB), UEFS (Universidade Estadual de Feira de Santana), SEMA (Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia, INEMA, IBAMA, Associações e Ong’s.





RESULTADOS ESPERADOS

Entende-se por educação ambiental os processos contínuos e permanentes de aprendizagem, em todos os níveis e modalidades de ensino, em caráter formal e não formal. Pensando dessa forma espera-se, que a comunidade do CAMPUS CETEP – Portal do Sertão construa uma consciência de meio ambiente sustentável, ampliando seus espaços de convivências respeitando a pluralidade de ideias e de comportamentos, levando em consideração a existência de interesses individuais e coletivos.

Vislumbra-se ainda a partir desse contexto, que a comunidade desenvolva ações de sustentabilidade, como a implantação de práticas agroecológicas e o reaproveitamento e/ou a reutilização do que for possível, sendo que, essas ações não sejam desenvolvidas apenas no período de realização das oficinas ou da aplicação do projeto, mas que se torne um hábito diário por todos os moradores da comunidade.

CRONOGRAMA DAS ETAPAS DO PROJETO:

	PERÍODO / SEMESTRE 2018 – 2020				
4. Estabelecer parcerias com entidades e órgãos públicos para ampliar as ações dos projetos ambientais desenvolvidos com a Comunidade;					
5. Desenvolver oficinas e seminários junto aos órgãos ambientais do município sobre os problemas ambientais existentes no entorno da comunidade					
6. Apresentação, discussão e estratégias de implantação do debate ecológico na comunidade					
7. Realizar o plantio de 100 espécies nativa com a comunidade					
8. Monitorar as espécies plantadas para a manutenção					
9. Avaliação do Projeto					

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS





UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
Centro de Ciências e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade
Campus de Feira de Santana



BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA. **RESOLUÇÃO CONAMA nº 29**, de 7 de dezembro de 1994. Publicada no DOU nº 248, de 30 de dezembro de 1994, Seção 1, páginas 21349-21350.

CASSETI, Valter. **Geomorfologia**. [S.l.]: [2005]. Educação: do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1980.

ELLIOT, John. **La investigación-acción en educación**. Tradução de Pablo Manzano. 3. ed. Madrid: Morata, 1997.

ESTAÇÃO CLIMATOLÓGICA: A Estação Climatológica da UEFS. Disponível em: <<http://www1.uefs.br/estacaoclimatologica/EstacaoClimatologica-ClimadeFeiradeSantana.html>> Acesso em: 10 de Março de 2018.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Vocabulário básico de Recursos Naturais e Meio Ambiente**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Vocabulário básico de Recursos Naturais e Meio Ambiente**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

Lei Complementar nº 75, de 20 de Junho.





ARTIGO

PROBLEMATICA DE UMA ESCOLA DO CAMPO EM MARIA PRETA/ IPECAETÁ-BA: A RELEVÂNCIA DOS PROCESSOS EDUCACIONAIS DESENVOLVIDA NAS ESCOLAS DO CAMPO PARA UMA COMUNIDADE

PROBLEM OF A SCHOOL OF THE FIELD IN MARIA PRETA / IPECAETÁ-BA: THE RELEVANCE OF THE EDUCATIONAL PROCESSES DEVELOPED IN THE SCHOOLS OF THE FIELD FOR A COMMUNITY

PROBLEMATICA DE UNA ESCUELA DEL CAMPO EN MARIA PRETA / IPECAETÁ-BA: LA RELEVANCIA DE LOS PROCESOS EDUCATIVOS DESARROLLADA EN LAS ESCUELAS DEL CAMPO PARA UNA COMUNIDAD

DAIANE MOURA DE SANTANA

RESUMO: Inicialmente é apresentado um breve referencial teórico, que por sua vez, traz uma abordagem histórica da evolução da Educação do Campo no Brasil, bem como, os marcos legais relevantes para a discussão. Em seguida é apresentada uma breve avaliação diagnóstica da situação atual da escola Municipal Margarida Rodrigues de Oliveira localizada na comunidade rural de Maria Preta em Ipecaetá-Ba, abordando alguns de seus aspectos tanto quantitativos, quanto qualitativos. Sendo também apresentadas algumas das principais dificuldades enfrentadas pela comunidade escolar escolas, tais como: formação e remuneração de professores, acesso e permanência dos alunos na escola, distorção idade-série, baixo rendimento dos aprendizes, insuficiência no acompanhamento dos estudantes pelos pais, redução no número de matrículas no turno vespertino, entre outros. Além disso, foram apontadas algumas das ações desenvolvidas pela equipe docente do turno vespertino, a fim de reverter este quadro. Algumas das ações apontadas são: esta equipe, sobretudo a de professores, se doa ao máximo na confecção, execução e gestão dos mais variados projetos, que visam desde o estímulo à leitura, a escrita e a alfabetização científica e matemática, até questões de valores sociais e culturais, combate ao preconceito, ao racismo e ao bullying. Por fim, são abordados alguns pontos do Projeto Político Pedagógico da Escola e conclui com a constatação de que a melhoria dos problemas apontados depende do trabalho conjunto e comprometimento da comunidade escolar e governo municipal.

Palavras-chave: Educação do campo; Maria Preta; Escola rural; Ipecaetá; Comunidade rural.

ABSTRACT: Firstly, a brief theoretical framework is presented, which in turn presents a historical approach to the evolution of Field Education in Brazil, as well as the legal frameworks relevant to the discussion. The following is a brief diagnostic evaluation of the current situation of Margarida Rodrigues de Oliveira Municipal School located in the rural community of Maria Preta in Ipecaetá-Ba, addressing some of its aspects both quantitative and qualitative. There are also some of the main difficulties faced by the school community, such as: teacher training and remuneration, students' access to and stay in school, age-grade distortion, poor performance of learners, insufficient student follow-up by parents, number of enrollments in the afternoon shift, among others. In addition, some of the actions developed by the teaching staff of the afternoon shift were pointed out, in order to reverse this situation. Some of the actions pointed out are: this team, especially that of teachers, donates themselves to the maximum in the preparation, execution and management of the most varied projects, ranging from the stimulation of reading, writing and scientific and mathematical literacy, to questions of values social and cultural rights, combating prejudice, racism and bullfighting. Finally, some points of the School's Political Pedagogical Project are discussed and concludes with the observation that the improvement of the problems pointed out depends on the joint work and commitment of the school community and municipal government.





Palavras-chave: Education of the field; Maria Preta; Rural school; Ipecaetá; Rural community.

RESUMEN: En primer lugar se presenta un breve referencial teórico, que a su vez trae un abordaje histórico de la evolución de la Educación del Campo en Brasil, así como, los marcos legales relevantes para la discusión. A continuación se presenta una breve evaluación diagnóstica de la situación actual de la escuela municipal Margarida Rodrigues de Oliveira ubicada en la comunidad rural de Maria Preta en Ipecaetá-Ba, abordando algunos de sus aspectos tanto cuantitativos, cuanto cualitativos. En el caso de los alumnos, los alumnos, en la escuela, la distorsión edad-serie, el bajo rendimiento de los aprendices, la insuficiencia en el acompañamiento de los estudiantes por los padres, la reducción en el nivel de escolaridad, el número de matrículas en el turno vespertino, entre otros. Además, se señalaron algunas de las acciones desarrolladas por el equipo docente del turno vespertino, a fin de revertir este cuadro. Algunas de las acciones apuntadas son: este equipo, sobre todo la de profesores, se da al máximo en la confección, ejecución y gestión de los más variados proyectos, que visión desde el estímulo a la lectura, la escritura y la alfabetización científica y matemática, hasta cuestiones de valores sociales y culturales, lucha contra el prejuicio, el racismo y el bullying. Por último, se abordan algunos puntos del Proyecto Político Pedagógico de la Escuela y concluye con la constatación de que la mejora de los problemas señalados depende del trabajo conjunto y el compromiso de la comunidad escolar y el gobierno municipal.

Palabras clave: Educación del campo; María Negra; Escuela rural; Ipecaetá; Comunidad rural.

SÍNTESE BIBLIOGRÁFICA

Historicamente os processos escolares no Brasil, assim como em outros países capitalistas, seguem requisitos elitistas, através dos quais a educação para a consciência e cidadania plena dos indivíduos sempre foi oferecida a pequenos grupos de privilegiados, enquanto a educação das massas quando passou a ser pensada, foi com o principal objetivo a formação de mão de obra qualificada para o mercado e de indivíduos dóceis e obedientes. Segundo Sérgio Celani Leite (1999: 22), o estado e o capitalismo usufruem do processo escolar para obtenção de seus objetivos, lançado mão de recursos incompatíveis com a visão democrática que sustentam.

Com o projeto político do escolanovismo as recentes escolas rurais se viram envolvidas num ideário de escolas tecnicistas e distantes das reais necessidades dos estudantes camponeses. E assim, o programa de Extensão Rural propunha ações que provocassem novas formas de relações sociais e políticas no campo, usando a justificativa de que o comportamento tradicional deve ser mudado por meio da execução de ações sobre um plano psicológico, a fim de atingir o progresso social técnico das populações rurais. (LEITE, 99: 25)

A educação nesse contexto não foi pensada a partir de objetivos próprios, mas externos e alheios a sua problemática específica. E assim continuou acontecendo com a lei 5.692/71, que trouxe implicitamente três objetivos: I- utilização do processo escolar, em todos os níveis de escolaridade, como meio de propagação e penetração do ideário nacional militar de Estado (ideologia estatal empresarial);





II- controle político econômico, ideológico e cultural, principalmente das classes operárias, através da profissionalização e do currículo escolar mínimo desprovido de um conteúdo crítico-reflexivo; II- recriação de infraestrutura material e de recursos humanos adequados ao desenvolvimento do capital e da produção. (LEITE. 99: 26)

Posteriormente, essa forma de ensino sofreu várias críticas, inclusive do pedagogo brasileiro Paulo Freire que revolucionou as práticas educativas em nosso país, ele defendeu métodos de educação popular, tendo como suporte filosófico e ideológico os valores e o universo sociolinguístico e cultural desses mesmos grupos. Dialeticamente percebido no confronto entre escola formal e tradicional, educação informal e popular, Freire rompeu com a dicotomia até então conhecida e vivenciada pela escola brasileira, na tentativa de possibilitar uma educação voltada para a solidariedade, para a práxis, em que os elementos político, social, econômico e cultural teceram o processo de ensino-aprendizagem e da cidadania consciente (LEITE. 99; p 43).

Toda essa problemática aqui evidenciada traz à tona a necessidade de se lançar olhares mais atentos e despidos de preconceitos sobre essa modalidade de educação. De acordo com o disposto pela SECAD/MEC (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidades/ Ministério da Educação e Cultura) em seu Caderno de Educação do Campo, o reconhecimento de que as pessoas que vivem no campo têm direito a uma educação diferenciada daquela oferecida a quem vive nas cidades é recente, inovador e ganhou força a partir da instituição, pelo Conselho Nacional de Educação, das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

Esse reconhecimento extrapola a noção de espaço geográfico e compreende as necessidades culturais, os direitos sociais e a formação integral desses indivíduos. Para atender a essas especificidades e oferecer uma educação de qualidade, adequada ao modo de viver, pensar e produzir das populações identificadas com o campo vem sendo concebida a Educação do Campo (SECAD/MEC. 2007).

Com base em dados oficiais disponibilizados pelas instituições federais de pesquisa – IBGE, INEP e IPEA e expostos no Caderno da SECAD, é possível afirmar que existe diferenças acentuadas entre os indicadores educacionais relativos às populações que vivem no campo e as que vivem nas cidades, com clara desvantagem para as primeiras. Isto indica que, no decorrer da história, as políticas públicas para essas populações não foram suficientes para garantir uma equidade educacional entre campo e cidade. Este equívoco vem desencadeando ano após ano, o reforço das desconfianças que foram





geradas historicamente sobre os processos de educação do campo. Desconfianças essas que perpetua a ideia de que as melhores informações e tecnologias educacionais não são oferecidas aos aprendizes do campo. E estimula processos de êxodo, sobretudo dos mais jovens, que saem em busca do sonho de melhores oportunidades na cidade.

A educação para as comunidades rurais não foi implantada com finalidades diferentes, nem voltada para a fixação e reconhecimento do ambiente rural pelos seus habitantes como um espaço digno e produtivo. A finalidade inicial foi meramente instrumentar a população rurícola para inserir-se ao mercado de trabalho. Com a expansão do êxodo rural para os grandes centros, passou-se a observar essa população de forma diferente. Pois, o aumento das populações urbanas passou a trazer ameaças à estabilidade econômica do espaço urbano. Entretanto, a Lei de Diretrizes e Bases da educação (LDB, 9394/96) promove a desvinculação da escola rural dos meios e da performance escolar urbana exigindo para a primeira um planejamento interligado à vida rural e de certo modo diferente do urbano.

Mas, embora a LDB traga bons direcionamentos, a educação oferecida as pessoas que habitam no ambiente rural ainda enfrentam problemas como a baixa disponibilidade de recursos financeiros, estruturas físicas que não dão conta das necessidades, evasão escolar, resistência ao aprendizado, o fechamento de escolas rurais entre outros. Aqui, versaremos sobre os impactos negativos do fechamento de escolas rurais para a comunidade atendida por estas unidades, olhando para a realidade de uma escola localizada em um povoado no Chamado Maria Preta no município de Ipecaetá, Bahia.

PROBLEMÁTICA DA ESCOLA MARGARIDA RODRIGUES DE OLIVEIRA NA MARIA PRETA EM IPECAETÁ

A escola em questão tem como clientela crianças e adolescentes oriundos da área Rural do município, em sua maioria, filhos de camponeses, prestadores de serviços (Pedreiros, Carpinteiros, Empregadas domésticas, entre outros) e desempregados, a maioria das famílias dependem de benefícios sociais para subsistência. Quanto à organização da escola e as suas modalidades de ensino, a mesma oferece a educação infantil e o ensino fundamental do primeiro ao nono ano, nos turnos matutino e vespertino, sendo que, as séries finais do ensino fundamental são oferecidas apenas no vespertino.

A escola está funcionando em um prédio próprio, que tem como dependência fixa: 08 salas de aula, 04 sanitários, uma cantina, uma área interna, uma secretaria, uma biblioteca e uma sala para





professores. A instituição vem sendo gerenciada através da unidade executora Caixa Escolar Wilson Falcão os recursos destinados à aquisição de material didático, de limpeza, permanente e serviços. E ainda se beneficia dos programas PNLD, Mais Educação, Atleta na Escola e Escola no Campo.

A partir de observação direta do ambiente escolar da análise dos dados de rendimentos e de dados trazidos no Projeto Político Pedagógico da escola, podemos identificar e apontar de um modo geral, as seguintes dificuldades enfrentadas: baixa participação dos pais no que diz respeito ao processo educativo dos filhos, pouco interesse dos alunos pelas atividades realizadas em sala de aula, pouco preparo de alguns professores e outros profissionais da educação para lidar com necessidades específicas de nosso alunado em função de questões locais que ainda necessitam de um olhar mais atencioso, tanto da escola, quanto da gestão municipal e progressivo decréscimo no número de matrículas, sobretudo no vespertino.

Essa problemática vem há algum tempo preocupando o corpo docente da escola Margarida Rodrigues de Oliveira, entre eles, a redução do número de matrículas de alunos do fundamental II, tem sido uma das nossas maiores preocupações. Há aproximadamente três anos a equipe se debruça sobre o desafio de atrair mais aluno e distanciar a ameaça de fechamento do colégio. Entretanto, todas as nossas iniciativas até o momento não trouxeram resultados muito perceptíveis. Inclusive, iniciamos o ano letivo de 2018 com risco de fechamento das turmas do fundamental II pela administração municipal, que alega não haver interesse na manutenção da oferta das séries finais do fundamental na unidade, com o número baixo de matrículas.

A comunidade Escolar reconhece algumas limitações, mas também fica apreensiva com a ameaça de fechamento da escola, pois esta é um referencial para a comunidade e um elemento de sustentação da comunidade. Pois, vários estudos já evidenciaram que quando escolas rurais são fechadas, a comunidade tende a perder a vida gradualmente, uma vez que os jovens se vêm obrigados a exilar-se para ambientes urbanos ainda mais sedo, em busca de escolas agradáveis para si e seus filhos.

Todavia, a comunidade escolar da Maria Preta possui entre seus pontos fortes, o comprometimento da equipe de trabalho com a luta para manutenção da escola viva, para a oferta do melhor e bem adequado serviço ao alunado. E embora, a unidade escolar venha enfrentando inúmeras dificuldades, esta equipe, sobretudo a de professores, se doa ao máximo na confecção, execução e gestão dos mais variados projetos, que visam desde o estímulo à leitura, a escrita e a alfabetização científica e matemática, até questões de valores sociais e culturais, combate ao preconceito, ao racismo e ao *bullying*.





A Lei 12.960 sancionada pela então presidenta Dilma Rousseff e publicada no *Diário Oficial* da União em março de 2014, faz-se de suma relevância para nossa luta. Uma vez que, versa sobre o fechamento de escolas do campo, e evidencia a necessidade de prévia manifestação por parte da comunidade escolar ao processo de fechamento. Esta lei altera o artigo 4º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/1996) e estabelece que antes de fechar a escola da educação básica pública que atenda estudantes residentes no campo, indígenas e quilombolas, o/a prefeito/a ou secretário/a de educação precisa ouvir o conselho municipal de educação, que é o órgão normativo e tem na sua composição representantes dos gestores e de toda a comunidade escolar. E este conselho deverá produzir seu parecer após receber uma justificativa apresentada pela secretaria de educação, com a análise do impacto sobre o fechamento, com honestidade e atenção aos impactos que o a extinção de uma escola pode causar para a comunidade do entorno (BRASIL, 2014).

Faz-se necessário e urgente a atenção dos governos municipal e estadual para as comunidades do campo, a fim de buscar alternativas em acordo com a comunidade, que tenham como objetivo a garantia do acesso e da permanência na escola, a aprendizagem e a valorização do universo cultural das populações do campo e a colaboração e incentivo à formação continuada dos docentes que atuarão nesse espaço. O Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo) inclui ações de apoio ao desenvolvimento de práticas de gestão, à formação inicial e continuada de professores, à educação tecnológica e de jovens e adultos e à melhoria da infraestrutura física e tecnológica dos equipamentos (BRASIL, 2014).

Atualmente, temos vários projetos em andamento na escola, que buscam além de elevar ainda mais o interesse de nossos alunos pelo ambiente escolar, os seguintes objetivos: servir como referencial prático e teórico no processo de ensino- aprendizagem, uma vez que algumas professoras desenvolvem trabalhos de especialização e mestrado nesta unidade; melhorar a qualidade do ensino; aumentar a qualidade e a quantidade de aprovação; diminuir a repetência; trabalhar as relações ente escola – comunidade – aluno - família; construir um espaço que dê subsídios para construção da cidadania plena, a fim de conquistar uma sociedade mais justa; e construir e desenvolver estratégias contínuas de acompanhamento e de avaliação do aprendizado dos educandos.

Quanto à proposta curricular desta unidade escolar, são propostos procedimentos que visam à aprendizagem e comprometimento com a formação de cidadãos críticos, autônomos e atuantes, sua





organização é uma integração teórica das áreas, abordando várias questões nos seus diversos aspectos; participar e atuar na sociedade também, assumirem a responsabilidade e o compromisso com a comunidade no sentido de construir conhecimento coletivamente que contribuam para melhoria de vida dentro e fora da escola, portanto, as diferentes áreas, os conteúdos selecionados em cada uma delas e o tratamento transversal de questões cultura de nosso tempo, cuja aquisição contribui para desenvolvimento das capacidades traçadas coletivamente no contexto escolar, a partir das diretrizes da Base Nacional Comum Curricular.

O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MARGARIDA RODRIGUES DE OLIVEIRA

O Projeto Político Pedagógico da escola Margarida Rodrigues de Oliveira é introduzido com uma breve explanação sobre quais devem ser as funções de um projeto desta natureza e pontua que o mesmo se constitui em mais que uma exigência normativa, e sim, um instrumento político e ideológico, que visa, sobretudo, a gestão dos resultados de aprendizagem, através da projeção, da organização, e acompanhamento de todo o universo escolar. Também prossegue afirmando possibilitar o desenvolvimento de um trabalho favorável à aplicação e à diversificação de atividades reflexivas, críticas, exercitar a capacidade de resolver problemas com autonomia; desenvolver a criatividade numa incessante busca de informações, descobrindo novas possibilidades, pensar interdisciplinar e buscando construir coletivamente.

Tal projeto se propõe um grande referencial para todos da comunidade escolar em questão, com o objetivo de solucionar problemas vivenciados pela mesma, tendo como apoiadores a Secretaria Municipal de Educação, Conselho tutelar, Secretaria de Saúde, Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, entre outros. Em seguida, os elaboradores deste projeto buscaram referência em trechos da lei 9394/96, para contextualizar a apresentação das modalidades do Ensino Fundamental da Rede Municipal, sendo estas: a Educação Especial; Educação Básica do Campo; Educação de Jovens e Adultos. Esta segunda, por sua vez, é a educação para a população rural e está prevista com adequações necessárias às peculiaridades da vida este ambiente e de cada região, definindo-se orientações para três aspectos essenciais à organização da ação pedagógica: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos estudantes da zona rural; II - organização escolar





própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Segundo a lei 9394/96, deve-se definir a identidade da escola do campo pela vinculação com as questões inerentes à sua realidade, com propostas pedagógicas que contemplem sua diversidade em todos os aspectos, tais como sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia. Além disso, formas de organização e metodologias pertinentes à realidade do campo devem ter acolhidas como a pedagogia da terra pela qual se busca um trabalho pedagógico fundamentado no princípio da sustentabilidade, para assegurar a preservação da vida das futuras gerações e a pedagogia da alternância, na qual o estudante participa concomitante e alternadamente de dois ambientes/situações de aprendizagem: o escolar e o laboral, supondo parceria educativa, em que ambas as partes são corresponsáveis pelo aprendizado e pela formação do estudante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre as principais dificuldades que o ensino rural enfrenta hoje, estão: ausência ou insuficiência de assistência pedagógica apropriada às necessidades dos educadores do campo e supervisão escolar nas escolas rurais; a desatualização das propostas pedagógicas das escolas rurais, que impactam no baixo desempenho escolar dos alunos e elevadas taxas de distorção idade-série; o baixos salários e sobrecarga de trabalho dos professores.

Faz-se necessário e urgente a discussão de políticas que visem melhorias para o processo de ensino-aprendizagem, com ênfase na formação continuada do corpo docente para a formação de qualidade dos discentes e com a finalidade de garantir que não possamos incorrer nos mesmos erros históricos que acabam por transferir a educação urbana de ensino para o campo. Além disso, que tais discussões possam trazer progresso no acesso e na permanência dos aprendizes no ambiente escolar, bem como na expansão do sistema e no ambiente do campo, melhorando as condições pedagógicas e de infraestrutura escolar.

Contudo, é preciso garantir uma proposta de organização do trabalho pedagógico, de formação do professor e de organização curricular que seja do campo, para o campo e no campo. Assim, os próximos passos para a consolidação e enraizamento desta política dizem respeito a um maior aporte financeiro para as ações em curso, à mobilização das estruturas públicas e reformulação das normas em





vigor. Qualquer ação de política pública a ser desenvolvida, seja pelo MEC ou pelos sistemas de ensino, precisa apresentar alternativas eficazes para a atual situação educacional do campo que inviabiliza a permanência das crianças, adolescentes, jovens e adultos nas escolas, comprometendo seriamente qualquer projeto de nação justa e democrática.

A Educação do Campo deve ser uma educação dos e não para os sujeitos do campo, opondo-se ao problemático modelo de “educação rural” que imperou historicamente no Brasil, uma educação que seguia uma matriz curricular voltada para a perpetuação das desigualdades sociais no campo. Por outro lado, essa modalidade de educação deve ser implementada através de políticas públicas, construídas pelos próprios sujeitos. Logo, é uma educação que tem a perspectiva de educar esses sujeitos para que assim eles possam se articular, se organizar e assumir a direção de seus destinos (CALDART, 2002).

No âmbito do ensino de Ciências, uma educação democrática deve refletir as formas de reelaborar didaticamente conteúdos pedagógicos específicos em relação à realidade dos camponeses de modo que esses não tenham que se adaptar a padrões estabelecidos por culturas urbanas distantes. O projeto político pedagógico de suas escolas deve respeitar as particularidades das comunidades, trabalhando conteúdos relacionados com a realidade e respeitando os tempos locais, como por exemplo, a implantação do calendário agrícola escolar (CARDOSO, 2009).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999. 120 p.
- BRANDÃO, Zaia (Org.). **A crise dos paradigmas e a educação**. 10. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2007. 108 p (Questões da Nossa Época; n. 35) ISBN 978852490532.
- STROMQUIST, Nelly P. **A desigualdade como meio de vida: educação e classe social na América Latina**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v.85, n. 209-211, p. 11-28, jan./dez. 2004.
- DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; LANG, Alice Beatriz Silva Gordo. **Educando para o trabalho: família e escola como agências educadoras**. São Paulo: Edições Loyola, c1985. 205p.
- BAPTISTA, Francisca Maria Carneiro. **Educação rural: das experiencias a política pública**. Brasília, DF: NEAD, Editorial Abare, 2003. 100p (Debates e Ação. v 2).
- BRASIL, 2014; Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article/208-noticias/591061196/20339-prefeitura-devera-ouvir-comunidade-antes-de-fechar-escolas-rurais-indigenas-e-quilombolas?Itemid=164>; acessado em janeiro 2018.





UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
Centro de Ciências e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade
Campus de Feira de Santana



BRASIL. Ministério da Educação. Caderno 02. Cadernos Temáticos da SECAD. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pet/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/13605-cadernos-tematicos-da-secad>. Acessado em: janeiro, 2018.





ARTIGO

FORMAÇÃO DE PROFESSORES E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE DO SUJEITO DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE ÁGUA FRIA/BA

TEACHER TRAINING AND IDENTITY CONSTRUCTION OF THE SUBJECT OF THE FIELD IN THE MUNICIPALITY OF COLD WATER / BA

FORMACIÓN DE PROFESORES Y CONSTRUCCIÓN DE IDENTIDAD DEL SUJETO DEL CAMPO EN EL MUNICIPIO DE ÁGUA FRIA / BA

HILDECI SANTANA MAGALHÃES DOS SANTOS

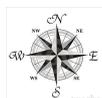
RESUMO: Na condição de coordenadora pedagógica de Escolas e Núcleos em áreas rurais me foi dado a responsabilidade de coordenar e implantar o Programa Escola Ativa no município. Nossa aproximação com a temática Educação do Campo advém dessas experiências vivenciadas no campo profissional que, pela vivência, se torna pessoal, coletivo. Com o amadurecimento na coordenação, e, sobretudo, inquietado pela proposta do Programa, surgiu o interesse em pesquisar e discutir mais profundamente a Educação do Campo no município. Dessa forma o objetivo do trabalho é investigar a prática pedagógica dos professores dos anos iniciais do ensino fundamental, das escolas do campo do município de Água Fria/BA numa perspectiva crítica e emancipadora com vistas ao fortalecimento da identidade do campo nas escolas do município. Para tanto iremos analisar a existência de plano de formação de professores para a Educação do Campo no município; intervir sobre a formação de professores/educadores dos anos iniciais do ensino fundamental com condição de compreender criticamente a realidade do campo em suas mais diferentes dimensões; organizar espaços de socialização da construção do plano de formação, trata-se de uma investigação participante. Ao mesmo tempo em que investigamos, ajudamos a criar as bases teóricas e metodológicas necessárias a criação do projeto maior almejado: a Educação do Campo no município de Água Fria.

Palavras chave: Educação do Campo. Formação de professores. Identidade dos Povos do campo.

ABSTRACT: As coordinator of Schools and Core Schools in rural areas, I was given the responsibility of coordinating and implementing the Escola Activa Program in the municipality. Our approach to the theme of "Field Education" stems from these experiences in the professional field, which, through experience, becomes personal and collective. With the maturation in coordination and, above all, concern about the program's proposal, the interest arose in researching and discussing more deeply the Field Education in the municipality. Thus, the objective of this work is to investigate the pedagogical practice of the teachers of the initial years of elementary education, from the schools of the municipality of Água Fria / BA in a critical and emancipatory perspective with a view to strengthening the identity of the countryside in the municipal schools. To do so, we will analyze the existence of a teacher training plan for Field Education in the municipality; I) Intervene on the training of teachers / educators of the early years of elementary school with the condition of critically understanding the reality of the field in its most different dimensions; ii) organize spaces for the socialization of the construction of the training plan This is a participant research. At the same time that we investigate, we help to create the theoretical and methodological bases necessary to create the largest project: the Field Education in the municipality of Água Fria

Keywords: Field Education. Teacher training. Identity of the Peoples of the field.

RESUMEN: En la condición de coordinadora pedagógica de Escuelas y Núcleos en áreas rurales, me fue dado la responsabilidad de coordinar e implantar el Programa Escuela Activa en el municipio. Nuestra aproximación con la temática Educación del Campo proviene de esas experiencias vivenciadas en el campo profesional que, por





la vivencia, se vuelve personal, colectivo. Con la maduración en la coordinación, y, sobre todo, inquietado por la propuesta del Programa, surgió el interés en investigar y discutir más profundamente la Educación del Campo en el municipio. De esta forma el objetivo del trabajo es investigar la práctica pedagógica de los profesores de los años iniciales de la enseñanza fundamental, de las escuelas del campo del municipio de Água Fria / BA en una perspectiva crítica y emancipadora con vistas al fortalecimiento de la identidad del campo en las escuelas del municipio. Para ello vamos a analizar la existencia de un plan de formación de profesores para la Educación del Campo en el municipio; I) Intervenir sobre la formación de profesores / educadores de los años iniciales de la enseñanza fundamental con condición de comprender críticamente la realidad del campo en sus más diferentes dimensiones; ii) organizar espacios de socialización de la construcción del plan de formación Se trata de una investigación participante. Al mismo tiempo que investigamos, ayudamos a crear las bases teóricas y metodológicas necesarias para la creación del proyecto mayor anhelado: la Educación del Campo en el municipio de Água Fria.

Palabras clave: Educación del Campo. Formación de profesores. Identidad de los Pueblos del campo.

INTRODUÇÃO

Minha formação acadêmica inicial é em Pedagogia pela Universidade Estadual de Feira de Santana, na sequência busquei me especializar em Política do Planejamento: Currículo, Avaliação e Didática pela Universidade do Estado da Bahia e em Pedagogia Histórico-Crítica para as Escolas do Campo pela Universidade Federal do Estado da Bahia. Mas, minha maior experiência vem do exercício da função coordenação pedagógica da gestão pública na Educação e, docente na Educação Básica (Ensino Fundamental I e II) e na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Ali, eu conheci, conviver e lutei pelos sujeitos do campo em todas as suas diversidades.

Nossa aproximação com a temática Educação do Campo advém das experiências vivenciadas enquanto coordenadora pedagógica de Escolas/Núcleos em áreas rurais responsável pelo Programa Escola Ativa. Com o amadurecimento na coordenação, e, sobretudo inquietado pela proposta do Programa, surgiu o interesse em pesquisar e discutir mais profundamente a Educação do Campo no município. Outros fatores levaram-me a trilhar os caminhos da educação do campo. No período em que estive secretária de educação de Água Fria percebia a resistência dos gestores escolares e professores em discutir a educação do campo. Há uma ausência de compromisso com a modalidade no município e uma dívida histórica com a educação da população, que em sua maioria encontra-se nas áreas rurais.

Ademais, a participação em seminários, e outros eventos relacionados à Educação do Campo, atrelada as experiências adquiridas nos movimentos sociais constituíram-se em elementos fundamentais para ampliar meu olhar sobre essa modalidade de ensino que atravessa as demais.

CONTEXTUALIZAÇÃO





A Educação do Campo é uma concepção de educação gestada no seio das lutas dos povos do campo. Na luta pela terra e por uma vivência digna se tornou uma referência à prática educativa, formulada como resultado das lutas desses povos organizadas em movimentos sociais populares. É uma concepção de educação que “nasceu como crítica à realidade da educação brasileira, particularmente a situação educacional do povo brasileiro que trabalha e vive no e do campo...” (CALDART, 2008a, p.4).

A Educação do Campo nasceu de uma tomada de consciência, no seio da luta pela terra. Era o momento do reconhecimento do outro direito fundamental, o de um projeto educativo condizente com as características do projeto de sociedade defendido. Pauta-se aqui o direito a ter direitos dos povos camponeses. À luta passou a ser pela criação e implantação de políticas públicas de educação que respeitasse às especificidades dos seus sujeitos, em oposição a uma visão instrumentalizadora compensatória que sempre teve a serviço da chamada educação rural.

A Educação do Campo se constrói na luta por uma educação que visa à formação do ser em sua totalidade. Nessas lutas pelo conhecimento real dos povos do campo, foram pautadas ações para a escola e para a formação de educadores que permitisse a ampliação do acesso, a permanência e direito à escola pública no campo pois – a base legal assegura as pessoas o direito de estudar no lugar onde vivem. Como afirma a LDB (Brasil, Art 1º, 2006) “as práticas sociais e o mundo dos trabalhos” (dos agricultores, extrativistas, ribeirinhos, caçaras, quilombolas, pescadores, seringueiros, etc.), devem ser incorporados aos processos educativos e nortear a elaboração do Projeto Político Pedagógico das escolas. Também a Educação do Campo foi incorporada ao documento das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (BRASIL-MEC, Resolução CNE/CEB nº1- 03/04/2002) em decorrência dos muitos debates ao longo de quase 20 anos promovidos pelos movimentos sociais, universidades, ONGs, dentre outros grupos que também formaram a Articulação Nacional por uma Educação do Campo em 1998.

Em decorrência da ampliação de novos campos de luta para a Educação do Campo em consonância com um projeto histórico de educação hegemônico, conduzido e organizado pelos sujeitos sociais do campo, este e a educação passaram a fazer parte da agenda política do país, pois todos têm o direito a uma educação de qualidade.

Em se tratando da realidade do município de Água Fria a Educação do Campo é ainda mais desalentador heranças históricas e ainda hoje tão perversas tem gerado uma marginalidade operada por





um modelo de educação unificado para todo o município. O que vemos nas escolas do campo são profissionais sem formação adequada, escolas em situação precárias de funcionamento, mobiliário em péssimas condições de uso, em muitos casos sobras das escolas da sede, banheiros inutilizáveis, gestão e praticas pedagógicas centralizada em modelos urbanocêntricos atrelados a padrões tradicionais, conservadoras, excludentes e discriminatórias, impossibilitando a si próprio e aos alunos a pensarem sobre a diversidade humana no âmbito escolar, inexistência de PPP ou as que possuem distantes da realidade das escolas. Em fim, essas escolas desconsideram os saberes, as praticas e vivencias dos educandos que residem no campo. É necessário buscar respostas para esses e outros problemas que emergem tanto nas escolas quanto nas práticas pedagógicas: Em que medida a formação de professores interfere na construção da identidade dos sujeitos do campo no município de Água Fria?

Como objetivo geral desse trabalho temos: Investigar a pratica pedagógica dos professores dos anos iniciais do ensino fundamental, das escolas do campo do município de Água Fria/BA numa perspectiva critica e emancipadora com vistas ao fortalecimento da identidade do campo nas escolas do município. Como objetivos específicos: analisar a existência de plano de formação de professores para a educação do campo no município de Água Fria; criar espaço de debate no âmbito da rede municipal de ensino do município de Água Fria, em vista a uma Educação do Campo, fomentada pelos movimentos sociais que atuam no campo; trazer para intervenção a formação de professores/educadores dos anos iniciais do ensino fundamental I com condição de compreender criticamente a realidade do campo em suas mais diferentes dimensões; entender a trajetória da educação do/no campo, tendo como eixo as concepções e contribuições das lutas dos movimentos sociais, numa perspectiva humana, social e emancipação. O Produto final deste trabalho é o Plano de Formação dos profissionais da educação (Gestores, docentes, assistentes).

JUSTIFICATIVA

O estudo em questão trata da Educação do Campo em seu contexto histórico, na contemporaneidade, pautada na formação de professores referente às demandas das classes multisseriadas das escolas do campo no município de Água Fria que articula uma série de elementos de caráter sócio pedagógico e administrativo buscando ampliar a qualidade da educação. O presente projeto justifica-se pela necessidade de se desenvolver um estudo sobre os professores e a resistência da não





aceitação da realidade do aluno de querer transformar esse ambiente sempre confrontando, tendo ele relevante papel, pois é o responsável pelo planejamento de ensino, organizando os conhecimentos clássicos essenciais a serem garantido pela escola.

Ao longo do tempo observando no desenvolvimento das atividades profissionais como coordenadora pedagógica das escolas do campo, tal vivência provocou inquietações que motivaram a pesquisa e buscar a resposta para esta inquietação.

REFERENCIAL TEÓRICO

No Brasil a exploração das terras vem desde a era do “descobrimento” no século XVI, onde os portugueses praticavam exploração com as riquezas aqui existentes, tanto naturais quanto os nativos “índios” que aqui existia, e em troca do trabalho desses nativos dava-lhes bugigangas sendo que mais tarde as terras destes foram tomadas e os mesmos passaram a ser exterminados.

Carvalho observa (2008, p. 18) que “o efeito imediato da conquista foi à dominação e o extermínio pela guerra, pela escravização, pela doença de milhões de indígenas”. E logo depois se iniciou a exploração dos africanos bem como dos imigrantes pobres trazidos da Europa e do Oriente. No desenvolver da história do Brasil a exclusão social, política, econômica e cultural sempre se fizeram presentes no meio rural. E hoje, ainda há indícios fortes desta exclusão, e o legado da história nos leva a constatação de que as escolas brasileiras do campo não são ainda trabalhadas de forma satisfatória, com autoridade e conhecimento de causa por parte das políticas públicas em educação, pois gestores e educadores que trabalham nas escolas do campo ainda não possuem formação específica para esta demanda, ainda não é realizado um trabalho que permita ao educando do campo ter conhecimento real de como se procede à questão a respeito do descobrimento do Brasil, da divisão de terra, ainda há um legado de que os verdadeiros donos da terra os índios são seres preguiçosos, imundos, desprovidos de cultura científica e seus costumes são poucos valorizados. Assim também são os negros (escravos), seres de caráter duvidoso, atrasados, inferiores aos europeus em geral. E ainda em pleno século XXI, práticas discriminatórias contra os negros são visíveis na sociedade e a escola pouco tem contribuído para que esta seja exterminada.





Com a Educação do Campo é notório o tamanho do descaso das políticas públicas em tratar esta denominada historicamente de educação rural. Procurando compreender essa dualidade, Leite (1999), nos auxilia a entender a diferença no uso das termologias. Ele destaca o papel do estado no desenvolvimento da extensão rural e das preocupações com o atraso educacional que permeava o meio rural no início do século XX no Brasil. Na trajetória da educação rural, o homem do campo foi concebido como exemplo de atraso, e a política educacional se organizava em conformidade com os interesses capitalistas predominante em cada conjuntura. Nos anos de 1960, Freire “(...) revolucionou a prática educativa, criando os métodos de educação popular, tendo por suporte filosófico – ideológico os valores e o universo sociolinguístico – cultural desses mesmos grupos” (Leite, 1999, p. 43).

As experiências desenvolvidas por Paulo Freire; as Escolas Famílias-Agrícolas (EFAS), que chegaram ao Brasil na década de 1960 e as experiências das Casas Familiares Rurais (CFRS), que ocorreram em Alagoas e Pernambuco, tendo se estendido para a região Sul do Brasil, entre 1989 e 1990 (Andrade & Di Pierro, 2004), a história da educação brasileira mostra o predomínio de uma educação que objetivava “treinar e educar” os sujeitos “rústicos” do rural.

Nos anos de 1980, em decorrência do aumento do número de ocupações de acampamentos e assentamentos no (MST), foi onde as questões em educação dos camponeses e trabalhadores rurais ficaram mais visíveis. Com um número mínimo de escolas e uma pedagogia voltada para a realidade urbana fizeram com que o movimento social desse início a novas experiências e elaborassem documentos mostrando as necessidades e as possibilidades de construção de uma política pública pertinente para a educação do campo. O movimento social coloca em questão o paradigma da educação rural e propõe uma educação do campo com um novo olhar que venha orientar, nortear com eficácia as políticas e práticas pedagógicas pertinentes para a Educação do Campo. É questionado ainda, os interesses das classes dominantes expressos no paradigma da educação rural e as contradições do modo de produção do sistema capitalista. Muita terra em domínio de poucos e tantos sem nada sendo obrigados a prestar serviços em más condições de trabalho aos grandes latifundiários.

Fernandes et al. (2004, p.25) afirmam que a utilização da expressão campo foi adotada em função da reflexão sobre o “(...) sentido atual do trabalho camponês e das lutas sociais e culturais dos grupos que hoje tentam garantir a sobrevivência desse trabalho”. O que se explicita é o resgate do conceito de camponês. Aprofunda-se a definição de campo como





(...) lugar de vida, onde as pessoas podem morar trabalhar, estudar com dignidade de quem tem o seu lugar, a sua identidade cultural. O campo não é só o lugar da produção agropecuária e agroindustrial, do latifúndio e da grilagem de terra. O campo é espaço e território dos camponeses e dos quilombolas (...). (Fernandes et al., 2004, p. 137).

Com a criação do Setor de Educação (1987), responsável pela organização e sistematização de propostas e práticas pedagógicas nas escolas localizadas em assentamentos da reforma agrária e nos acampamento, o MST passou por um processo de fortalecimento na demanda e proposição das políticas educacionais, em decorrências de suas lutas por direitos igualitários a educação para estes povos em ambientes propícios e com educadores com formação adequada para que o trabalho pedagógico seja desenvolvido com consistência própria para os mesmos.

O marco da inserção do campo na agenda política e na política educacional pode ser indicado a partir da LDB 9394/96 ao afirmar, em seu artigo 28, a possibilidade de adequação curricular e metodologias apropriadas ao meio rural; bem como, realização de seminários, conferências, onde gerou-se inquietações e firmaram-se parcerias, para juntos buscarem entendimento e concretização das propostas a serem desenvolvidas em cada realidade.

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

A denominação de “Educação Rural” no Brasil sempre foi um marco de um lugar atrasado, inferior, desprovido de benefícios sócio cultural, onde a educação daqueles povos foi sempre um descaso. A Educação do Campo entende o trabalho como ação produtiva de vida diferenciando assim da perspectiva lucrativa. O trabalho no campo perpassa a ação empregadora e passa a ser defendida como uma relação social a qual valoriza a existência humana, pois esta responde pela dimensão física de cada indivíduo, além de outras dimensões (cultural, de lazer, social e também artística). A educação do campo busca de maneira real trazer o fator de humanização permanente e como estes povos lutam pelo direito igualitário a uma educação de qualidade. Caldart (2008) argumenta que a posição defendida por essa população é a de que precisa modificar o atual quadro problemático das escolas do campo e garantir o direito de todos os trabalhadores à educação pública de qualidade.

A educação do campo durante muito tempo foi pautada em uma alfabetização funcional, onde para o poder capitalista era conveniente, pois um povo que não é letrado não tem argumentação para lutar pelos seus direitos como cidadão. Esta ainda tem se formalizado na busca para superação de classes,





buscando direitos iguais em sua amplitude vivencial, visto que viver no campo sempre foi sinônimo de miséria. Historicamente é real a comprovação de que com a mobilização de trabalhadores organizados é que conquistas de direitos são garantidas. Então, escolas, comunidades bem como os movimentos sociais precisam reivindicar e se mobilizarem constantemente para melhoria de suas condições de vida e na superação dos problemas que envolvem a educação dos povos do campo.

Assim, é preciso ir à luta para que haja um aumento de financiamentos públicos para garantir que mais escolas sejam construídas, para reformas de estrutura física, que os professores sejam remunerados de maneira ideal bem como aquisição equipamentos didáticos e formação que venha propiciar um trabalho pedagógico que possibilite a estes o acesso a uma educação de qualidade.

Portanto, é responsabilidade da escola a formação de novas gerações, para construção de uma sociedade justa e igualitária. E partindo desse pressuposto que as Escolas do Campo do município de Água Fria/ BA precisam fazer parte de maneira real das políticas públicas em educação para que os povos camponeses tenham acesso ao conhecimento científico permitindo-se viver no seu espaço de origem dignamente. É preciso está claro de que a defesa por uma Educação do Campo que contemple os povos que ali vivem esteja pautada em proposições que possibilite o acesso ao saber científico de maneira que respeite a história local destes e contemple as diversidades.

Para CALDART (2008), a Educação do Campo é um fenômeno brasileiro, que se situa em um determinado tempo histórico, e é um fenômeno concreto, real. Não é somente uma proposta de educação, apesar de reivindicá-la. Seus sujeitos principais são os movimentos camponeses em estado de luta.

Fica evidenciado que a Educação do Campo no município de Água Fria está aquém disso, precisando retomar o curso de uma emancipação, pensando nas especificidades dos povos do campo como direito de igualdade nos fenômenos econômicos e sócios. Pedagogicamente a Educação do Campo precisa está atenta para saber que tipo de conhecimento os povos que ali habitam precisam ter acesso. Por isso é necessário que todos tenham acesso ao conhecimento ligado a vida no campo, e isso deve fazer parte do programa educacional e esteja expresso claramente no Projeto Político Pedagógico (PPP), pois este, precisa ser elaborado de modo que atenda a identidade ali existente. Visto que para uma classe social trabalhadora construir outra sociedade é necessário que o conhecimento seja sistematizado, podendo assim as políticas públicas materializar e colocar em prática as ações elaboradas.





Assim o Projeto Político Pedagógico das escolas do campo deve tratar a perspectiva da formação humana para superação do capitalismo, para que a organização do trabalho pedagógico possibilite ao professor agir em busca da transformação de toda comunidade escolar, pois é no coletivo que a prática pedagógica se evidencia diferenciando-se da prática educacional. A primeira permite a realização do trabalho coletivo de vários profissionais da área de educação e a segunda trata da concepção de educação a partir de um projeto histórico para discussão entre sociedade e educação.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada no presente trabalho será a pesquisa-ação. Segundo Barbier (2002) “a pesquisa-ação reconhece que o problema nasce, no contexto preciso, de um grupo em crise. O pesquisador não provoca, mas constata-o, e seu papel consiste em ajudar a coletividade e determinar todos os detalhes cruciais ligados ao problema, por uma tomada de consciência dos atores do problema numa ação coletiva (p.54)”. A cientificidade da pesquisa é essencialmente importante, porque o conhecimento é base do desenvolvimento em todos os aspectos da vida humana. Nesse sentido, a presente pesquisa caracteriza-se com exploratória, possibilitando um levantamento de informações objetivas proporcionando maior familiaridade com um problema, envolve entrevista com professores, diretores, Coordenadores pedagógicos e Secretaria de Educação do Município de Água Fria/BA.

A abordagem da pesquisa é qualitativa para compreender melhor os aspectos teóricos e metodológicos, sobretudo pela importância da Formação Continuada como política para educação de qualidade no campo, não devem ser descritos apenas, quantitativo. E ainda porque Severino (2007, p.110) a conceitua como “um conjunto de metodologias, envolvendo, diversas referências epistemológicas”. Nesta pesquisa, optou se por empregar como metodologia para a coleta a entrevista semi estruturada aquela em que existe um direcionamento das perguntas por meio de um roteiro previamente elaborada, composto geralmente por questões abertas, o qual permite uma interação social entre sujeitos, já que sua organização é flexível e há a possibilidade de ampliação dos questionamentos à medida que as informações vão sendo fornecidos pelo entrevistado (BELEI et. al., 2008). Para a compreensão e interpretação dos dados fará se uso de uma de uma técnica denominada análise de conteúdo. “A análise de conteúdo é uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemático e quantitativo do conteúdo manifesto da comunicação.” (BARDIN, 2010, P.20).

Como resultado da pesquisa será construindo um Plano de Formação de Professores.





REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel González; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna [orgs]. **Por uma educação do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 5ª Ed. Lisboa: Edições 70, Lda, 2008.
- BARBIE, R. A pesquisa-ação. Brasília: Liber Livro, 2002
- BELEI, Renata Aparecida; GIMENIZ-PASCHOAL, Sandra Regina; NASCIMENTO, Edinalva Neves; MATSUMOTO, Patrícia Helena Vivan Ribeiro. Uso de entrevista, observação e videogravação em pesquisa qualitativa. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n.30, p.187-199, 2008. Disponível em: <HTTP://www.ufpel.edu.br/fae/caduc/downloads/n30/11.pdf>. Acesso em: 04DEZ.2011.
- CALDART, Roseli Salete. *Concepção de Educação do Campo*. Síntese produzida para exposição sobre a Licenciatura em Educação do Campo (texto-fala). POA: ENDIPE, 29 de abril de 2008 a.
- _____. *Educação do Campo: notas para uma análise de percurso*. Texto da exposição feita no mini curso sobre Educação do Campo, na 31ª Reunião Anual da ANPED. Caxambu 20 e 21 de outubro de 2008b.
- CARVALHO, José Murilo de. **A cidadania no Brasil: o longo caminho**. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- 4 Exposição da professora Roseli Salete Caldart, por ocasião da 31ª Reunião Anual da ANPED, ocorrida em Caxambu – MG em outubro de 2008.
- FERNANDES, B. M. Diretrizes de uma caminhada. In: ARROYO, M.G; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. *Por uma educação do campo*. Petrópolis: Vozes, 2004. P. 16 – 62 .
- LEITE, S.C, *Escola Rural: urbanização e políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 1999.
- PINHEIRO, Maria do Socorro Dias. **A concepção de educação do campo no cenário das políticas públicas da sociedade brasileira**. Disponível em <http://br.monografias.com/trabalhos915/educacao-campo-politicas.shtml>. Acesso em: 30 de maio de 2011





RELATO DE EXPERIÊNCIA

PISTAS À POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE ÁGUA FRIA/BA: PESQUISA-AÇÃO EM TORNO DAS VIVÊNCIAS DA PROPOSTA EDUCATIVA DO MST

CLUES TO THE PUBLIC POLICY OF YOUTH AND ADULT EDUCATION IN THE
COUNTRYSIDE IN THE MUNICIPALITY OF ÁGUA FRIA / BA: ACTION RESEARCH
AROUND THE EXPERIENCES OF THE EDUCATIONAL PROPOSAL OF MST

SELMA CONCEIÇÃO FREITAS SILVA

UFRB/Cetens/Feira de Santana/ sconceicaofreitas@hotmail.com

RESUMO: A pesquisa-ação em andamento tem como perspectiva compreender as vivências do Movimento dos Trabalhadores Rurais no tocante as políticas públicas de educação de jovens e adultos do campo e seus possíveis reflexos ao fazer pedagógico na escola municipal do assentamento Menino Jesus. A pesquisa-ação enquanto paradigma metodológico busca contribuir com o fazer pedagógico a partir da inserção ativa dos sujeitos da pesquisa no processo de problematização, diálogo e implicação na busca de construção de possíveis soluções ao problema priorizado pelos participantes da pesquisa. Considera-se, no entanto, que o significado da ação está na sua capacidade de engendrar continuidade do processo pelos próprios sujeitos da educação de jovens e adultos do campo. Dada às características e especificidades da pesquisa optamos em realizar a pesquisa com grupos e etapas diferentes: (1) Para fazermos o levantamento de informações necessárias ao diagnóstico das situações pesquisadas foram utilizadas as técnicas de pesquisa documental; matriz FOFA (coletivo de Educação do Assentamento); (2) O instrumento usado para coletar informações junto aos professores foi a entrevista semiestruturada. Assim, este estudo, que está em andamento, contribui para o desvelar de novas percepções em relação ao se fazer pesquisa-ação em educação, considerando os desafios e princípios da própria pesquisa-ação.

Palavras-Chave: Pesquisa-ação; Políticas Públicas de EJA; Movimentos Sociais.

CONTEXTO

Esta pesquisa é mais um canal de discussões acerca da necessidade de se realizar pesquisa no campo da educação, que de fato possa contribuir concretamente com os problemas vivenciados no cotidiano pelos professores, educandos, e até mesmo movimentos sociais no caso específico da educação de jovens e adultos do campo, no sentido de garantir que essa seja muito mais que uma educação no campo e se constitua efetivamente como uma educação do campo.

Também é importante salientar que esse estudo tem como objetivo direcionar as percepções em relação ao se fazer pesquisa-ação em educação, considerando os desafios e princípios desse tipo de pesquisa e aquilo que são vivenciados pelos pesquisadores no levantamento das informações do diagnóstico, bem como na possibilidade do próprio redimensionamento do objeto. Assim, para





responder os objetivos propostos buscaremos resposta a seguinte questão: em que medida a experiência vivida no Movimento Sem Terra (MST) pelos assentados da reforma agrária tem tensionado e problematizado o desenho de práticas e princípios para a educação de jovens e adultos do campo nas escolas da rede de ensino do município de Água Fria/BA, tomando como referência a escola do assentamento Menino Jesus?

Esse estudo, que está em andamento, iniciou com o levantamento do diagnóstico em outubro de 2017 e que hoje se encontra em fase de aplicação do plano de ação pode contribuir para o desvelar de novas percepções em relação ao se fazer pesquisa-ação em educação de jovens e adultos, considerando os desafios e princípios da mesma.

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Dada às características e as especificidades da pesquisa optamos pela metodologia da pesquisa-ação. A pesquisa-ação é, principalmente, um processo de intervenção coletivo assumido por participantes práticos (praticiens) com vistas a realizar uma mudança social com a implicação dos atores em situação. (DIONNE, 2007, p. 24). Para alcançar os objetivos da pesquisa descrita nesse trabalho, apontamos a seguir as fases que envolvem a pesquisa.

Para Dionne (2007), este tipo de pesquisa compreende as seguintes etapas: diagnóstico, plano de ação, execução, cronograma e avaliação. Dessas etapas focaremos aqui o diagnóstico, visto que foi a etapa já realizada. KUMMER (2007), afirma que por meio do diagnóstico serão identificados e priorizados, de forma participativa, os problemas e potencialidades da comunidade diagnosticada. Nessa fase a descrição empírica da pesquisa é fundamental. Portanto, o lócus de que trata essa pesquisa é a Escola Municipal Fábio Henrique de Cerqueira, localizada dentro do Assentamento da Reforma Agrário Menino Jesus, ligado ao Movimento Sem Terra (MST), situado no município de Agua Fria/Ba.

Os procedimentos técnicos utilizados foram escolhidos de acordo com a natureza do objeto, seja na relação com os métodos formais e legais que envolvem a educação de jovens e adultos do campo da rede municipal de educação, seja através da relação com os sujeitos pesquisados – os corpus/sujeitos da pesquisa são os assentados envolvidos com o setor de educação do assentamento e os professores da rede municipal de ensino que atuam na escola, com a finalidade de investigar a





existência de políticas públicas para a educação do campo no município de Água Fria realizou-se a pesquisa documental.

Para isso buscamos, também, entender no âmbito da rede municipal de ensino do município de Água Fria, a luta empreendida por movimentos sociais, objetivando a garantia do direito à terra, a fim de conhecer e entender a relação do MST, em especial o setor de Educação, com a política de educação de jovens e adultos do campo em curso no município, aplicou-se a matriz FOFA.

Como instrumento para a coleta de dados junto aos professores optamos pela entrevista semiestruturada com objetivo de refletir sobre o desafio que o município de Água Fria enfrenta no processo de implantação da política de educação de jovens e adultos para o campo, bem como sistematizar saberes que possam amparar a construção de uma política educacional para educação de jovens e adultos do campo própria ao município, de forma a atender as especificidades dos povos do campo.

RESULTADOS

A opção pelos instrumentos metodológicos usados para realizar o diagnóstico foi muito pertinente, haja vista que permitiu o diálogo entre os atores sociais envolvidos na pesquisa-ação, bem como possibilitou a troca de experiências e o reconhecimento das mesmas como fator preponderante para impulsionar as ações educativas dentro do assentamento. De modo geral, a análise que se faz das respostas dadas pelos entrevistados e do levantamento da matriz FOFA realizada com o Setor de Educação é o confronto diário das lutas e conquistas dos assentados pela educação no assentamento com as práticas e vivências que são obrigados a conviverem, mesmo sem concordar. É evidente o conflito ideológico enfrentado por assentados e professores para fazer educação de jovens e adultos na escola do assentamento.

Os problemas levantados no diagnóstico ratificam que as lutas empreendidas e de “certa” maneira o apogeu das conquistas adquiridas, não foram até o presente, suficientemente fortes para garantir aos assentados acesso à uma educação que traga em suas entranhas suas vivências, saberes e experiências.

No tocante aos professores o principal entrave é a ausência de formação em educação de jovens e adultos para o campo. Quanto ao setor de educação as demandas levantadas na construção





da matriz FOFA estão diretamente ligada à escola, destaca-se: os professores que atuam na instituição e não são assentados; os professores que não participam dos eventos de educação realizados no assentamento; a ausência de prática pedagógica voltada para o assentamento; não trabalhar a identidade sem-terra nem as questões do movimento e carga horária dos professores exclusiva para dá aulas.

Outro problema destacado pelo próprio setor de educação que consideramos preocupante destacar é o enfraquecimento do setor de educação. A perda da direção da escola para pessoa que não é assentada foi para o coletivo uma grande derrota, pode-se perceber como sutilmente os assentados tem perdido espaço dentro da escola, é fato que o setor de educação está dividido. De um lado estão os que acatam as decisões coletivas e do outro, aqueles que por trás do coletivo buscam beneficiar-se isoladamente. As questões ideológicas que os unem, certamente já não pesam como antes.

Com o levantamento das informações obtidas no diagnóstico pode concluir de forma parcial que a histórica trajetória de luta dos assentados do assentamento Menino Jesus, demonstram que os longos 18 anos percorridos não tem sido fácil. Se por um lado o MST conquistou espaço e notoriedade, nos centros de decisões políticas e sociais como movimento coletivo, por outro as comunidades de base ainda sofrem pela ausência da aplicação dessas políticas nos assentamentos, muitos ainda vivem sem condições de viver e produzir de maneira digna.

Com o levantamento do diagnóstico, consideramos importante sinalizar sobre a necessidade de realizar ações ampliadas e integradas com ambos os grupos sobre educação do campo na perspectiva da pedagogia do movimento para potencializar o fazer educativo no contexto da educação de jovens e adultos do campo, no assentamento numa perspectiva problematizadora. Assim as ações possíveis para o processo de intervenção podem ser voltadas para a construção de: (1) oficinas e/ou minicursos que abordem temas relacionadas a educação do campo e movimentos sociais, políticas de educação do campo, simbologia da mística, educação do campo e agroecologia, práticas de educação do campo, identidade sem-terra; (2) rodas de conversa com professores e coletivo de educação do assentamento para trocarem e reconhecerem experiências; (3) provocar os professores a conhecerem outros procedimentos de trabalho com foco nas metodologias participativas; (4) fomentar, debater e construir coletivamente uma proposta pedagógica para a escola; (4) entre outras. Quanto ao setor de



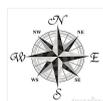


educação faz-se necessário intensa mobilização para sua revitalização e articulação interna. Uma proposta é trabalhar com roda de conversa, árvore dos sonhos, etc.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

DIONNE, Hugues. A pesquisa para o desenvolvimento local. Brasília: Liber livro Editora. 2007.

KUMMER, L. Metodologia participativa no meio rural: uma visão interdisciplinar. conceitos, ferramentas e vivências. - Salvador: GTZ, 2007. 155p.





RELATO DE EXPERIÊNCIA

ATIVIDADES FORMATIVAS DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE VALENTE, QUE FORTALECEM A RELAÇÃO TEORIA E A PRÁTICA NA MEDIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM E CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO NO TERRITÓRIO DO SISAL

TRAINING ACTIVITIES OF THE SCHOOL FAMILY AGRICULTURAL DE VALENTE, STRENGTHENING THE RELATIONSHIP THEORY AND PRACTICE IN THE MEDIATION OF THE TEACHING PROCESS LEARNING AND COEXISTENCE WITH THE SEMIARID IN THE SISAL TERRITORY

Manoel Messias de Jesus Conceição

Professor da Rede Pública Municipal de Valente; Professor/Educador da Escola Família Agrícola Avani de Lima Cunha – Valente. Graduado em Letras Vernáculas e em História pela UNEB. Especialista em Desenvolvimento Rural Sustentável – UFCG e Especialista em Educação do Campo e Pedagogia da Alternância – UFMG

RESUMO: O presente Relato de Experiência tem como objetivo apresentar atividades formativas da Escola Família Agrícola Avani de Lima Cunha que está localizada no município de Valente que interligam a teoria e a prática mediando o processo de ensino e aprendizagem junto aos estudantes e suas famílias tendo como base a Pedagogia da Alternância e seus Instrumentos Pedagógicos. Durante o ano de 2017 foram realizadas visitas de estudo em propriedades agroecológicas com objetivo de proporcionar, de forma mais direta, o contato dos estudantes e professores com experiências voltadas para as práticas agroecológicas de forma que pudessem influenciar nos estudos das práticas de ensino e aprendizagem como na mudança de postura dos estudantes e de suas famílias em reconhecer no dia a dia de seus fazeres maneiras de contribuir diretamente com os saberes agroecológicos. Outra atividade realizada foi uma viagem de estudo para o Semiárido Show na EMBRAPA Seminário – Petrolina - Pernambuco, na oportunidade, estudantes, pais e professores tiveram contato com várias experiências voltadas para o campo. Por fim, relato a experiência da Feira de Conhecimento - Trilha de Saberes que foi realizada pela escola no seu próprio ambiente no mês de novembro, com propósito de os estudantes apresentarem para escolas do município de Valente entre outros os conhecimentos práticos voltados para os setores produtivos da escola, demonstrando os conhecimentos adquiridos nas aulas práticas de campo na construção e aplicação de tecnologias sócias na interação escola família e comunidade, que serviram para integrar a escola a comunidade.

Palavras-chave: pedagogia da alternância, convivência com o semiárido, tecnologias sócias, agroecologia, ensino aprendizagem, realidade

INTRODUÇÃO

A Pedagogia da Alternância trata-se de uma metodologia nascida do meio rural, mas que o transcende, pois, toda relação pedagógica é uma dialética integradora entre o saber escolar e os saberes da vida. Por isso, mais que uma nova metodologia se trata de um novo sistema escolar. Para Paolo Nosella (2007), a Pedagogia da Alternância ao longo de mais de quatro décadas no Brasil, tem contribuído de forma significativa para melhorar a vida no campo, promovendo educação





contextualizada com a realidade dos sujeitos do campo. Para Caldart (2012), quando se trata de articular a educação ao trabalho, a Educação do Campo propõe que a escola não se desvincule da vida e das necessidades materiais de existência (CALDART, 2012).

Nesse sentido, a alternância de tempos e espaços de aprendizado vem sendo utilizada como um dos meios para concretizar essa relação, ou seja, a pedagogia da alternância ou o regime de alternância, com todas as suas variações, se coloca como uma possibilidade de relacionar a vida e o ensino de forma crítica impulsionando formas alternativas de trabalho e de formação dos sujeitos, refletindo e problematizando a sua própria realidade e transformando-a em matéria de estudo.

A Escola Família Agrícola Avani de Lima Cunha surgiu a partir da necessidade dos agricultores familiares do município de Valente, Estado da Bahia, organizados através da Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente - APAEB, na época. É uma entidade sem fins lucrativos constituída em 1980, que tem como missão promover o desenvolvimento social e econômico sustentável e solidário visando a melhoria da qualidade de vida da população da Região Sisaleira.

EXPERIÊNCIA – VISITA DE ESTUDO À PROPRIEDADE DO SENHOR EDUARDO

A Visita de Estudo faz parte dos **Instrumentos Pedagógicos** da Pedagogia da Alternância e tem por objetivo aprofundar as experiências voltadas para as práticas agropecuárias, agroecológicas e sustentáveis. Nesse sentido, foi articulada e organizada uma visita de estudo à propriedade do Senhor Eduardo, localizada no povoado de Barreiros, município de Riachão do Jacuípe.

Visando aproveitar mais a viagem e as experiências, foram divididos grupos entre os estudantes do 8º e 9º ano. Foi definido um Eixo Norteador: **Experimentação Prática** (a ser considerado em toda atividade observada, ou seja, os estudantes deveriam observar, perceber que o agricultor consegue fazer de experiência prática em sua propriedade?). Dessa forma, os estudantes divididos em 5 grupos, seguiam um roteiro de questões para observação, e fazer questionamento no local, ficando sua organização da seguinte forma: **1- Tecnologias de convivência com o semiárido, 2- Pecuária, 3- Agricultura, 4- Aproveitamento da caatinga, 5 - Planejamento e gestão da propriedade**





No espaço ele tem uma horta no sistema de “mandala” que possui produção de várias culturas. Seu Eduardo disse que 100% da sua renda é da propriedade. ele produz caprino de leite, peixe, abelha, galinha caipira, frutas, verduras, faz tempero. Ele compra apenas alguns alimentos para complementar, também apresentou também foi a produção de limão. O pé de limão consegue ser programado para oferecer os ciclos de produção diferente ao mesmo tempo, ou seja, flora, verde e maduro de forma permanente. Ele usa adubação verde como o feijão de porco que serve para sombrear outras plantas mantendo a temperatura estável em 25 graus.

Na escola, os estudantes apresentaram os resultados da visita de estudo na propriedade do senhor Eduardo, organizaram apresentações sobre os temas observados na visita, através de slide com fotos, o conteúdo de seu grupo com as observações feitas e foi possível comprovar o empenho dos estudantes ao detalhar as experiências observadas.

EXPERIÊNCIA – VIAGEM DE ESTUDO PARA A FEIRA SEMIÁRIDA SHOW 2017 - EMBRAPA SEMINÁRIO – PETROLINA- PERNAMBUCO

Ao fazer a visita os estudantes, familiares e professores participaram de demonstração de tecnologias em campo, capacitações, unidades práticas de aprendizagem, seminários, workshops, exposições e espaços temáticos com o tema Bioma Caatinga, Recursos Hídricos e Tecnologias: Perspectivas Socioambientais, o Semiárido Show 2017, oportunizou a visualização e interação entre as famílias e a natureza, com disponibilidade de água e adoção de tecnologias, que é possível produzir e viver bem no campo.

Nessa oportunidade, e EFA de Valente participou com as turmas do 8º e 9º ano dessa atividade. Foi uma viagem que proporcionou aos estudantes conhecer técnicas e vários empreendimentos visando fortalecer e ampliar a visão de mundo dos estudantes com relação as possibilidades que o campo oferece mediado pela pesquisa e meios para oportunizar essas práticas. Além do intercâmbio os estudantes participaram de mesa de debate sobre o plantio do umbuzeiro e maracujá do manto nas EFAs para contribuir na melhoria da renda das famílias.

EXPERIÊNCIA – FEIRA DO CONHECIMENTO – TRILHAS DOS SABRES – EFA VALENTE





No mês de novembro de 2017 a EFA Valente realizou a Feira de Conhecimentos – Trilhas de Saberes com objetivo dos estudantes apresentarem para escolas do município de Valente e de outros municípios, os conhecimentos práticos voltados para os setores produtivos da escola, demonstrando os conhecimentos adquiridos nas aulas práticas de campo na construção e aplicação de tecnologias sócias, na interação, escola família e comunidade, que serviram para integrar a escola a comunidade. Além de proporcionar a integração dos estudantes com outros estudantes e assim dialogar sobre as atividades de convivência com o semiárido que a escola família agrícola realiza com cunho formativo para os estudantes e suas famílias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A coordenação pedagógica da escola, reunida com os professores, ouvindo pais, lideranças da associações parceiros, além dos próprios estudantes, chegou à conclusão que essas atividades contribuíram de forma significativa para o ano de 2017 para o desempenho dos estudantes em todos os sentidos, tanto no que se refere aos aspectos do comportamento, do relacionamento, das atividades coletivas de mutua ajuda, melhoria nas notas e conseqüentemente na aprendizagem, no cumprimento de regras de convivência, na auto estima, mas sobretudo na consciência com relação a convivência com o semiárido e com relação ao convivo com a natureza. Muitos pais no final do ano letivo avaliaram de forma positiva as atividades formativas desenvolvidas na escola, visto que os filhos estavam mais estimulados a aplicar em casas muitas práticas que viveram e aprenderam na escola.

REFERÊNCIAS

CARDART, Roseli Salete. Educação do campo: Notas para uma análise de percurso.

NOSELLA, P. As origens da Pedagogia da Alternância. Brasília: UNEFAB, 2007



ANEXOS

Fotos referentes à experiência 1- Propriedade do Sr. Eduardo

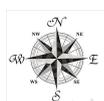


Explicação sobre Biofertilizante



Reserva legal e o microclima

Fotos referentes a experiência 2 – Feira do Semiárido Show

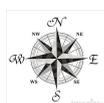


Fotos sobre a experiência 3 - Trilha dos Saberes EFA



Estudantes apresentando na horta

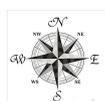
Apresentação sobre o cálculo da água de chuva



Fotos da experiência 4. Atividades com a parceria da AGENDHA de Paulo Afonso no espaço da EFA



As últimas fotos se referem à atividade desenvolvida em parceria com uma entidade parceira da EFA chama da Assessoria e Gestão em Estudos da Natureza com sede em Paulo Afonso. A atividade era voltada para os saberes tradicionais, sementes da paixão ou crioulas, palhas de licuri, plantas da caatinga e associativismo.





RESUMO EXPANDIDO

TEMPO COMUNIDADE: UMA ANÁLISE NA COMUNIDADE DE SÃO JOÃO

COMMUNITY TIME: AN ANALYSIS IN THE COMMUNITY OF SÃO JOÃO

Edikécia Oliveira dos Santos Maciel

Pós-graduada em Educação Ambiental. Graduada em Geografia pela Faculdade de Tecnologia e Ciência. Graduanda em Matemática pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Ilka Meyre Alves da Silva

Pós-graduada em Metodologias do Ensino da Geografia. Graduada em Geografia pela Faculdade de Tecnologias e Ciências (FTC)

Táfila Sinara dos Santos Santana

Mestranda em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Graduada em História pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo refletir a organização da agricultura familiar no distrito de São João, em especial a propriedade de Dona Lita, agricultora familiar, e em algumas propriedades circunvizinhas, fazendo um comparativo da influência da educação do campo na formação dos jovens camponeses. O trabalho tem como base metodológica a pesquisa de campo, realizada a partir da observação, coleta de dados, análise e interpretação dos fenômenos que ocorrem no cenário a ser pesquisado. Como fundamentação teórica e bibliográfica, foram utilizados autores que discutem a temática em questão na perspectiva da totalidade, ou seja, que consideram os fatos em associação aos fatores sociais, políticos e históricos da conjuntura na qual estão eles inseridos.

Palavras-Chave: Educação no campo. Agricultura familiar. Comunidade.

ABSTRACT: The present work aims to reflect the organization of family farming in the district of São João, especially the property of Dona Lita, a family farmer, and in some surrounding properties, comparing the influence of rural education in the training of young peasants. The work is based on methodological field research, carried out from the observation, data collection, analysis and interpretation of the phenomena that occur in the scenario to be researched. As a theoretical and bibliographical basis, authors were used who discuss the subject matter in the perspective of totality, that is, that consider the facts in association with the social, political and historical factors of the conjuncture in which they are inserted.

Keywords: Education in the field. Family farming. Community

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo refletir a organização da agricultura familiar no distrito de São João, em especial a propriedade do Dona Lita e em algumas propriedades circunvizinhas, fazendo um comparativo da influência da educação do campo na formação dos jovens camponeses. Ele é marcado por irregularidades pluviométricas, alto índice e evaporação, precariedades no armazenamento dos recursos hídricos, o semiárido baiano, com presença do bioma





caatinga, sofre também com outros problemas como a falta de projetos que contribuam com novas perspectivas para os jovens, mulheres e famílias no campo.

O campo visto como lugar sem crescimento e sem perspectivas, é muitas vezes lugar de repulsão para os filhos de famílias que vivem no enfrentamento diário, seja na agricultura, para estudar ou trabalhar com dificuldades enfrentadas, desde os antepassados, com a escassez de água e de uma agricultura próspera que possa dar sustento e um futuro promissor para seus membros.

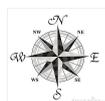
Alguns programas exercem papéis de veículos de busca de desenvolvimento do semiárido e ou enfrentamento de um dos problemas que os agricultores são desafiados em suas labutas diárias de convivências. Estes programas visam, além de abastecimento de água para consumo humano, a utilização do recurso captado para o cultivo de produtos através das hortas, nas quais se objetiva a melhoria na alimentação das famílias agricultoras e sua possível comercialização.

DESENVOLVIMENTO

Muitas causas são relevantes ao analisarmos o êxodo rural como a concentração fundiária, a exploração do trabalho camponês, a substituição do trabalhador e a precariedade nas políticas públicas de ajuda a agricultura familiar. Junto a esses problemas podemos ressaltar que como a nossa região passa por longos períodos secos, a escassez de chuvas dificulta o trabalho das famílias camponesas, por mais que sejam construídos reservatórios, como é o caso das cisternas de enxurradas e, mesmo assim, não são suficientes para manter o abastecimento até as próximas precipitações, visto que há um grande tempo de espera.

As dificuldades em encontrar soluções viáveis são enormes, talvez por esse fato, reconhecamos que o sertanejo é forte, essa luta poderá ser travada com articulações e construção de mecanismos que busque o desenvolvimento rural. Logo, reconhecer as potencialidades dessa área é buscar criar oportunidades de crescer, essas oportunidades podem estar relacionadas com educação. Os alunos das comunidades podem e tem o direito a uma educação escolar que faça parte de sua história, que trabalhe e desenvolva suas habilidades dentro da sua realidade concreta e significativa.

A literatura recente mostra o conceito de “educação rural”, fazendo oposição à visão de “educação no campo”. A expressão “do campo” é utilizada para designar um espaço geográfico e social que possui vida em si e necessidades próprias, um espaço que possui identidade cultural própria e práticas compartilhadas por aqueles que ali vivem. (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2007, p.8).





A educação camponesa é entendida como processo de desenvolvimento do indivíduo a partir da construção do currículo voltado ao seu território e sua identidade com metodologias que busquem o desenvolvimento dos alunos e valorização de seu local, de forma que os mesmos vejam o crescimento no e do campo. Porém, pensar em uma escola que veja o filho do camponês como alguém que merece uma educação diferenciada e de qualidade é algo ainda a se conquistar.

Pelas características climáticas a convivência no semiárido é desafiadora, no entanto, a permanência dos jovens em seus lugares de origens e seu desenvolvimento precisam ultrapassar o sentimento de inferioridade que muitas vezes os camponeses e seus filhos são vistos. O ponto de partida para esta mudança pode ser a escola do campo, direcionando e articulado seu projeto pedagógico, interagindo com a comunidade, planejado a partir da concepção de mundo local, ajudando a comunidade a definir e formar conhecimentos que contribuam com a superação da pobreza rural conquistando, assim, seus direitos de cidadãos camponeses.

METODOLOGIA

Nesta pesquisa foi empregada pesquisa de campo, diagnóstico do recorte local, pesquisa bibliográfica recolhimento de depoimentos e histórias de vida dos alunos e suas famílias, uma vez que as mesmas possibilitarão um aprofundamento da temática elaborada por meio da investigação aproximada com cenário ao qual se pretende analisar e para um melhor entendimento e reflexão da situação da falta de uma educação do campo problematizadora assim como o entendimento de um processo de construção de identidade.

A pesquisa de campo se desenvolveu mediante visitas e conversa com os agricultores, pais, alunos e moradores nas devidas propriedades e em concomitância com as análises bibliográficas. Assim, na obra “Caminhos para transformação da Escola 2, dos autores Roseli Salette Caldart, Miguel Enrique Stedile e Diana Daros (orgs.), enfatizam a agricultura camponesa, educação politécnica e escolas do campo.

Além da bibliografia citada, analisamos ainda como referencial o “Instituto Nacional de Estudos Educacionais Anísio Teixeira”, Panorama da educação do campo. Brasília: INEP, 2007, que nos permitiu refletir a educação básica no meio rural tendo por objetivo principal a oferta de uma





educação de qualidade que assegure o direito do aluno ao acesso e permanência na escola, valorizando assim seu meio de produção.

RESULTADOS

Na presente pesquisa, buscou-se avançar na produção de conhecimento no que tange a diferenciação das condições fundamentais para a transformação do processo educativo da educação do campo e no campo. Tivemos a certeza de que diante das dificuldades que se tem de plantio e de colheita, das degradações de lavouras causadas pela seca, as soluções são viáveis pela força de vontade e pela cultura que eles têm no que produzem.

Também percebemos a necessidade de uma educação diferenciada de falta de preparo e formação dos professores, seja nos cursos de graduações ou em formações continuadas que possam ajudar na aplicação de construções pedagógicas condizentes com a realidade e público que possuem. Buscou-se também através do diagnóstico local e de pesquisa bibliográfica entender a interligação entre a construção identitária como ferramenta imprescindível na construção do ser social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como resultado foi possível observar, por meio das visitas realizadas, que o contexto social, cultural e econômico no qual estão inseridos os sujeitos desta pesquisa é o lugar social onde há a ausência de bens de necessidades básicas e de serviços públicos que atendam dignamente a população, em primazia, os trabalhadores e as trabalhadoras rurais que vivem da agricultura familiar. Estes, por sua vez, encontram no cultivo de hortaliças, na criação de aves para a venda e no trabalho com o sisal uma possibilidade de sustento de suas famílias.

Os sujeitos que vivem do trabalho direto com a terra constroem uma interpretação da realidade a partir de um método completamente diferentes daqueles apresentados pelas esferas dominantes de poder, pois, embora demonstrado em linguagem própria, há uma valorização da terra como a unidade de sustentação e manutenção da própria vida.

Ademais, ainda é necessário que seja desenvolvido um modelo de educação que problematize a necessidade de novos rumos e, conseqüentemente, novas organizações para o cuidado e o trabalho no campo e com o campo.





REFERÊNCIAS

DECRETO Nº- 7.794, DE 20 DE AGOSTO DE 2012 **Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.**

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Panorama da educação do campo.** Brasília: INEP, 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão –SECADI. Educação do Campo: marcos normativos. Brasília: SECADI, 2012

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Escolar e a educação do campo. Programação Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares

CALDART, Roseli Salete. **Caminhos para Transformação da escola.** Agricultura Camponesa Educação politécnica e Escolas do Campo, 2015.

QUEIROZ, Selidalva Gonçalves de. **O fechamento de escolas do campo no território do sisal baiano: realidade e possibilidades.** BOLETIM CIENTÍFICO EDUCAÇÃO DO CAMPO – GEPEC, Salvador: BA, maio de 2016 — Ano 2, n. 4





RESUMO EXPANDIDO

CONSTRUINDO DIÁLOGOS ENTRE EDUCAÇÃO NO/DO CAMPO, ENSINO DE
GEOGRAFIA E AGROECOLOGIA

BUILDING DIALOGUES BETWEEN EDUCATION IN THE FIELD, EDUCATION IN
GEOGRAPHY AND AGROECOLOGY

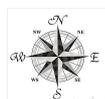
Nilmar dos Santos Silva

Graduado em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade do Estado da Bahia – Campus XI – Serrinha.
Discente do curso de Pós-graduação lato sensu em Educação do Campo pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia Baiano

RESUMO: O presente artigo teve como objetivo discutir as relações entre Educação do Campo, Geografia e Agroecologia no âmbito teórico das discussões que têm sido empreendidas no contexto acadêmico. Secundariamente, buscou-se evidenciar a dimensão do ensino de geografia na perspectiva do processo formativo dos sujeitos do campo e, por fim perceber as relações entre prática pedagógica geográfica e os conhecimentos agroecológicos. Desta forma, esse estudo proporcionará reflexões sobre a proposta de educação para os povos do campo, e como esta deve compreendida na perspectiva do desenvolvimento social global e local, uma vez que os territórios rurais podem ser considerados espaços de sociabilidades, vivências e de produção da vida. No âmbito metodológico, a produção acadêmica em questão foi desenvolvida a partir de uma pesquisa bibliográfica e qualitativa, onde se fez o aporte de referenciais sobre o tema em periódicos acadêmicos que versam sobre a proposta de discussão pretendida. O referencial teórico está baseado nas ideias de Martins e Andrade (2017); Zagotto (2013) e Zuchini (2013). Assim, após o desenvolvimento do presente estudo, constata-se que há diversas possibilidades de articulações entre Educação do Campo, Geografia e Agroecologia, que coletivamente podem contribuir para se fazer análises mais aprofundadas da questão agrária, como também pode contribuir para o desenvolvimento de uma proposta educativa que de fato dê conta do vivido, valorizes os saberes tradicionais dos sujeitos do campo e que vá além de uma proposta escolarização formal que existe nas cidades, mas que contribua para a formação integral e cidadã dos povos camponeses.

Palavras-chave: Agroecologia. Educação. Campo. Ensino. Geografia.

ABSTRACT: The present article had as objective to discuss the relations between Field Education, Geography and Agroecology in the theoretical scope of the discussions that have been undertaken in the academic context. Secondly, the aim was to highlight the dimension of Geography Teaching in the perspective of the formative process of the subjects of the field and, finally, to understand the relationship between geographical pedagogical practice and agroecological knowledge. In this way, this study will provide reflections on the education proposal for the rural peoples, and how this should be understood in the perspective of global and local social development, since rural territories can be considered spaces of sociability, living and production of the life. In the methodological scope, the academic production in question was developed from a bibliographical and qualitative research, where the reference was made on the subject in academic journals that deal with the proposed discussion. The theoretical framework is based on the ideas of Alves (2008); Martins and Andrade (2017); Zagotto (2013) and Zuchini (2013). Thus, after the development of the present study, there are several possibilities of articulation between Field Education, Geography and Agroecology, which can collectively contribute to a more in-depth analysis of the agrarian question, as well as contribute to the development of a an educational proposal that in fact gives an account of the lived experience, values the traditional knowledge of the subjects of the field and that goes beyond a proposal formal schooling that exists in the cities, but that contributes to the integral and citizen formation of the peasant peoples.





Keywords: Agroecology. Education. Field. Teaching. Geography.

INTRODUÇÃO

Em se tratando do desenvolvimento do trabalho em questão, pretende-se evidenciar as contribuições significativas que podem ser diagnosticadas entre a Educação do/no Campo, o ensino de Geografia e Agroecologia como propostas de discussão que se dialogam de diversas maneiras e podem contribuir significativamente para o processo formativo dos sujeitos que tem seu território de produção da vida e existência nos espaços rurais existentes no nosso país. Diante disso, falar desta articulação é importante para se aprofundar as discussões das realidades que permeiam o processo formativo e educativo dos povos camponeses.

Nesta perspectiva, esta abordagem assume sua relevância em virtude da representatividade que as discussões com relação às áreas de conhecimento que aqui pretendem ser discutidas têm tomado cada vez mais evidência no âmbito das produções acadêmicas, como também por se fazer necessário cada vez mais uma proposta educativa diferenciada e condizente com a realidade e necessidades dos povos do campo tomados em sua diversidade, visto que atualmente estes sujeitos são entendidos mediante uma gama de grupos inseridos nos territórios rurais, como por exemplo, ribeirinhos, agricultores, quilombolas e entre outros.

A problemática que alicerça este trabalho remete-se a intenção de entender que dimensão tem tido o ensino de Geografia no contexto das comunidades rurais, isto é, quais contribuições têm sido possíveis na perspectiva educacional para o processo educativo nas escolas do campo e quais inter-relações têm sido construídas entre ensino de geografia e agroecologia na trajetória formativa dos sujeitos do campo.

Quanto aos objetivos, de modo geral pretende-se discutir quais as relações possíveis entre Educação do/no Campo, Geografia e Agroecologia no âmbito teórico das discussões que têm sido empreendidas no contexto acadêmico, já secundariamente, deseja-se evidenciar a dimensão do ensino de geografia na perspectiva do processo formativo dos sujeitos do campo e, por fim perceber as relações entre prática pedagógica geográfica e os conhecimentos agroecológicos.

MATERIAL E MÉTODOS





No âmbito metodológico, a produção acadêmica em questão foi desenvolvida a partir de uma pesquisa bibliográfica e qualitativa, onde se fez o aporte de referenciais sobre o tema em periódicos acadêmicos encontrados em sítios eletrônicos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, no âmbito de tal proposição vale ressaltar que estas três áreas de produção do conhecimento estão inseridas numa composição societária que tem objetivado criar alternativas de melhores condições para que as pessoas vivam no campo, além de uma realidade menos desigual e com mais justiça social para os indivíduos. Assim, a Educação no/do Campo, a Geografia e Agroecologia são: “[...] as três ciências como parte de uma formação social importante para a construção dos sujeitos do campo e dos movimentos sociais que estão em busca de uma melhor qualidade de vida e um sistema de produção igualitário e justo. [...]” (MARTINS & ANDRADE, 2017, p. 1).

Outra questão importante perpassa por entender que existem discussões muito próximas entre a agroecologia e geografia, visto que a primeira sendo entendida como uma ação cotidiana e que faz parte da vivência dos sujeitos que nesta atuam, assim, provoca diversas possibilidades de interpretações nos contextos das abordagens da Geografia e, portanto, as discussões sobre os conhecimentos agroecológicos têm diversas referências orientadas pelos saberes geográficos. Desta forma, “a Agricultura de produção Agroecológica como prática da vida cotidiana incita a discussão de geografias do espaço, e a ciência Agroecológica também está perpetrada de discussões geográficas. [...]” (ZAGOTTO ET AL., 2013, p. 1)

Além disso, fazendo uma retomada dos pressupostos históricos da Educação do Campo, vale ressaltar que sua proposta emerge das necessidades que os movimentos sociais rurais de luta pela terra elegem durante o seu processo histórico. Desta forma, na ocorrência dos fatos e acontecimentos relacionados às mobilizações, no que concerne as demandas das populações rurais que reivindicavam à posse de terra surge a necessidade de educar as pessoas, isto é, os acampados e assentados durante esta conjuntura de modo que contribuísse para otimizar a legitimação de seus interesses e bandeiras de luta, diante disso, a escolarização ou aquisição da leitura e escrita se tornava imprescindível.

A ideia de educação no/do campo surge no decorrer das ações dos movimentos que lutam pela terra e na terra no país. Pois, na medida em que a luta pela terra luta avançava, os próprios





acampados e assentados perceberam que para qualificar a luta, acelerando as suas conquistas e reivindicações, era de fundamental importância saber ler e escrever. [...]. (ZUCHINI ET AL., 2013, p. 148).

No que concerne ao diálogo entre Educação no/do Campo, Geografia e Agroecologia, pode-se dizer que a última pode trazer muitas contribuições tanto para uma proposta educativa significativa para os sujeitos do campo como também contribuir para análises geográficas. Primeiramente, a Agroecologia emerge como uma temática de extrema valia para as discussões no âmbito da questão agrária, como também figura tal como um viés que poderá alicerçar as práticas dos agricultores ou das atividades produtivas que são desenvolvidas nos espaços rurais como também contribui para a promoção da vida e da existência dos trabalhadores camponeses.

Com a força dos movimentos sociais, a Agroecologia surge da necessidade de um novo sistema de produção sustentável que reestabeleça as questões econômicas, sociais, culturais, ambientais e educacionais em consonância com as demandas das famílias que vivem e trabalham no campo. [...] (MARTINS & ANDRADE, 2017, p. 7).

A Geografia e a Agroecologia possuem possibilidades de diálogo, visto que ambas constroem potencialidades para ressignificar o seu modo de vida, os aspectos produtivos que se materializam e, por conseguinte colocando os sujeitos do campo como importantes produtores de transformações nos seus espaços de produção de vida.

Sendo assim, a agroecologia apresenta-se passível de uma análise dentro do campo da Geografia, pois é um potencial de transformação de toda uma forma de viver, de produção e de relação com o espaço geográfico, no qual os agricultores são grandes agentes das dinâmicas espaço-temporais. (OKNOSKY & NABZONY, 2011, p. 2).

Portanto, foram evidenciadas as diversas possibilidades que se pode ter no âmbito do entendimento destas três temáticas ou áreas do conhecimento, de forma que seu diálogo pode contribuir para construir reflexões importantes para o entendimento do campo que temos na realidade e, conseqüentemente, provocar outros caminhos possíveis de se ter um campo com oportunidades para as pessoas que residem nele, apesar dos desafios que ainda se colocam nos dias que ocorrem no cenário da vida dos povos do campo.

No âmbito do Ensino de Geografia no contexto da Educação no/do Campo é de extrema relevância pensar a estrutura escolar que se tem para viabilizar um processo formativo dos educadores que abarque as especificidades educacionais dos sujeitos do campo, além de uma proposta de intervenção educativa no contexto da área de conhecimento aqui discutida que fomente nos





educandos o conhecimento sobre si próprio, sua atuação política, de forma que se comprometa com o local em que constrói o seu processo de formação e também com seu espaço de vivência e existência. Assim, “é nesse contexto que se pensa a escola do campo, a formação de professores e o Ensino da Geografia, de modo que sejam capazes de despertar nos educandos o autoconhecimento e compromisso político com o espaço que estuda e com a comunidade em que vivem” (SANDES & COSTA, 2013, p. 2).

Deste modo, a proposta educativa geográfica pode contribuir para o processo formativo das pessoas que vivem no campo, de maneira que possa salvaguardar uma perspectiva de ruralidade pautada no lócus onde a vida do homem e da mulher do campo se materializa e toma forma, visto que acontecem eventos relacionados a cultura dos sujeitos, que abarca o vivido, onde relações de produção são construídas e onde as mobilizações sociais dos povos camponeses se estruturam.

Neste sentido, entendemos que o ensino de Geografia, comprometido com a formação social do sujeito que vive no/do campo, pode contribuir enormemente para resgatar a análise e a reflexão do rural como lugar onde se desenrolam as atividades socioeconômicas e as manifestações culturais de seus habitantes, um espaço de vida, trabalho e luta dos camponeses. (ZUCHINI ET AL., 2013, p. 152).

Os saberes agroecológicos trazem contributos de extrema relevância para as aulas de Geografia, uma vez que sua articulação nos espaços escolares rurais possibilita com que os valores camponeses possam ser considerados e valorizados, de modo que contribua para captar um entendimento do vivido e do contexto em que os povos do campo estão inseridos. “[...] Desta forma, o ensino de Geografia e Agroecologia nas escolas do campo pretendem resgatar e cultivar a identidade desse povo, possibilitando-lhe uma melhor compreensão do lugar e do mundo onde vivem” (MARTINS & ANDRADE, 2017, p.1).

CONCLUSÃO

Enfim, ficaram constatadas as diversas possibilidades de articulações entre Educação do Campo, Geografia e Agroecologia, que coletivamente podem contribuir para se fazer análises mais aprofundadas da questão agrária, como também pode contribuir para o desenvolvimento de uma proposta educativa que de fato dê conta do vivido valorizem os saberes tradicionais dos sujeitos do campo e que vá além de uma proposta de escolarização formal que existe nas cidades, mas que contribuam para a formação integral e cidadã dos povos camponeses em sua diversidade.





Os conhecimentos geográficos podem trazer contribuições bastante importantes para o processo formativo das pessoas que tem seu espaço de existência nos territórios rurais, de modo que valorize a identidade do homem e da mulher do campo em suas diversas manifestações, visto que os povos do campo são percebidos e caracterizados a partir de sua multirreferencialidade.

REFERÊNCIAS

MARTINS, Flávia Pinheiro de Paula & ANDRADE, Fernando Rabello Paes de. **As contribuições da Geografia Agrária e da Agroecologia na Educação do Campo:** por uma educação humanizada. VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2017.

OKONOSKI, Thales Ravel Hetka & NABOZNY, Almir. **Agroecologia no ensino da Geografia:** relato... estágio supervisionado, prática. Para Onde?, Volume 5, Número 1: p. 16-35, ago./dez. 2011. Instituto de Geociências. Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, Brasil.

SANDES, André Barreto & COSTA, João Marcio Resende. **Ensino da Geografia em escolas do campo.** I Simpósio de Geografia Agrária e XI Semana de Geografia da UESB. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista – Bahia. 2013.

ZAGOTTO, Clarissa da Cunha (et al.). **Agroecologia:** conteúdo de Geografia no Fundamental. VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia. Porto Alegre – RS. 2013.

ZUCHINI, Allini Francisca Novaes (et al.). **O Ensino de Geografia na Educação do Campo:** reflexão a partir da Escola Estadual Madre Cristina em Mirassol D'Oeste/MT. **Revista GeoPantanal** • UFMS/AGB • Corumbá/MS • N. 15 • 145-161 • jul./dez. 2013.





RESUMO EXPANDIDO

**AS EXPERIÊNCIAS EXITOSAS COM PRÁTICAS AGROECOLOGIA NAS
COMUNIDADES DE MARIA PRETA, LAGOA DE RAMO, LAGOA DO CANTO E
JANUÁRIA NO MUNICÍPIO DE TEOFILÂNDIA- BA**

SUCCESSFUL EXPERIMENTS WITH AGROECOLOGY PRACTICES IN THE
COMMUNITIES OF MARIA PRETA, LAGOA DE RAMO, LAGOA DO CANTO AND
JANUÁRIA IN THE MUNICIPALITY OF TEOFILÂNDIA-BA

**ANA INÊS OLIVEIRA
DEISIANE DOS SANTOS LIMA
CARLA MOURA MATOS
JEANE NASCIMENTO SANTOS
JUCIMARA BISPO
POLIANA DE JESUS SANTOS
RITA DE CASSIA NEVES SILVA
VALDINEIA MEIRELES
VALDIONE CORDEIRO DE ALMEIDA**

RESUMO: O referido trabalho está contido em síntese a pesquisa realizada com os pequenos produtores nas comunidades de Maria Preta- Lagoa de Ramo- Lagoa do Canto e Januária no município de Teofilândia-Ba. Tendo como objetivo identificar o processo de produção das hortaliças dessas comunidades, se aplicadas técnicas agroecológicas dentro dessas produções. Buscando identificar o manejo adequado dentro do processo agroecológico, estabelecendo relação entre produzir em grande quantidade ou produzir com qualidade, de forma saudável e mantendo a cultura da comunidade, fortalecimento de políticas públicas, valorizando os saberes populares e potencializando os saberes científicos complementando assim, a renda familiar através da comercialização desses produtos como coentro- alface- cebolinha- pimentão- quiabo-tomate. Foi feita a visita nas comunidades para melhor conhecer e aprofundar o estudo no campo de pesquisa-ação de forma concreta na qual fizemos registros de fotografias e filmagens, entrevistas aos moradores e produtores responsáveis pela produção agroecológica as comunidades receberam todos deste grupo de forma satisfatória contribuindo para nossa pesquisa informações e conhecimentos populares de técnicas orgânicas implantada nesses espaços de produção agroecológica com observações no uso de compostagens feita com cascas de ovos, borra de café, casca de verduras e outros resíduos orgânicos. Vale ressaltar que o resultado da pesquisa-ação foi a valorização desses produtores rurais, reconhecimento da identidade no município e o fortalecimento de políticas públicas para fortalecimento da agricultura familiar nas comunidades. Outro encaminhamento relevante foi o amadurecimento das ideias do VEGSERTÃO. Com o tema alimentação saudável nas escolas a qual se propõe a Secretaria Municipal de Educação.

Palavras-chave: Políticas públicas; Agricultura Familiar; Agroecologia; Alimentação saudável; sustentabilidade.





ABSTRACT: This work is summarized in the research carried out with the small producers in the communities of Maria Preta- Lagoa de Ramo- Lagoa do Canto and Januária in the municipality of Teofilândia-Ba. Aiming to identify the process of production of the vegetables of these communities, if applied agroecological techniques within these productions. Seeking to identify the appropriate management within the agroecological process, establishing a relationship between producing in large quantity or producing with quality, in a healthy way and maintaining the culture of the community, strengthening public policies, valuing the popular knowledge and enhancing the scientific knowledge complementing, family income through the commercialization of these products as coriander-lettuce-chives-pepper-okra-tomato. A visit was made in the communities to better know and deepen the study in the field of research in a concrete way in which we made records of photographs and filming, interviews with the residents and producers responsible for the agroecological production communities received all of this group in a satisfactory way contributing to our research information and popular knowledge of organic techniques implanted in these agroecological production spaces with observations on the use of composting made with eggshells, coffee grounds, bark of vegetables and other organic waste. It is worth mentioning that the result of the research was the valorization of these rural producers, recognition of the identity in the municipality and the strengthening of public policies to strengthen family agriculture in the communities. Another relevant referral was the maturation of VEGSERTÃO's ideas. With the theme of healthy eating in schools, which is proposed by the Municipal Education Department.

Keywords: Public policy; Family farming; Agroecology; Healthy eating; sustainability

POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO

Nós, alunas do curso de extensão Formação continuada em Educação Básica do Campo: Articulando Princípios educativos e a Agroecologia, oferecido pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Campus de Feira de Santana, viemos por meio deste ressaltar a ausência de Políticas Públicas voltadas para o Campo no que diz respeito às práticas agrícolas neste município de Teofilândia-Ba.

Entendemos que todas e todos temos o direito de compartilhar nossos saberes, de reconhecermos como sujeitos fazendo parte desse meio compreendendo nossas origens identificando essa evolução da vida como um todo. Além de valorizar a sua identidade. Está assegurado na Declaração Universal dos Direitos Humanos o direito individual à liberdade de expressão, que é historicamente negado à classe trabalhadora. Queremos ir além e assegurar o direito coletivo de se expressar, de dialogar em sociedade e intervir na realidade, deste modo efetivar uma Política Pública com eficácia em nosso município, contemplando os pequenos produtores e a agricultura Familiar e fortalecendo essas práticas. Acerca da temática discutida, nos permite contextualizar devidamente a questão do papel das políticas públicas no processo de transição agroecológica nos diversos territórios, em especial no nosso município de Teofilândia-BA, atuando assim, como facilitadores ou como inibidores do avanço deste paradigma alternativo à agricultura que temos chamado de





“convencional” por se ater a práticas produtivas baseadas nos princípios da Revolução Verde. Dada a importância de certas políticas públicas no município ela é bem enfraquecida, não são aplicadas em um todo. Tanto aos movimentos sociais entre outras organizações quanto aos grupos da Agricultura Familiar, desta forma reafirmamos nosso objetivo comum de lutar para construir e estimular um sistema de agricultura de subsistência sustentável para toda a coletividade humana, baseado nos princípios da agroecologia. Preocupa-nos a ausência de políticas estruturantes para a permanência da juventude no meio rural Teofilandense, onde se confirma um grande êxodo, perda de identidade cultural, “masculinização” e envelhecimento da população camponesa. O papel da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) deve ir além da questão agrícola, e este é um dos grandes entraves no nosso município, onde não temos suporte técnico para os produtores rurais, que é o grande entrave para melhoramento das políticas públicas no nosso município. Precisa promover inclusão social e reintroduzir o enfoque agroecológico como eixo das ações de governo, e não apenas como mudanças técnicas pontuais, orientadas para a conquista de nichos de mercado de produtos orgânicos, e ou para consumo próprio em seus lares.

E mesmo com todos esses entraves existe no município algumas políticas públicas como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), essas políticas são de grande importância para o fortalecimento da agricultura familiar no município.

A inserção de alimentos da agricultura familiar agroecológica junto às estruturas públicas consumidoras ainda é limitada, devendo ter uma maior abertura e valorização social, democratizando o acesso ao alimento agroecológico e oportunizando a organização a inclusão e participação de novas famílias.

Defendemos que os poderes Executivo e Legislativo atuem na formulação na estrutura de políticas e programas públicos que atendam aos interesses da agricultura familiar ecológica, além de campanhas educativas voltadas aos agricultores e consumidores, conscientizando para uma produção e consumo de alimentos saudáveis.

Imbuídos deste espírito de compromisso, cooperativismo, empreendedorismo, responsabilidade e amor por uma vida saudável.





1. Realizar eventos no município que envolva a juventude rural, estudantes de diferentes áreas e organizações parceiras, potencializando o que tem e o modo de viver e produzir nas sua comunidade/campo; 2. Que o poder público, as instituições de ensino, entidades, pesquisa e extensão e os agentes financiadores valorizem e validem o uso de tecnologias sustentáveis; 3. Implementação de políticas públicas de apoio aos Sistemas Participativos de geração de emprego e renda de produtos orgânicos no município; 4. Identificar e realizar esforços públicos e não públicos direcionados a organizar as demandas por abastecimento, bem como as diferentes formas de circulação de produtos, atendendo mercados diversos, principalmente os setores formais e informais; 5. Garantir, em todos os espaços e instituições de ensino, que a Alimentação Escolar seja contemplada no mínimo por 50% de produtos oriundos da agroecologia/ agricultura familiar; 6. Fortalecimento de políticas públicas e incentivo à produção de sementes básicas orgânicas por parte do Poder Público e entidades ligadas a produção agroecológica; 7. Incorporação das mudas e sementes agroecológicas e política de troca-troca e distribuição de sementes dentro da própria comunidade organizadas pelos próprios produtores ou liderança de entidades do campo; 8. Que a educação formal e não formal seja considerada como um dos grandes pilares de sustentação dos processos agroecológicos nas escolas do campo; 9. Subsídios públicos para a produção agroecológica com os agricultores em processo de transição para a agroecologia.

AGRICULTURA FAMILIAR: ORGANIZAÇÃO DOS GRUPOS NO MUNICÍPIO DE TEOFILÂNDIA-BA

No momento presente vivemos uma crise de valores e perda da identidade do sujeito do campo em nosso município. Isto é decorrente do processo migratório dos jovens do campo para os centros urbanos em busca de emprego. Diante do problema supracitado, percebemos a ausência de políticas públicas de incentivo e permanência desses sujeitos no seu território ou local de origem, com técnicas e conhecimentos científicos que possam compreender a viver bem no seu território de origem, e com melhor qualidade de vida. Falta por parte dos governantes propostas de incentivo e conhecimentos práticos de como manusear seu terreno, solo adaptando a sua necessidade a sua realidade de produção com propriedade de conhecimento e motivando aos mesmos a permanecerem nos seus lugares de origens, porém sabendo como conviver no semiárido produzindo em seus terrenos e ressaltando a





importância da agricultura na vida das pessoas e para a continuidade da vida do campo. A agricultura familiar em nosso município é organizada por 11 grupos nas comunidades rurais com a produção da mandioca, milho feijão e hortaliças, criação de ovinos, bovinos, caprinos e suínos e aves como galinha caipira para produção de ovos e carne, sendo comercializado em até 30% dos seus produtos produzidos para a merenda escolar do município.

Atualmente o nosso município possui cerca de 14 associações rurais nas comunidades, falta articulação por partes dos líderes representantes com participação ativa dos conselhos de representatividades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura deste município, para garantir assim, a participação ativa das Políticas Públicas deste município como entidades parceiras desses sistemas de produção agrícola como uma das que mais ocupam as pessoas no campo, seja na produção do consumo sustentável e agroecológico, ou como produtor de agricultura patronal.

Vale ressaltar que através das associações rurais, Sindicato dos Trabalhadores Rurais os pequenos e médios produtores conseguem por meio de programas de financiamento da agricultura projetos de investimentos financeiros, a partir de 5 tarefas de terras para investirem em criatórios de ovinos, caprinos, galinhas caipiras e plantação de hortaliças. O governo também investe na prevenção da perda da safra por excesso ou falta de chuva sendo contemplado o agricultor que possui a DAP (Declaração de Aptidão do Pronaf. tipo B. Chamado Seguro Safra- Em parceria com a secretaria de agricultura do município) disponibilizamos ainda de programas de apoio a Agricultura Familiar como. PRONAF- Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar; PAA- Programa de Aquisição de Alimentos; PNAE- Programa Nacional de Alimentação Escolar. Essa problemática tem sido um pesadelo nas comunidades do município.

A agricultura familiar ainda é carente de políticas públicas eficazes. Pois utiliza predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas de propriedade e possuir a maior parte da renda familiar proveniente das atividades agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural. Apesar da importância da agricultura familiar para o país, as políticas públicas adotadas ainda privilegiam os latifundiários. Como exemplo, cita-se o plano de safra 2011/2012, em que R\$ 107 bilhões foram destinados à agricultura empresarial enquanto que apenas R\$ 16 bilhões foram destinados aos produtores familiares. O principal programa de incentivo à agricultura familiar é o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), que financia projetos





ao pequeno produtor rural, com baixas taxas de juros. A Importância da Agricultura Familiar: Vale ressaltar que, nesse processo, técnicas de cultivo e extrativismo que englobam práticas tradicionais e conhecimento popular estão presentes. Além disso, as famílias vivem da venda de produtos que plantam. Portanto, a agricultura é uma importante fonte de renda familiar, a qual surge do trabalho em equipe realizado no campo.

A agricultura familiar colabora para a geração de emprego e renda no campo e ainda, melhora o nível de sustentabilidade das atividades no setor agrícola. Difundir entre as cooperativas e associações de pequenos produtores rurais os benefícios do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para aumentar a participação da agricultura familiar teofilandense nas chamadas públicas de compra de alimentos para a merenda escolar das redes estadual e municipais de ensino de Teofilândia. A alimentação é indispensável para o desenvolvimento humano, principalmente, o das crianças. Elas têm energia de sobra, mas é preciso recarregar. Para isso, um prato rico em nutrientes é fundamental, apontam especialistas. Para esses nutrientes chegarem até elas, um dos caminhos é por meio das unidades de ensino. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) prevê o uso de no mínimo 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a alimentação escolar, na compra de alimentos da agricultura familiar.

REFERENCIAS

MACHIN, Sosa. **Revolução Agroecológica: o movimento de camponês na ANAP em Cuba**. 2. ed. São Paulo: expressão popular. 2012.

Agroecologia na educação básica: questões propositivas de conteúdo e metodologia. 2. ed. São Paulo: expressão popular, 2017.



ANEXOS



LAGOA DO RAMO

JANARIA

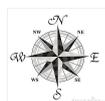


MARIA PRETA



LAGOA DE RAMO

COMUNIDADE LAGOA DO CANTO





RESUMO EXPANDIDO

PROJETO ESCOLA DO CAMPO SUSTENTÁVEL

SUSTAINABLE FIELD SCHOOL PROJECT

Denise Mirna Passos Guimarães

(PQ) denisemirna@hotmail.com

Fazenda Sobral, Km 45 – Escola Técnica Agropecuária de Andaraí

RESUMO: Este projeto tem como objetivo implantar práticas de produção na Escola Técnica Agropecuária de Andaraí, com o objetivo de alcançar toda a comunidade Escolar. Para tanto fez-se necessário identificar e promover atitudes sustentáveis no coletivo e individualmente, para possibilitar ações coerentes, assim como, também desenvolver atitudes diárias de respeito ao ambiente e à sustentabilidade, apoiadas nos conteúdos trabalhados em salas de aula. Assim elaboramos o Projeto Escola Sustentável (teoria e prática), aplicando práticas sustentáveis na escola, produzindo alimentos orgânicos; Promover a consciência da prática de atitudes sustentáveis no coletivo e, individualmente; Desenvolver atitudes diárias de respeito ao ambiente e à sustentabilidade, apoiadas nos conteúdos trabalhados em sala de aula, para melhorar a aprendizagem teórica e prática; Ampliar o interesse por projetos ambientais, sustentabilidade e produção orgânica, usando técnicas de convivência com o semiárido, fortalecimento da agricultura familiar. Assim o trabalho vem sendo desenvolvido no intuito de contribuir para a construção de uma consciência voltada para a preservação do meio ambiente e da vida. Essa é uma proposta que parte das reflexões dos estudos e das formações voltadas para a educação do campo, garantindo a continuidade de algumas ações e a uma reavaliação e redirecionamento de outras. Os resultados esperados propostos para o projeto em questão, no que se refere aos principais aspectos, ou seja, produzir alimentos orgânicos e gerar mudanças no processo de práticas sustentáveis na escola, estão sendo atingidos, no entanto, ainda há muitas dificuldades a nível local que precisam ser consideradas no desenvolvimento de projetos neste sentido.

Palavras-chave: meio ambiente, sustentabilidade, campo

ABSTRACT: This project aims to implement production practices in the Agricultural Technical School of Andaraí, aiming to reach the entire school community. In order to do so, it was necessary to identify and promote sustainable attitudes in the collective and individual, to enable coherent actions, as well as to develop daily attitudes of respect for the environment and sustainability, supported in the contents worked in classrooms. Thus we elaborated the Sustainable School Project (theory and practice), applying sustainable practices in the school, producing organic foods; Promote awareness of the practice of sustainable attitudes in the collective and individually; Develop daily attitudes of respect for the environment and sustainability, based on content worked in the classroom, to improve theoretical and practical learning; To increase the interest for environmental projects, sustainability and organic production, using techniques of coexistence with the semi-arid, strengthening of family agriculture. This work has been developed in order to contribute to the construction of a conscience focused on the preservation of the environment and life It is a proposal that starts from the reflections of the studies and the formations directed to the education of the field, guaranteeing the continuity of some actions and to a reassessment and redirection of others. The expected expected results for the project in question, in terms of the main aspects, that is, to produce organic food and to generate changes in the process of sustainable practices in the school, are being reached, however, there are still many difficulties at the local level that need to be considered in the development of projects in this sense.

Keywords: environment, sustainability, field





INTRODUÇÃO

Ao assumir a gestão da Escola Técnica Agropecuária de Andaraí, percebemos que havia uma desmotivação total, tanto dos alunos, quanto dos profissionais na implementação das atividades práticas.

A Escola Família Agrícola de Andaraí, criada em 26 de maio de 2.003, atendia ao Ensino Fundamental II e passou a ser Escola Técnica Agropecuária no ano de 2.012. Ela possui 10 hectares de terras agricultáveis, que estavam ociosas por falta de motivação e iniciativa de Projetos que despertassem para importância de aliar as atividades teóricas as práticas na Escola, para produzir alimentos orgânicos para consumo, doações a outras escolas da rede e vendas para sua autossuficiência. Fazia-se necessário implantar essas práticas, para isso seria preciso identificar e promover atitudes sustentáveis no coletivo e, individualmente, agir coerentemente com elas, assim como também, desenvolver atitudes diárias de respeito ao ambiente e à sustentabilidade, apoiadas nos conteúdos trabalhados em sala de aula.

Portanto, precisávamos ampliar o interesse dos profissionais da escola, alunos, pais e comunidade, por projetos ambientais que se integrassem em sua organização e implantação. Assim elaboramos o Projeto Escola Sustentável (teoria e prática), para ser desenvolvido no período de 16 de fevereiro de 2.017 a 27 de novembro de 2.018. O objetivo geral deste trabalho é: Implantar práticas sustentáveis na escola, produzindo alimentos orgânicos.

Para a direção: a coordenação pedagógica, os professores e os funcionários: Promover a consciência da prática de atitudes sustentáveis no coletivo e, individualmente.

Para os alunos: Desenvolver atitudes diárias de respeito ao ambiente e à sustentabilidade, apoiadas nos conteúdos trabalhados em sala de aula, para melhorar a aprendizagem teórica e prática.

Para a comunidade: do entorno: Ampliar o interesse por projetos ambientais, sustentabilidade e produção orgânica, usando técnicas de convivência com o semiárido, fortalecimento da agricultura familiar. Os Conteúdos trabalhados foram: Desenvolvimento sustentável, Educação ambiental, Exemplos de desenvolvimento sustentável, Agricultura orgânica e Sustentabilidade.

METODOLOGIA

1ª etapa - Planejamento em equipe





No início do ano letivo durante na Jornada Pedagógica do município, esfera escolar, conversamos com a equipe de funcionários sobre a importância de criar um ambiente voltado à sustentabilidade ambiental e produção de alimentos orgânico que pudessem melhorar a qualidade e valor nutricional da alimentação oferecida na escola. Assim, propomos fazer uma avaliação de como a escola lida com os recursos naturais, o descarte de resíduos e a manutenção de áreas verdes ou livres de construção, a área de agricultura destinada a produção de alimentos.

DESENVOLVIMENTO

1ª etapa - Planejamento em equipe

Nesta etapa foi feita uma reunião com os funcionários e uma conversa sobre a importância de criar um ambiente voltado à sustentabilidade ambiental. Propomos a formação de grupos que avaliarão como a escola lida com os recursos naturais, o descarte de resíduos e a manutenção de áreas verdes ou livres de construção. Foi muito importante a forma de composição das equipes, por interesses, garantindo assim a motivação de todos os envolvidos.

2ª etapa - Diagnóstico inicial

Durante essa fase foi definido que cada grupo iria realizar uma avaliação atenta dos assuntos listados em pauta. Por exemplo, a equipe que analisou a situação de limpeza da área externa, limpeza, grau de risco de infestação do mosquito *Aedes aegypti*, a distribuição de luz natural, destinação de lixo, áreas de produção de alimentos, estoque de materiais de irrigação, necessidade de materiais e equipamentos, uso e consumo médio de água na escola e verificará as condições de caixas- d'água, canos e mangueiras. No fim, os resultados devem ser compartilhados com a comunidade escolar.

3ª etapa - Implantação

Com base no diagnóstico inicial, monte com os grupos um projeto que contemple os principais pontos a serem trabalhados. Algumas soluções são:

Água - Providenciar o conserto de vazamentos e disseminar, com lembretes nas paredes, a prática de fechar torneiras durante a lavagem da louça, a escovação dos dentes e a limpeza do edifício. Limpeza e conservação das cisternas de água da chuva, limpeza e conservação das caixas d'água de poços artesianos.





Lixo - Como não há coleta seletiva pelo serviço público, a escola encontra-se localizada na Zona Rural do município, foi realizado um trabalho de coleta seletiva, sendo que os resíduos orgânicos são reaproveitados como adubo das plantas, compostagem. Outras iniciativas: manter composteiras para a destinação do lixo orgânico e a produção de adubo, implantar programas contra o desperdício de comida e promover o uso e o descarte corretos dos produtos de limpeza.

Agricultura orgânica - é uma forma ambientalmente sustentável de se utilizar o solo para a produção, ou seja, de forma a garantir a preservação dos recursos naturais para as gerações futuras. A principal preocupação e objetivo da agricultura orgânica é garantir a saúde no consumo dos alimentos, diminuindo ou eliminando a presença de agrotóxicos e outros produtos químicos durante o cultivo.

Biodiversidade - Investimento no aumento da superfície permeável e de áreas verdes, foi realizado o projeto de uma “agroflorestal”, onde serão plantadas espécies arbóreas nativas e árvores frutíferas. As mudas serão feitas algumas na própria escola por enxertia, também foi destinado espaços para o desenvolvimento de espécies animais de aves, suínos, bovinos e caprinos.

Produção - Limpeza das áreas já cultivadas, plantio de culturas sobrevivência (milho, feijão, aipim, mandioca, bata doce), além de horticultura, leguminosas. Foi feito a aquisição de material de irrigação necessário, sementes e partiu-se para o preparo da terra, plantio das sementes, tudo isso realizado por profissionais da escola e alunos.

Colheita, venda e doações. Foi discutido que seria feito um livro caixa da produção da Escola, onde tudo que fosse vendido, doado, ou consumido deveria ser registrado, para conhecimento de todos, o que motivou os alunos no desenvolvimento do Projeto. Feito isso, foi desafiador ver a participação dos alunos nas atividades propostas, sendo realizadas pesquisas, estudos, sobre os temas propostos. Seminário certificativo – Realização de Seminário com o tema: Direito Agrário e Legislação Ambiental, para todos os envolvidos no Projeto, pais, alunos, comunidade escolar

4ª etapa - Sensibilização da comunidade

Por ser uma escola do campo, que tem um curso voltado para a área agrícola e noventa por cento dos alunos serem oriundos de comunidades rurais, faz-se necessário aproximar as famílias e permitir que elas também apliquem as ações sustentáveis do projeto em seu dia a dia, é preciso envolvê-las desde o início, considerando também que por ser pedagogia da alternância, os pais devem





ser aliados dos filhos e comunidade. Assim, a gestora convocou a participar de reuniões e eventos sobre o tema, expor as mudanças implantadas na escola em painéis, apresentar as reduções nas contas, e convidá-las a ver de perto a preocupação ambiental aplicada nos diferentes locais da escola.

6ª etapa - Manutenção permanente das ações

Nesta etapa foi realizado o acompanhamento do andamento das mudanças realizadas na escola, anotando os resultados e as pendências. Reuniões com os envolvidos para fazer as avaliações coletivas das medidas adotadas. Reforço dos princípios e objetivos do projeto sempre que for necessário e tecer novas considerações, novas sugestões e soluções propostas por alunos, educadores ou famílias. Para isso acontecer, além do espaço aberto as falas nas reuniões, foi colocada uma caixinha de críticas e sugestões no pátio da escola. Ficou decidido que essa manutenção deve ser permanente e não apenas parte isolada do projeto.

Avaliação dos alunos – Foram definidos alguns critérios de avaliação das aprendizagens dos alunos, durante o processo, através da participação, envolvimento dos alunos, sendo considerada de maior peso, a avaliação qualitativa. Também são realizadas visitas as comunidades onde os alunos residem para orientação e supervisão das atividades que são desenvolvidas. Isso é realizado através de registros, portfólios, avaliações orais e escritas, a depender de cada disciplina.

Assim, retomar os objetivos do projeto, relatando os objetivos o que a escola espera alcançar, e questione se eles foram atingidos, total ou parcialmente. Montamos uma pauta de avaliação sobre cada item trabalhado e retomamos aqueles que mereciam mais aprofundamento. Avaliamos também o envolvimento da equipe e dos alunos, se todos estão interessados na questão ambiental e se eles mudaram as atitudes cotidianas em relação ao desperdício e ao consumo. Foi muito interessante, perceber a dedicação da comunidade escolar, no desenvolvimento das atividades propostas. A mudança na Escola foi percebida por todos, inclusive pela comunidade andaraiense, que tem comprado produtos orgânicos produzidos na Escola, vendidos através de um grupo de WhatsApp “PRODUTOS ORGÂNICOS ETAA”. Além disso, foi diminuído o custo de R\$ 10,00/aluno, na despesa do município e aumentou o valor nutricional da alimentação servida na escola, o que deixou a alimentação muito mais saudável. Hoje a Escola está com a área toda produzindo produtos orgânicos, melhorando em muito a aprendizagem dos alunos, aliado ao conhecimento teórico as atividades práticas.





Um resultado importante foi ver o resultado dos mutirões realizados na escola, que deixou a mesma mais limpa e segura, Ações que acabaram com foco do mosquito transmissor da dengue e de outras doenças.

AUTO AVALIAÇÃO

As aprendizagens estão sendo percebidas no coletivo, equipe gestora, professores, estudantes, funcionários, todos aperfeiçoando conhecimentos teóricos as atividades práticas. Ficou provado que a escola sustentável é aquela que se preocupa com o todo, formação cidadã, é no sentido literal da palavra ser ecologicamente sustentável, apostar numa forma de desenvolvimento que não prejudique o planeta no presente e satisfaça as reais necessidades humanas das próximas gerações.

Para implantar e manter essa postura dentro da escola, é preciso igualar o discurso à prática. Não adianta falar em classe sobre o combate ao desperdício de água e lavar o pátio com mangueiras ou debater fontes de energia renováveis e manter luzes acesas em locais banhados por luz natural. A cada dia aprendemos que uma Escola Sustentável é aquela que se ajuda com um processo de desenvolvimento econômico e ajuda também a preservar o meio ambiente, levando-se em conta os interesses das futuras gerações. A comunidade escola da Escola Técnica Agropecuária de Andaraí entendeu que é o processo onde se procura preservar o meio ambiente melhorando a qualidade de vida, além de trazer economias, pode trazer também curiosidades para que os que estão em nossa volta possam seguir o exemplo

REFERÊNCIAS

PPP- Projeto Político Pedagógico da Escola Técnica Agropecuária de Andaraí

PME – Andaraí

A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: STÉDILE, João Pedro. (org). A reforma agrária e a luta do MST. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. pp. 11-76.

CALDART, Roseli Salet. **Pedagogia do Movimento Sem Terra. Escola é mais que escola.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.





EDUCAÇÃO DO CAMPO E AGRICULTURA FAMILIAR: AVANÇOS E DESAFIOS. UM ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA.

FIELD EDUCATION AND FAMILY AGRICULTURE: ADVANCES AND CHALLENGES. A CASE STUDY OF THE RETIROLAND MUNICIPALITY.

DÉBORA ARAÚJO DA SILVA FERRAZ
ELCIONE DE ARAUJO SILVA LIMA
JOÃO FRANCISCO DA SILVA NETTO

RESUMO: O presente estudo de caso objetiva mostrar os avanços e desafios da educação do campo e da agricultura familiar no Município de Retirolândia / BA. Traça-se um panorama acerca da legislação vigente com a aplicação no município, analisando as políticas públicas que tem intensificado e assegurado que a educação do campo seja efetivamente concretizada no município, mesmo pondo em questão que neste espaço existem escolas rurais e não escolas do campo, mas com projetos que estão se inserindo para propor este ensino contextualizado. Destacam-se questões importantes como programas e projetos, coordenação local, formação de professores, Projeto Político Pedagógico e adequação a legislação. O mesmo também apresenta os avanços e desafios da agricultura familiar e das atividades agropecuárias que têm crescido e se estabilizado no município. Todo este estudo foi feito com a finalidade de posteriormente realizar um grande Seminário sobre este debate para esclarecer e efetivar ações voltadas à educação do campo no município, tal qual nos Territórios. O grande destaque do município está na feira agroecológica e nas compras do PAA e PNAE, que chegam a superar o estabelecido pela legislação no que concerne a inserção da agricultura familiar na alimentação escolar. Também se consolida a criação de uma coordenação local para execução dos projetos e programas voltados para a educação do campo.

Palavras Chave: Campo, rural, Retirolândia, avanços, desafios.

ABSTRACT: The present case study aims to show the advances and challenges of rural education and family farming in the city of Retirolândia / BA. An overview of the legislation in force with the application in the municipality is analyzed, analyzing the public policies that have intensified and ensured that the education of the field is effectively concretized in the municipality, even calling into question that in this space there are rural schools and not rural schools, but with projects that are being inserted to propose this contextualized teaching. Important issues such as programs and projects, local coordination, teacher training, Political Pedagogical Project and compliance with legislation are highlighted. It also presents the advances and challenges of family farming and agricultural activities that have grown and stabilized in the municipality. All this study was done with the purpose of subsequently holding a large seminar on this debate to clarify and implement actions aimed at the education of the countryside in the municipality, just like in the Territories. The main highlight of the municipality is the agroecological fair and purchases of the PAA and PNAE, which surpass that established by the legislation regarding the insertion of family agriculture in school feeding. It also consolidates the creation of a local coordination for the execution of the projects and programs directed to the education of the field.

Keywords: Countryside, rural, Retirolândia, advances, challenges





INTRODUÇÃO

A Educação do Campo tem o objetivo primordial de educar o homem para o processo de transformação humana, com o meio e com o outro numa perspectiva na pluralidade cultural e social, intervindo positivamente ao meio onde inserido podendo assim construir novas referências culturais na dinâmica social.

A constituição federal (BRASIL, 1988) no seu Art.205 diz que educação é “Direito de todos e dever do Estado”. A educação do campo emerge no intuito de ser promovida e incentivada pela sociedade, onde o sistema de ensino promoverá as adaptações necessárias e adequações de acordo a vida rural e de cada região onde serão oferecidas as escolas do campo. No entanto, não é essa a realidade vivida hoje pelas escolas do campo, o objetivo é traçar metas e promover uma reflexão para a prática encontrada hoje pelas escolas do campo e o trabalho camponês e das lutas sociais e culturais dos grupos que trabalham e vivem do/no campo.

A Educação do Campo é um diálogo apresentado a partir de políticas públicas voltadas para o campo, mas que se confunde com Educação Rural. O município de Retirolândia, baseado no censo populacional é um município rural. Observando essa parcela da população cogita-se que a mesma vive e estuda no campo. Portanto, é possível afirmar que no município de Retirolândia não existe Educação do Campo.

ANALISES E AÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS QUE ASSEGUREM A EDUCAÇÃO DO CAMPO DE MANEIRA EFETIVA NO MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA

Hoje o município conta com 03 escolas rurais, sendo elas a Mauricio Máximo (no povoado de Alecrim), a Daniel Ferreira (no povoado de Giboia) e a Maria Madalena (no povoado de Laginha).

Visitando as comunidades, é fácil perceber a nucleação das escolas, devido ao número insuficiente de alunos por turmas ou salas multiseriadas que acabaram motivando o fechamento de algumas escolas nas comunidades rurais. Por apresentar duas escolas “núcleos” que acolhem estudantes de todas as regiões, imagina-se que as escolas seriam voltadas para a Educação do Campo. Porém, isso não é o que acontece, não consolidando assim o Parecer nº 01/2006 que normatiza articulação da aprendizagem escolar e aprendizagem no âmbito familiar/comunitário, esta metodologia teve o tempo destinado a atividades comunitárias. Isso gera alguns problemas, tais





como: o deslocamento às vezes em transporte inadequado, além de retirar o aluno do seu espaço original de convivência, fazendo com que este perca a sua identidade e compartilhe as experiências de outros lugares.

Na escola rural não existe projeto para a valorização da identidade regional, e os jovens querem sair da sua comunidade para estudar na sede visando acompanhar o desenvolvimento da cidade, isso vai contra o que está estabelecido também no Decreto nº 7.352 de 4 de novembro de 2010.

Outro problema agravante é a falta de formação e capacitação de professores para atuar especificamente com o campo. O Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009, constitui-se como uma referência importante na história da educação do campo, ao instituir a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica e disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, nesse sentido, em Retirolândia isso também não ocorre e pode-se acrescentar a isso o fato de que essa política não é valorizada pois sente-se uma rejeição de educação contextualizada (já que aqui não temos escolas do campo, mas escolas rurais) por parte dos próprios professores.

Muitos projetos são incorporados durante o ano letivo, porém nenhum ou raros são inseridos no PPP Escolar para que a valorização do campo seja perpetuada dentro e fora da comunidade rural. Neste conjunto, insere-se o Parecer nº 3/2008, que define orientações para o atendimento da Educação do Campo, e estabelece uma discussão conceitual aperfeiçoando o conceito de Educação do Campo, bem como as Diretrizes Complementares que precisam se fazer presente nesse momento.

Analisando o contexto histórico do município de Retirolândia em relação a Educação do Campo, existe uma lacuna que atualmente precisa ser preenchida. Esta começa pelo acesso das políticas públicas que estabelecem diretrizes para serem executadas especialmente com Educação do Campo, a sensibilização dos professores acerca da educação contextualizada e sendo estes também os principais responsáveis e motivadores dos alunos que são as principais figuras inseridas nesse processo. Eles precisam ter esse pertencimento do campo, pensando que a partir dali podem ir mais adiante e depois dar retorno a sua comunidade. O gestor municipal, juntamente com a coordenação e os professores precisam olhar com mais atenção para essa população, atuando na sensibilização e principalmente assegurando as garantias para que essa educação se processe.





Contudo, a valorização da Educação do Campo não será apenas um benefício para os moradores da zona rural, mas para toda a população que sobrevive com os esforços daqueles que abastecem a cidade com alimentos e matéria prima. Trabalhar com a identidade regional ou local e com a valorização do seu povo é a meta traçada pelo sindicatos, movimentos e associações, além de lideranças juvenis e comunitárias. A efetivação das normas apresentadas significa, passos decisivos e imprescindíveis para garantir o direito das populações do campo a uma educação de qualidade.

Nessa conjuntura cabe salientar que em 2018, o município começa a traçar passos nesse sentido, depois de inquietações que surgiram de algumas pessoas junto ao governo municipal. O ano já começa com uma coordenação estruturada para atender aos programas de Educação do campo que chegam ao município, sendo estes o CAT (Conhecer, Analisar e Transformar) e o Baú de Leitura.

O Projeto CAT tem mostrado que é possível desenvolver uma metodologia que valorize os sujeitos com seus diferentes saberes e culturas. Em 21 municípios onde o projeto atua, educadores/as e crianças passam a conhecer sua realidade, analisam os dados obtidos e em seguida, após a construção do conhecimento voltado para a realidade local, apresentam à comunidade os resultados para juntos, escola e comunidade, encontrarem as formas de transformar essa realidade.

Já o Baú de Leitura tem a finalidade de difundir práticas de leitura lúdica, valorizando o saber popular e a literatura, de modo a contribuir para a formação de pessoas críticas e conscientes do seu papel sócio-político, fortalecendo políticas públicas de educação, criando oportunidades de exercício de diversas leituras e despertando a autoestima, a criatividade e a sensibilidade através da leitura.

Com a nomeação da coordenação municipal os projetos serão desenvolvidos nessas escolas do “campo” – rural, pensando um ensino mais contextualizado, bem como promoverá capacitações para profissionais que atuam nesses espaços, sob forma de formação continuada.

AS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS E A AGRICULTURA FAMILIAR

Dentre as principais atividades agropecuárias da agricultura familiar na região pode-se destacar a criação de caprinos, ovinos, suínos, bovinos e aves, com destaque para a criação de ovinos, caprinos e aves. A apicultura tem crescido muito também no município. Quanto aos vegetais, a produção de hortaliças, o plantio de palma e sisal, com destaque para o sisal.





O município também se destaca em potencial de melhor aproveitamento e beneficiamento da produção agropecuária local, beneficiamento do sisal (fibra e batedeiras), pois deste é utilizado tanto sua matéria prima quanto os resíduos para ração e adubação.

As hortaliças são vendidas nas feiras, porta-porta, para a agricultura familiar, para o PNAE, para o PAA e na feira da agricultura familiar também. A criação de animais geralmente é feita para engorda e em seguida para consumo e abate. Há um destaque na criação de aves, pois além do abate são vendidos os ovos nas feiras e utilizado para o consumo. Outro destaque é o mel, existe uma pequena cooperativa e a produção e venda já tem sido desenvolvida.

Nessa conjuntura cabe destacar os desafios para a agricultura familiar e as possíveis formas de diminuir seus impactos negativos. Ainda não existem muitos avanços em relação a agricultura familiar. Pode-se destacar os grupos de escoamento que não obtiveram muito apoio. O leite distribuído ainda vem de fora do município, sendo ainda preciso estruturar as políticas para que o desenvolvimento aconteça.

Os agricultores estão organizados nos sindicatos, associações, cooperativas e grupos de produção (este tem sido a melhor forma de organização de trabalho e produção em grupo). Entre os desafios cabe destacar a questão dos agricultores que ainda não trabalham no coletivo, muitos preferem trabalhar individual. A questão da quantidade de terras no município que ainda é pouca e alguns nem têm. O período de estiagem é um complicador, pois castiga bastante a produção e o pouco acesso de algumas políticas, como ATER (só existem 02 técnicos no município, cada um só acompanha 90 famílias).

Alguns aspectos importantes, a meta para universalizar cisternas de consumo está sendo quase alcançada no município. Mais famílias estão com acesso a DAP que faz com que consigam participar de mais políticas. A feira agroecológica que aconteceu ano passado foi um avanço, mais agricultores com acesso ao PNAE (hoje 09 grupos de produção estão sendo beneficiados) e com o SIM (Selo de inspeção municipal), que propicia a regulamentação de alguns abates no município. Já existe uma experiência de abatedouro de aves para uma produção com mais qualidade.

No que tange ao total dos agricultores familiares no município, a média de sindicalizados gira em torno de 10.400, porém, deste somente estão ativos 6.000 e em dias com o sindicato 600 e os aposentados. Existem duas cooperativas ativas, uma de apicultores com poucos membros e





produção de mel e a Coopergama com 69 membros produzindo bolo, sequilhos, beiju, iogurte, hortaliças, entre outros.

Outro destaque no município tem sido O PAA (Programa de Aquisição de Alimentos, que hoje possui 1300 pessoas beneficiadas com o leite e 400 famílias em doação simultânea. Cerca de 9 grupos de produção participam tanto do PAA quanto PNAE. O PNAE compra 60% da agricultura familiar e teve 27 famílias contempladas em 2017.

CONCLUSÃO

Em Retirolândia, a Educação no campo precisa avançar muito, mesmo já tendo apresentado alguns passos, pois esta é uma modalidade da educação que ocorre em espaços denominados rurais, é destinada às populações rurais nas diversas produções de vida já citadas, assim como serve também como denominação a educação para comunidades quilombolas, em assentamento ou indígena.

No que tange a estas questões, na educação no campo, é preciso considerar a diversidade contida nos espaços rurais, contemplando no currículo escolar as características de cada local, bem como os saberes ali presentes, passos que talvez possam ser norteados a partir dessa nova conjuntura de coordenação local e com o apoio de membros do governo e da sociedade civil que se articulam para a preparação de um grande seminário no município no intuito de expandir o debate e chamar atenção cada vez mais para estas questões.

A proposta do seminário (deste grupo que aqui escreve) já está sendo pautada junto a secretaria de educação e articulada para ocorrer com maior brevidade, tendo em vista os fatores que hoje permeiam a implantação desses novos programas citados anteriormente no município. Pretende-se também fazer um seminário acerca desta temática proposto por alunos do curso de educação do campo, que hoje enxergam como emerge essa necessidade no município.

No que tange a agricultura familiar é importante frisar que o município tem se destacado. A gestão atual tem valorizado a secretaria com ações e a parceria com sindicatos, grupos e cooperativas. O PNAE teria a obrigatoriedade de comprar 30% e o município compra o dobro. Outra questão importante é a feira agroecológica, que foi dada início ano passado e segue beneficiando muitas famílias.





REFERENCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Decreto nº 7.794, de 20 de Agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Diário Oficial, Brasília, DF, 20 agos. 2012. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI. Educação do Campo: marcos normativos/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – Brasília: SECADI, 2012.

CASTRO, Carlos Henrique Silva. MAGNANI, Luis Henrique. *Memórias de letramentos: vozes do campo*. Diamantina. UFVJM, 2017.

ESCOBAR, Michele Ortega, JUNIOR, Claudio de Lira Santos, TAFFAREL, Celi Nelza Zulke. *Cadernos didáticos sobre educação no campo*/ Universidade Federal da Bahia, coordenação Adriana D'Agostini, Erika Suruagy Assis de Figueiredo, Mauro Titton. – Salvador: EDITORA, 2010. 216 p.: il., fig., fotos, quadros.

